

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MÁRCIA CORDEIRO COSTA

**EM CENA, O MOVIMENTO ESTUDANTIL ACADÊMICO NO
MARANHÃO: 1930-1950**

São Luís

2009

MÁRCIA CORDEIRO COSTA

**EM CENA, O MOVIMENTO ESTUDANTIL ACADÊMICO NO
MARANHÃO: 1930-1950**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro

São Luís

2009

Costa, Márcia Cordeiro.

Em cena o movimento estudantil acadêmico no Maranhão: 1930- 1950 / Márcia Cordeiro Costa. - São Luís, 2009.

119 f. il.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: César Augusto Castro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Mestrado em Educação, 2009.

1. Movimento estudantil – Ensino superior – Maranhão 2. Imprensa estudantil. I. Título.

CDU 378.18 (821.1). 081

MÁRCIA CORDEIRO COSTA

**EM CENA, O MOVIMENTO ESTUDANTIL ACADÊMICO NO
MARANHÃO: 1930-1950**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em / / 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. César Augusto Castro (orientador)

Doutor em Educação

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Acildo Leite da Silva

Doutor em Educação

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Antônio de Pádua Carvalho Lopes

Doutor em Educação

Universidade Federal do Piauí

Ao meu pai, Francisco de Sales Cordeiro, um homem que me sensibiliza pela força de lutar dignamente pela vida. E que contribuiu de forma apaixonada para edificação da Universidade Federal do Maranhão.

À minha mãe, Maria Cordeiro, pelo seu constante exemplo de determinação, perseverança e pelos cuidados com que cercou meus momentos de trabalho.

Ao José Filho e à nossa filha, Maiara, meus dois grandes e distintos amores.

E a todos os jovens que constroem o Movimento Estudantil em nosso país. Pois sonho que se sonha só é só um sonho, mas sonho que se sonha junto é começo de uma nova realidade.

AGRADECIMENTOS

Muitas etapas foram vencidas para a realização deste trabalho, onde trilhei caminhos árduos. Em alguns momentos a pesquisa me pareceu um exercício silencioso e solitário, e a superação desta impressão se deu pelo fato de que pude contar com o apoio de vários personagens. Há, portanto, muito que agradecer e muitas pessoas a quem reconhecer a contribuição ao longo desse percurso;

O desafio de vencer mais esta etapa da minha vida foi possível graças a Deus e a Nossa Senhora da Conceição, que me iluminaram na realização deste sonho;

Muito às experiências partilhadas junto aos amigos militantes da PJ e do ME, que me inspiraram neste empreendimento e na jornada cotidiana;

Indispensáveis, a presença e o exemplo dos meus pais Francisco Sales e Maria Cordeiro, por esse amor tão constante e pelos princípios por eles ensinados, que são a base da minha caminhada;

Meus agradecimentos aos professores Dr. Francisco Gonçalves e Dr^a. Iran de Maria Leitão, pelas suas valiosas contribuições por ocasião do exame de qualificação, para o aprimoramento do meu trabalho;

Especial agradecimento ao meu orientador, o professor Dr. César Castro, pelo apoio que me deu para enfrentar o desafio que minha escolha representava, pelas advertências precisas e ao mesmo tempo desafiadoras, pelas críticas pertinentes e, sobretudo, por sua demonstração de confiança na pesquisa que eu vinha desenvolvendo;

No percurso desta pesquisa retomo aqui todos os momentos vivenciados com os meus companheiros da 8^a turma do Mestrado. São eles Raimundo, Diana Diniz, Angélica, Kátia, M^a da Guia, Carlos Erick, Leonardo, Carlos Dublan, Dasdores, Bárbara, Guilherme, Raquel, M^a Angélica, Karla, M^a José, Sirlene, Maira, Teresinha e Hertz, pela troca de experiências e sugestões recebidas nos inúmeros fóruns dos quais participamos e pelo ato de conviver cotidianamente;

*F*oi recebido o apoio e a compreensão do meu Coordenador do Curso de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), o prof. Mestre Isaac Reis, na realização deste trabalho;

*O*lhar da amiga e jornalista Graça Lessa, desvelando as minhas dúvidas sobre os jornais, e que possibilitaram a leitura e compreensão desses impressos periódicos;

*E*terno agradecimento a prof^a Márcia Félix pela disponibilidade em proceder à revisão final desta pesquisa, e a prof^a Marineis Merçon pela revisão realizada ao texto apresentado à qualificação;

*S*em dúvidas, foram de valor inestimável as interlocuções sobre a militância estudantil, temas, problemas e vida, com o companheiro Hertz que milita no movimento hip-hop, e a militante Diana que de forma apaixonada atua no PRONERA;

*T*odo carinho dispensado aos meus amigos Karla e Erick, companheiros constantes de estudos e trabalhos desenvolvidos cotidianamente no Mestrado;

*U*ma vez mais agradecer ao prof. Dr. Henrique Borralho, pela disponibilidade e paciência em fornecer material relevante para a pesquisa;

*D*evo agradecer, ainda, ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMA, e de seus funcionários, pela atenção dispensada;

A tranqüilidade para a execução desta dissertação foi garantida pela presença constante da minha irmã Marina, a qual sou imensamente grata por ter compreendido o desafio desta pesquisa, transformando em presença minhas ausências com Maiara;

*N*o desenvolvimento deste estudo pude contar com a seriedade e competência da minha bolsista de história Clarice Andrade Fonseca, minha parceira no levantamento e mapeamento dos impressos no arquivo da Biblioteca Pública Benedito Leite;

*T*ambém registro a contribuição significativa da minha irmã e professora arte-educadora Rita Cordeiro pela inspiração e orientação ao tecer o sumário;

Ígual privilégio é o de ter José Filho meu grande aliado na vida, na militância e nos sonhos ao meu lado. Mais do que nunca, ele soube ser o melhor dos companheiros, dedicando-me nessa travessia seu carinho e sua inteligência crítica;

Quitar, estudar, pesquisar e trabalhar foi prática permanente durante a elaboração e construção deste texto, e o sorriso e a companhia nas madrugadas de Maiara, minha filha, transformaram essas atividades em sonho possível de se realizar.

“O passado não é um teatro de sombras. O que lá impera não é o efêmero e sim o irreversível”.

Dimitri Volcognov

“Um povo sem memória histórica é um povo sem coluna vertebral”

Che Guevara

“Folhear um jornal [...] geralmente provoca uma sensação semelhante à de folhear um álbum de fotografias: rememoramos o que estávamos fazendo quando tal fato aconteceu e quando nos deparamos com ele diante das bancas de jornal ou numa conversa de amigos”.

Teixeira

RESUMO

Objetiva-se resgatar e analisar nesta investigação o Movimento Estudantil acadêmico no Maranhão entre 1930-1950, período em que se organiza e expande o ensino superior em nosso estado, identificando as práticas estudantis, sociais e políticas, voltadas para a estruturação desse ensino. Focaliza-se inicialmente o estudo da Imprensa Estudantil, adotando como metodologia a pesquisa histórica e a análise documental da imprensa periódica produzida pelos acadêmicos localizados na Biblioteca Pública Benedito Leite. Os periódicos analisados são: *Folha Acadêmica* (1934), *Esquerda* (1934), *Voz Universitária* (1954), *Universitário em Marcha* (1955), *Vigilância* (1957), *Movimento* (1958) e *Universitário* (1958). Destaca-se a importância desse estudo feito a partir do conteúdo dos impressos para a História da Educação (NOVÓIA, 1993; CATANI E BASTOS, 1997), onde a Nova História Cultural tem possibilitado um aporte teórico para as pesquisas nessa área (CERTEAU, 1994; CHARTIER, 1990). Nessa perspectiva abordam-se as representações das fontes de pesquisa para a História da Educação como lugar de memória (LE GOFF, 2003; NORA, 1993; BARBOSA, 1996). Ressalta-se a contribuição dessa pesquisa para a reconstituição da História da educação no estado do Maranhão, onde os resultados da pesquisa deram uma visão ampla dos fatos e acontecimentos do ensino superior e sobre a importância que os acadêmicos tiveram e tem na história da educação, não podendo, assim, serem silenciados na historiografia da educação brasileira.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Ensino Superior. Imprensa Estudantil.

ABSTRACT

This investigation objective rescue and analyze the academic Student's Movement in Maranhão between 1930 and 1950, in a period that is organized and expanded the university teaching in our state, identifying the student's social and politics practices came back to structure this teaching. It focuses, in the initial, the study of Student's Press, adopting the methodology of the historic research and the documental analysis of the periodic press produced by the academics, localized in Biblioteca Pública Benedito Leite. The periodic analyzed are: *Folha Acadêmica* (1934), *Esquerda* (1934), *Voz Universitária* (1954), *Universitário em Marcha* (1955), *Vigilância* (1957), *Movimento* (1958) e *Universitário* (1958). It is emphasized the importance of this study made by a inside into the press to the History of Education (NOVÓIA, 1993; CATANI E BASTOS, 1997), where the New Cultural History has made possible a theoretical subsidy to the research in this area (CERTEAU, 1994; CHARTIER, 1990). In this perspective, it accosts the representation of the research's fountains to a History of Education like a memory place (LE GOFF, 2003; NORA, 1993; BARBOSA, 1996). It emphasizes the contribution of this research to the reconstitution of History of the Education in the state of Maranhão, when the results of research giving a large vision for the facts and happenings of the university teaching and about the importance that the academics had and still haven in story of the education, thus, they cannot be silenced in the history of Brazilian education.

Keywords: Student's Movement. University Teaching. Student's Press.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	p.
Quadro 1 - Impressos estudantis acadêmicos de direito.....	21
Figura 1 - Jornal Folha Acadêmica (1934).....	51
Figura 2 - Jornal Esquerda (1934).....	57
Figura 3 - Jornal Voz Universitária (1954).....	73
Figura 4 - Jornal Universitário em Marcha(1955).....	79
Figura 5 - Jornal Vigilância (1957).....	83
Figura 6 - Jornal Movimento (1958).....	88
Figura 7 - Jornal Universitário (1958).....	94

LISTA DE SIGLAS

- ALA - Agremiação Liberal Acadêmica
- AML - Academia Maranhense de Letras
- CA - Centro Acadêmico
- DAS - Diretórios Acadêmicos
- DCE - Diretório Central dos Estudantes
- LBA - Legião Brasileira de Assistência
- ME - Movimento Estudantil
- MNA - Movimento Nacionalista Acadêmico
- MRU - Movimento de Renovação Universitário
- SAM - Sociedade Acadêmica Maranhense
- UDU - União Democrática Universitária
- UFMA - Universidade Federal do Maranhão
- UFBA - Universidade Federal da Bahia
- UME - União Maranhense de Estudantes
- UMES - União Maranhense de Estudantes Secundários
- UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

p.

INTRODUÇÃO**DESCORTINANDO OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PESQUISA..... 13****CAPÍTULO I****REPRESENTAÇÃO DOS IMPRESSOS PERIÓDICOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O LUGAR DE MEMÓRIA.26****CAPÍTULO II****COMPONDO O CENÁRIO: OS PRIMÓRDIOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NO MARANHÃO..... 37****CAPÍTULO III****PRIMEIRO ATO: NO PALCO, O OLHAR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SOBRE OS IMPRESSOS DA DÉCADA DE 1930..... 51****CAPÍTULO IV****SEGUNDO ATO: CENAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA FEDERALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR DO MARANHÃO..... 67****ÚLTIMO ATO: PALAVRAS FINAIS..... 97****REFERÊNCIAS.....104**

INTRODUÇÃO

DESCORTINANDO OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PESQUISA



Em sua história, os feitos do Movimento Estudantil (ME) caracterizaram-se pela efervescência política e por constantes mobilizações na história do nosso país, cujas universidades, escolas, ruas e praças tomaram-se palcos privilegiados de expressão de inúmeras manifestações públicas. Seu forte conteúdo crítico, sua permanência e sua capacidade de estar sintonizado aos principais acontecimentos nacionais marcados pelas lutas em defesa da democracia, dos interesses populares e da educação ocupam no país um importante lugar de memória.

Assim, superando os limites e o silêncio desses personagens impostos pela história oficial, as narrativas históricas já construídas por autores como Poerner (1979)¹, Sanfelice (1986)² e Ventura (1988),³ que teceram os fios da história desse movimento, revelam que “[...] a vontade de demonstrar que nem tudo foi contado (e não de dar a última palavra) pode mobilizar-nos na árdua tarefa de joeirar dados, estabelecer novas estratégias no dia a dia dos arquivos”. (NUNES, 1990, p. 37). Pesquisas sobre resgate da memória estudantil não são recentes, muito menos sua discussão; entretanto, apesar dos esforços, as lacunas continuam. Esse movimento ainda espera por quem faça suas reconstituições históricas e realize um resgate de seus feitos.

“Não são meras lembranças, são pontos de vistas. As lutas de outrora não nos ensinam como lutar hoje, elas nos fazem ver que conflitos ditos por encerrados ainda estão por aí, apesar das histórias oficiais e /ou recontadas,” afirma (MAIA JÚNIOR, 2008, p. 20). Nesse elenco de questões e militância ativa na Pastoral da Juventude, eu ingressava no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 1992. Da paixão pela leitura, chegamos às discussões na universidade até a própria militância no Movimento Estudantil. Lembro-me das questões abordadas no I Seminário Nacional de Arquivos que discutiam a ausência de séries documentais sobre estudantes universitários, o desinteresse de

¹ Em seu mergulho na história, Poerner recuperou fatos como a resistência dos estudantes dos conventos e colégios religiosos à invasão do Rio de Janeiro pelos franceses, a presença estudantil na Inconfidência Mineira e a fundação da Sociedade Dois de Julho pelos acadêmicos da Faculdade de Medicina da Bahia, em 1825, para alforriar escravos. Localizou, com razão, que o divisor de águas na história política dos estudantes brasileiros foi a fundação da União Nacional dos Estudantes, e dividiu também o Poder Jovem em duas partes: antes da UNE e a partir dela.

² O livro atenta principalmente para a UNE perante o Movimento de 1964. Mostra seus momentos de reação, de radicalização e de confrontação com o autoritarismo instituído. De um lado, predomina ao longo das páginas do estudo a resistência teórica e prática ao golpe de Estado de 64. De outro, estabelecem-se os contornos da consciência social dos estudantes, presentes na UNE.

³ A obra é uma fascinante reconstituição dos acontecimentos de 1968 no âmbito do país. “O ano que não terminou” volta à tona com o lançamento do mais novo livro de Zuenir Ventura “1968 - O que fizemos de nós”. Se no primeiro livro o autor já fazia uma análise dos acontecimentos daquela época para o país, desta vez, 20 anos depois, ele vai ainda mais fundo na contextualização dos fatos.

muitos personagens em disponibilizar seus próprios acervos e a falta de uma política global de preservação de documentos acarretada pela fragmentação dessas fontes.

Os estudantes universitários são normalmente ignorados quando se pensa em arquivos científicos. [...] mas se o ensino é desenvolvido tendo por preocupação central a formação dos estudantes, deveria ser importante lembrar que os alunos também [...] participam de órgãos da universidade, possuem uma vida estudantil. (MARTINS, 1992, p. 27-48).

Ao reler momentos fundamentais dessa experiência como militante e aluna da UFMA, retomo aqui a minha atuação na Secretaria de Movimentos Populares e Secretaria Geral na gestão “CONTRAVERSÃO” (95/96) do Diretório Central dos Estudantes, onde essas inquietações tomaram dimensão nas idas e vindas ao DCE/UFMA. Configurou-se o descaso na implementação de ações de políticas de resgate e preservação da memória por parte da entidade, que se apresentava de forma óbvia nas suas falhas existentes de organização, conservação e recuperação de sua história.

Assim, comecei a buscar estudos que existissem sobre o Movimento Estudantil no Maranhão. Encontrei alguns que tinham como foco a lendária greve estudantil de 1979⁴, no interior da qual a história do ME vai desvelando gradativamente os fatos ocorridos com infinitas versões e possibilidades explicativas. No entanto, não deixam de reconhecer a importância do papel desse movimento social em sua trajetória histórica.

Dada a escassez de documentos e de bibliografia sobre o ME na Universidade Federal do Maranhão, desenvolvi minha pesquisa monográfica⁵ sobre o tema, compartilhada com a companheira de luta no Movimento Estudantil e no curso de Biblioteconomia, Berenice Gomes da Silva⁶, sob orientação da professora doutora Mary Ferreira, que partilhava das discussões e inquietações que o tema trazia.

Tínhamos como um dos objetivos desse trabalho coletivo a elaboração de um guia de fontes documentais dos arquivos particulares dos ex-militantes, que se tornou inviável diante das resistências colocadas pela maioria dos sujeitos em disponibilizar seus acervos. Apesar

⁴ Incluímos aqui os trabalhos de Leal e Alves Filho (1982), Moreno (1889), Pereira Filho (1995), Ribeiro Filho (1995), bem como os estudos e reflexões posteriores de Cardoso e Douglas (2001), Santos (2003), Matias (2004), Caldas (2004). Já os estudos de Costa (1989) e Costa (1995) abordam a questão do Movimento Estudantil e suas relações com o Estado e a política.

⁵ CORDEIRO, Márcia dos Santos. **O Movimento Estudantil na Universidade Federal do Maranhão: memórias de uma geração (1989-1996)**. 1998. 191f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.

⁶ SILVA, Berenice Gomes da. **O Movimento Estudantil na Universidade Federal do Maranhão: memórias de uma geração (1977-1987)**. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1997.

dessa lacuna, reconstruímos a memória de uma geração que teve como palco esta universidade. Assim,

Na história de uma comunidade estudantil universitária de um determinado país entrecruzam-se temporalidades diversas: a da vida universitária propriamente dita, a da cidade na qual a universidade está inserida, a do país ao qual está integrada, a do movimento estudantil em si mesmo com suas heterogêneas vivências e a da vida dos estudantes, sujeitos principais desse processo específico. (DELGADO, 2006, p.35):

Para esse autor tempo e espaço estão entrelaçados, pois ambos são referências que tornam os atores sociais sujeitos da história e de sua temporalidade. Para reafirmar sua idéia, refere-se a Poulet (1992, p.54), que declara: “graças à memória o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está”. Nessa dinâmica, memória individual e coletiva encontram-se, fundem-se e se constituem como possíveis fontes para a produção de conhecimento histórico.

A partir dessa abordagem, sentimos a necessidade de evidenciar a contribuição que teve esta pesquisa, ao resgatar e registrar a memória desse movimento que constitui força de transformação, marcada por sua ação histórica. Cordeiro (1998, p.35) enfatiza: “O resgate histórico de suas manifestações [...] contribuirá para um melhor entendimento de sua trajetória, legando assim aos estudantes de hoje o conhecimento dessa história constituída pela categoria”.

Sem dúvida, esse longo processo de lições e experiências emerge em cada palavra que pronunciamos, em cada passo que damos ou em cada sonho que construímos. Nesse sentido, este estudo se impôs constantemente em minhas reflexões. Numa sociedade caracterizada por uma temporalidade frenética emergida em um processo de desenraizamento e esquecimento em que repousam episódios e personagens, onde o desconhecimento de fatos que compõem a ampla história de um dado grupo subtrai-lhe a possibilidade de compreensão sobre os processos sociais em que está envolvida no presente, a memória pode despertar pontos de vista encobertos pela visão oficial, emergindo assim a experiência de vida e a memória de grupos e movimentos, através dos quais se verifica uma ausência significativa sobre os mesmos como espaço de registro e preservação das práticas sociais. Portanto,

O trabalho de recuperação de memória de coletividades e movimentos sociais, em seus significados próprios, em suas raízes sociais, corresponde a uma colaboração na construção de novos sujeitos, políticos, históricos, capazes de firmar sua identidade social. (KHOURY, 1991, p.74)

Muitas dificuldades foram enfrentadas ao resgatar e registrar essa memória. Entretanto, até onde foi possível caminhar, o resgate desse movimento social permitiu-me reconhecer nele a importância intrínseca enquanto fonte de pesquisa para educação. Estudar a história do ME conduz ao estudo da História da Educação, o que por sua vez leva à necessidade de conhecer mais sobre a universidade. Essas questões tomaram dimensão em minha prática docente, já que é impossível não perceber que para o jovem estudante, a universidade e o Movimento Estudantil são componentes históricos já muito distantes; também é inevitável constatar que prevalece, entre os acadêmicos, um desconhecimento sobre os atores sociais que contribuíram para a constituição do ensino superior no Estado.

As lutas podem não ser as mesmas, contudo, articulam-se, têm seus laços, claro que têm. Não se trata de comparar, tirar lições, mas sim de olhar um passado repleto de sentido. Sentido que não reside lá atrás, como algo a ser resgatado, mas permanece aqui, pulsando, criando impressões todos os dias como experiências que necessitam de explicações e que constroem significados quando recordados. (MAIA JÚNIOR, 2008, p.20)

Há um silêncio nas pesquisas em educação sobre a participação discente, ou do Movimento Estudantil como um dos elementos estruturadores da universidade. Tal fato levou-me a revelar os bastidores dessa história, colocando em cena esses atores que fizeram parte da história educacional maranhense, resgatando, assim, as vozes e os documentos produzidos pelo Movimento Estudantil universitário, a fim de refletir sobre a educação e a nossa história. Com essa perspectiva iniciei minha trajetória no Mestrado em Educação. Como dizia Shakespeare (1994): “O mundo é um palco. E homens e mulheres, não mais que meros atores. Entram e saem de cena e durante a sua vida não fazem mais do que desempenhar alguns papéis”.

Inicialmente, ao pensar em tecer esta pesquisa, tinha como foco resgatar a história do Movimento Estudantil na UFMA, no período de 1970-2000. Entretanto, ainda que exista um objeto, ao qual se aplica um método para explorá-lo na dimensão pretendida, a disposição dos documentos e a legibilidade das referências são elementos que interferem no percurso do pesquisador, e muitas vezes a consulta dos lugares de memória pode estimular aspectos ou ângulos de abordagem não previstos na fase de gestão do projeto.

Desse modo, no meio do caminho, um achado alterou o rumo da investigação. Em decorrência de consulta ao acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, localizei periódicos impressos estudantis acadêmicos nas décadas de 1930 e 1950. Não se dispõe de palavras certas para descrever a emoção do pesquisador ao encontrar documentos contendo

informações que recuperam uma parcela da história educacional do Estado em ângulo inexplorado até então.

Os impressos estudantis situam-se num vasto conjunto de meios de comunicação e publicações periódicas referenciados à educação. Imprensa pedagógica e imprensa educacional são algumas das designações que tais fontes podem receber. Bastos (1997) designa como imprensa periódica pedagógica jornais, boletins, revistas, magazines, tanto publicações feitas para professores, ou destinadas a professores, como as elaboradas por alunos para os demais alunos, ou por professores para alunos, ou, ainda, mantidas pela hierarquia do sistema educacional ou outras instituições ligadas à educação, tais como sindicatos, associações de classe, igreja, partidos políticos, que também recebem essa designação.

Para Nóvoa (1997), a imprensa educacional inclui um amplo aspecto de publicações que revelam as múltiplas facetas dos processos educativos numa perspectiva interna ao sistema e ao ensino. Tendo coordenado a elaboração de um repertório analítico da imprensa de educação e ensino em Portugal, afirma que: “[...] a imprensa educacional possibilita a manifestação e a audição de vozes pouco consideradas em outros espaços sociais, tais como as que se apresentam na imprensa de iniciativa de estudantes” (NÓVOA, 1997, p. 13).

Enveredei, desse modo, a resgatar e analisar as práticas estudantis no processo de constituição do ensino superior no Maranhão, no período de 1930-1950, do século XX, mediante análise dos impressos estudantis que contribuem para enriquecer os conhecimentos sobre as questões educacionais no período a ser estudado. Ressalta-se, também, que mesmo tendo havido um crescimento de estudos que analisam a imprensa pedagógica, desconheço pesquisa no Maranhão que tenha privilegiado a produção de impressos acadêmicos. Dessa forma, “[...] tem-se a possibilidade de se ouvir uma voz pouca escutada pelos pesquisadores. O ator estudante que se manifesta, que registra, que inscreve a sua manifestação através dos impressos” (AMARAL, 2002, p. 15).

Portanto, numa época em que a imprensa se estabelece como notável local de celebrações e comemorações, palco de decisões políticas, suporte para registro da vida cotidiana, não se pode ignorá-los como espaço de lugares de memória, de exercício de identidade e de arquivamento do nosso tempo.

Diante do exposto, considerei de relevância científica investigar qual a contribuição do Movimento Estudantil na estruturação e organização do ensino superior no Maranhão no período de 1930-1950. Na problemática de investigação, ressaltam-se as seguintes questões: Quais são os sujeitos construtores da dinâmica temporal e processual que constitui a tessitura do ensino superior no Maranhão? Por que os jornais desse período foram veículos privilegiados de manifestação e divulgação de ideias que circulavam na área acadêmica? Que temas, saberes, sujeitos e discursos eram divulgados nesses veículos?

Obviamente, apreender e compreender essas fontes não são exatamente uma tarefa fácil. Assim, quando se indaga sobre seu significado e se reconstrói historicamente o ME através da imprensa é que iniciamos a definir nosso objeto de estudo. Para Bastos (1997), esse tipo de imprensa, ao captar e transformar acontecimentos, possibilita uma leitura do presente, uma articulação para o futuro e um registro do passado. Remete-se, dessa forma, à necessidade que tem o pesquisador de problematizar essas fontes, indagando sobre como, onde e por quem foram produzidas, enfim, questionar os seus significados. Com essa interrogação abre-se o caminho para articular outras interpretações não instituídas e dar visibilidade a elas.

[...] construir uma história da imprensa é fazer o mesmo movimento que se produz para a “escrita da história”, seja qual for o objeto empírico pesquisado. É perceber a história como um processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos, silêncios que dizem mais do que qualquer forma de expressão, e que na maioria das vezes não foram deixados para o futuro. Compete ao historiador perguntar pelos silêncios, identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política. (BARBOSA, 2004, p.2).

Inserida nessas questões, teve origem a pesquisa aqui apresentada, que tem por objetivo geral resgatar e analisar o Movimento Estudantil do Maranhão no período de 1930 e 1950, identificando as práticas estudantis, sociais e políticas voltadas para a estruturação do ensino superior no Maranhão. Não reconstruímos o passado tal como aconteceu, mesmo porque isso é impossível. Mas, ao mesmo tempo, o que fazemos do passado é uma leitura, em termos de referências recentes, que abrangem o hoje e o agora, com perspectivas sociais, teóricas, ou uma concepção de vida, de mundo. E trabalhar por este ângulo é trabalhar a história de “uma forma”, reconhecendo que nela existe toda uma diversidade de abordagens. (PADILHA, 1999).

Assim, cada ramo de estudos históricos apresenta peculiaridades próprias. Nesse sentido, a escolha de um referencial teórico-metodológico de uma pesquisa histórica coloca o pesquisador diante de vários desafios, principalmente quando o campo específico se trata de

um estudo em História da Educação e dos impressos estudantis. Entre esses desafios, a própria abundância das fontes, somada às preocupações e vigilâncias epistemológicas, denota os problemas a serem superados com a proximidade do seu objeto pesquisado.

Levanta-se, então, o problema das fontes históricas, que na maioria das vezes é o grande entrave de quem desenvolve pesquisas históricas, pois, apesar da relativa facilidade de acesso aos jornais, a leitura deles é ainda bastante penosa para quem utiliza a imprensa como fonte para estudos históricos. Enfrentamos, pois, problemas como: a falta de profissionais especializados nos arquivos, máquinas de microfilmes insuficientes e defeituosas, alto custo de fotocópias, além de problemas na própria microfilmagem do acervo, com páginas fora de ordem, manchadas ou ainda documentos sem algumas páginas.

Contudo, mesmo com essas dificuldades, o fascínio e o feitiço exercido pelas fontes, o fato de encontrar os documentos que servem ao tema pesquisado e a lembrança do prazer que esse acontecimento proporciona são sensações que levam o pesquisador a retornar à pesquisa, como comenta Bacellar (2005). E, além disso, superar as dificuldades e encontrar formas de lidar com elas para o andamento do estudo.

Numa época em que presenciamos novas concepções da nossa Historiografia, refletindo-se em novos caminhos para a pesquisa histórica, através de diversificadas abordagens, problemas, objetos e fontes de pesquisa, a análise da imprensa periódica educacional tem demonstrado ser uma fonte fundamental para a compreensão da História da Educação e do ensino e, assim, da cultura escolar.

Constituindo-se em um importante e crescente campo de investigação histórica, trabalhos como de Nóvoa (1993, 1997), Catani e Bastos (1997), Carvalho e Vidal (2000) enfatizam a importância dos periódicos como fontes que levam à compreensão de discursos, relações e práticas que explicitam as modalidades do funcionamento do campo educacional. Nóvoa (1997, p.12) declara:

A análise de imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas também no plano micro da experiência concreta. [...] Trata-se, por isso, de um corpus essencial para a história da educação, mas também para a criação de outra cultura pedagógica.

Portanto, a imprensa é um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento sobre a época enfocada nos jornais e sobre a época em que a fonte foi produzida. Nesse sentido, com base nos objetivos propostos, iniciei o levantamento e análise dos impressos estudantis presentes na Biblioteca Pública Benedito Leite. Nas leituras preliminares dessas fontes primárias, emergi nas primeiras faculdades do

Estado, palco de publicações periódicas produzidas por estudantes que expressavam a política estudantil que norteiam o eixo das lutas gerais e específicas do Movimento Estudantil, assim como questões voltadas para a educação, o ensino e as tendências políticas da época.

O método utilizado na análise das fontes primárias trilhou dois caminhos. Inicialmente, como primeiro objetivo específico, mapeou-se o conjunto de exemplares identificando a designação do jornal, o ano, o número, a data, o vínculo com o Movimento Estudantil e respectiva presidência em exercício, os títulos das matérias e a publicidade veiculada, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro I – Impresses Estudantis Acadêmicos de Direito

JORNAIS	EXEMPLARES Nº	REDADORES/DIRETOR ES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ANO
Folha Acadêmica	Nº 3 ago.	Macieira Neto (diretor)	Diretório Acadêmico “Viveiros de Castro”	1934
Esquerda	Nº 1 e 2 out; 3 nov.; 5 e 6 dez.	Oswaldo de Carvalho e Corrêa Lima (redatores)	“Sociedade Acadêmica Maranhense”	1934
Voz Universitária	Nº 1 maio	Sálvio Dino (diretor) e Mario Leal (redator chefe)	“União Maranhense de Estudantes”	1954
Universitário em Marcha	Nº 1 abr. 2 ago.	José Mario Santos e Sálvio Dino (redatores)	“Movimento de Renovação Universitária”	1955
Vigilância	Nº 1 abr. 9 ago.	Alvino Coelho (diretor)	“Agremiação Liberal Acadêmica”	1957
Movimento	Nº 2 e 3 abr. 4 maio.	Coaracy Jorge Fontes (diretor)	“Movimento Nacionalista Acadêmico”	1958
Universitário	Nº1 24 mar.	Otavio Lira Filho (diretor)	“União Maranhense de Estudantes”	1958

A segunda fase da análise contemplou o conteúdo das matérias, incluindo a categorização, estipuladas a partir de um estudo prévio da documentação escrita e das inquietações iniciais do pesquisador conforme a temática contemplada São elas: (a) o Movimento Estudantil, (b) os estudantes, (c) o ensino superior, (d) as faculdades e sua organização. Simultaneamente a esta fase da pesquisa, realizou-se a pesquisa bibliográfica

sobre a temática abordada na qual imergimos em leitura e fichamentos do material documental.

Na leitura dos discursos presentes nos jornais, é possível observar e analisar o movimento das ideias que circulam na época. Assim, no tratamento dessas fontes de pesquisa, considera-se a necessidade de ultrapassarmos a mera descrição do documento, observando que ele não contém um caráter explicativo em si - são procedimentos que transformam essas fontes em objetos de pesquisa, como afirma Capellato (1994, p.24): “O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos”.

Portanto constitui-se em nosso segundo objetivo a identificação das idéias e as práticas do Movimento Estudantil que circulava nos impressos acadêmicos. Assim, após várias leituras, focalizando o conteúdo dos impressos no tempo delimitado para estudo de 1930 - 1950, há um silêncio nas fontes sobre o fechamento das faculdades durante o Estado Novo no período entre 1941-1945. Essa lacuna me levou a outras questões como desafio da pesquisa: Por que as faculdades foram fechadas? O seu fechamento se deve a motivações políticas ou administrativas? Como se deu a reabertura dessas escolas e qual a participação da comunidade acadêmica nesse processo? Recorremos, assim, aos jornais locais da época, que também servem de fontes para essa pesquisa: “A Pacotilha”, “Diário do Norte” e “O Imparcial”.

Apesar de todas as fontes, faltava algo, uma vez que me propus a reconstruir a história do ME que serviria de recurso para enriquecer as análises no campo da história da nossa educação. Os jornais não podiam levar-me a esses discursos. Sem fontes estudantis sobre o assunto, restavam as entrevistas. Considerando-se que as fontes são testemunhos que possibilitam compreender a história dos homens, todos os tipos de fonte que ajudam a entender suas relações são válidas. Nesse sentido, constituiu-se, também, como objetivo realizar entrevistas semi-estruturadas com os ex-militantes envolvidos na produção desses impressos estudantis, a fim de resgatar a memória de seus feitos na estruturação do ensino superior no estado do Maranhão.

[...] a versão da história da sociedade que se constrói é tão válida quanto aquela que deriva da consulta de fontes documentais como arquivos e registros [...] não obstante, a evidência oral exige e deve ter a mesma receptividade e os mesmos controles críticos que se aplicam aos artigos de jornais. (FERREIRA E AMADO, 2005, p. 24)

Dessa forma a opção pela história oral e a utilização desse critério também para a análise se fazem necessárias, porque creio que ela permite que se recrie a multiplicidade de

pontos de vista de um passado complexo e multifacetado, bem como superar os pontos obscuros e ampliar os horizontes em relação aos discursos dos impressos. Nessa leitura, baseamos nossa interpretação em Thompson (1988), enfocando a história oral como parte integrante e reveladora das experiências e memórias, coletivas e individuais, entendida como metodologia de pesquisa que possibilite o resgate, não só dos fatos e acontecimentos, mas também dos sonhos e silêncios.

Partindo deste horizonte de compreensão, a história oral se apresenta como uma forma do fazer histórico. Metodologicamente, a história oral “é o testemunho inteligente do testemunho oral” (TOURTIER-BONAZZI, 1998, p. 23), estabelecendo critérios e procedimentos que envolvem questões como a seleção de testemunha, a entrevista, a transcrição e análise da entrevista. Na seleção de testemunha, devemos estar atentos para o envolvimento que esse ator social tem com o objeto do trabalho. Com esse critério, tentei localizar os acadêmicos que estiveram envolvidos na produção desses jornais e os militantes de variados grupos e movimentos das faculdades, de modo a recuperarmos o campo de forças no qual o ME se constitui e as ambiguidades que o permeiam.

O resgate de diferentes interpretações acerca da história vivida constitui-se numa forma democrática do fazer histórico, colocando o pesquisador em contato com os atores sociais e suas lembranças, esquecimentos e sentimentos. (POLLAK, 1992). Além desse resgate, possibilita-se a localização e a identificação de outras fontes que assinalam ação humana no seu fazer histórico como: fotografias, quadros, cartas, convites, objetos pessoais, lugares, entre outros registros de ação humana ao longo do tempo.

Inicialmente, um pouco sem saber no que isso resultaria e tendo como critério os sujeitos que produziram os impressos, recolhi os nomes desses ex-militantes nas fontes nos anos compreendidos pela pesquisa. A questão que se colocava era: como descobrir esses sujeitos? Não havendo indícios de como realizar essa tarefa, ocorreu-me a possibilidade de cruzar os dados disponíveis desses acadêmicos com os dos arquivos do Departamento do curso de Direito e da Academia Maranhense de Letras, já que na sua maioria exerceram a docência e ocuparam cadeiras na Academia.

Entretanto os arquivos do referido curso atualmente não guardam registros de sua implantação, o que inviabilizou a busca dos respectivos sujeitos. Já na Academia Maranhense de Letras sinalizamos alguns “achados”, onde encontramos alguns nomes e endereços que haviam sido identificados inicialmente graças à colaboração da funcionária daquela instituição que, sensibilizada pela idéia e seriedade da pesquisa, disponibilizou os dados cadastrais. É mister frisar, entretanto, que embora a motivação desencadeadora desta pesquisa

tenha auxiliado na vontade de seguir em frente, a natureza do trabalho muitas vezes me levou ao desencanto, isso não só pela raridade de estudos similares que pudessem servir como subsídios teórico-metodológicos, mas também pela dificuldade em efetivamente encontrar os sujeitos.

E após várias tentativas de contatos não consegui concretizar as entrevistas, por vários fatores como: mudança de endereço, residência em outro estado, indisponibilidade de tempo por motivo de compromissos profissionais e políticos, e até mesmo por problemas de saúde. O que foi acessível, por tudo o que já foi posto, traduz o desafio do exercício cotidiano do historiador, no uso de suas atividades na elaboração de uma pesquisa histórica.

Mas, como analisa Lowenthal (1998), desvelar o passado é uma proeza tão extraordinária, pois ela se apresenta como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Tentar recompô-lo em sua inteireza é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos, resíduos e diferentes tipos de documentação e fontes é desafio possível de ser enfrentado.

Por isso, o estudo a partir da imprensa escrita foi o caminho que optei para resgatar o que representou a participação do Movimento Estudantil acadêmico na estruturação do ensino superior no Maranhão, que vem ao encontro dos estudos na linha de pesquisa do Mestrado em Educação sobre a História e Memória da Educação Maranhense. Baseado nestas questões foi que construí essa pesquisa e parti em busca do conhecimento que permitisse analisar a realidade estudada.

Estudo dividido em cinco capítulos. A princípio, na introdução denominada *DESCORTINANDO OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PESQUISA*, abordamos alguns fatores, que nos motivaram no trabalho com fontes documentais, o que me permitiu trilhar uma rede de práticas efetivadas pelos estudantes, bem como mergulhar no universo das práticas sociais, onde as relações são definidas pelos homens enquanto vive sua própria história. Relatando, assim, as motivações e justificativas na opção metodológica, para tecer esta pesquisa sobre o Movimento Estudantil acadêmico no período de 1930 a 1950.

No primeiro capítulo, intitulado *REPRESENTAÇÃO DOS IMPRESSOS PERIÓDICOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: o lugar de memória*, apresento as aproximações e significações das categorias memória e história para reflexão sobre o Movimento Estudantil acadêmico ao desvelarmos suas práticas nos diferentes períodos a serem estudados. Em seguida, discutem-se as representações das fontes de pesquisa para a

História da Educação que representa um lugar de memória. Aborda-se a importância e o crescimento de estudos a partir da imprensa maranhense.

Do segundo ao quarto capítulo, trataremos especificamente do Movimento Estudantil e do ensino superior do Maranhão. O segundo capítulo, *COMPONDO O CENÁRIO: os primórdios do ensino superior no Brasil e no Maranhão*, tem como objetivo abordar os aspectos sócio-históricos e educacionais do Maranhão nas primeiras décadas do século XX, analisando e refletindo o processo de constituição do ensino superior e a organização das entidades, abordando tanto a participação do ME no cotidiano de suas entidades quanto o seu papel na estruturação da universidade em nosso Estado.

Com o título *PRIMEIRO ATO: no palco, o olhar do Movimento Estudantil sobre os impressos da década de 1930* o capítulo 3 propõe analisar o fechamento das faculdades durante o Estado Novo e as lutas travadas pela comunidade acadêmica em favor da sua abertura, que vinha de encontro às transformações por que passava o Maranhão em termos políticos, econômicos e sociais da época a partir dos impressos.

No capítulo 4, com o título: *SEGUNDO ATO: cenas do Movimento Estudantil na federalização e expansão do ensino superior no Maranhão*, abordo a expansão do ensino superior que se dá no processo de federalização das faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia e a participação da comunidade acadêmica nessa nova fase instaurada na década de 1950 no Maranhão. *ÚLTIMO ATO: palavras finais*, apresentará os resultados obtidos através das análises dos documentos/monumentos; que contribuíram para a compreensão de um passado/presente importante do ME e o ensino superior na construção significativa da estrutura universitária do Maranhão, preenchendo, assim, lacunas na História da Educação no Estado.

Nessa perspectiva, quando o pano se levanta para o Movimento Estudantil acadêmico no Maranhão, rememoramos a história do ensino superior nos anos 1930 -1950 em que foi escrita. A ação vai mudar de lugar sempre que isso for necessário; os cenários, subir e descer, as personagens estarão conosco durante cenas e cenas, vamos ver histórias de uns e histórias de outros. E neste palco, muitos locais e muitas memórias.

CAPÍTULO I

REPRESENTAÇÃO DOS IMPRESSOS PERIÓDICOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O LUGAR DE MEMÓRIA



Memória e História, de acordo com Neves (1998), são processos sociais, construções dos homens, que têm como referências as experiências individuais e coletivas registradas nos quadros sociais da vida em sociedade. A memória em sua relação com a História constitui-se como suporte de identidades individuais e coletivas, que se formam no processar diacrônico e sincrônico da vida em sociedade, contribuindo “para que o ser humano, através de sua identificação como sujeito construtor da História, reconheça-se como sujeito construtor de seu presente e de seu futuro” (DELGADO, 2006, p. 18).

Nessa linha de pensamento é possível estabelecerem duas possíveis formas de relação da história com a memória. “Na primeira, a história pode ser identificada como alimento da memória, e, simultaneamente, a memória pode ser tomada como uma das fontes de informação para a construção do saber histórico” (DELGADO, 2006, p. 49).

Por essa perspectiva, ao tentarmos recuperar os diversos caminhos pelos quais passamos na trajetória de nossa vida, sempre o fazemos tendo em vista o momento presente em que vivemos. Ricoeur (2001) adverte ainda que a história só nos atinge através das modificações que impõe a memória, pois a memória constitui a primeiríssima relação com o passado. Assim, tal como compreender a vastidão do passado é um desafio para o ser humano, ativar a memória também o é, uma vez que ela, além de imensa, é inconstante e plena de significados de vida que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam. (BOSI, 1994, p.55) declara: “A memória não é sonho, é trabalho [...], pois lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”.

Nesse sentido, para o entendimento da organização da nossa sociedade, a memória tornou-se um dos principais elementos para compreender o mundo social, pois nos permite saber quem somos, integrando o nosso presente ao nosso passado. Sendo importante destacar que a memória é sempre um processo coletivo, pois mesmo aquela mais peculiar em todos os indivíduos se compõe de elementos constituídos socialmente. Vivemos em comunidade, referenciamos-nos no espaço e no tempo a partir de construções e padrões coletivos de sociabilidade, acessamos as marcas do passado a partir dos vestígios, mas também por elementos constituídos por outros.

Halbwachs (2006) identifica a memória como um fenômeno coletivo e social, construída coletivamente submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes. Segundo esse autor, a memória coletiva emerge em função de um grupo que a ela se devota,

sendo tão plural quanto seja a sociedade em sua configuração socioeconômica, cultural e política. Além disso, afirma Delgado (2006), é a busca de construção e reconhecimento das identidades que motivam os homens a se debruçarem sobre o passado em busca dos marcos temporais ou espaciais que se constituem nas referências reais das lembranças.

A memória é um elemento constituinte de sentimentos de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.202)

Sem dúvida, a problemática da memória restringe-se ao universo social ao qual o indivíduo pertence e se identifica. Referente a essa questão, Halbwachs (2004) mostra a importância da memória coletiva ao enfatizar que ela se relacione aos quadros sociais das lembranças que são partilhadas por indivíduos e grupos sociais com os quais se encontra associados. Por meio da memória, as comunidades e os indivíduos podem, por exemplo, resgatar identidades ameaçadas e construir representações sobre sua inserção social e cultural.

Nessa perspectiva, a memória coletiva é fundamental para o processo de reorganização e releitura de indícios, trazendo para o presente motivações e sentimentos que outrora mobilizaram indivíduos, grupos e partidos. É também um meio para a construção da identidade social, com um passado e um presente, contribuindo para uma reflexão sobre o tempo social decorrido, em busca da aprovação da própria personalidade de conquista de uma consciência superior, de compreensão de seu próprio valor histórico. “Como suporte de identidade, a memória não é conservação, mas reordenamento, reconstrução de lembranças [...] fazendo da memória e da identidade fenômenos dinâmicos [...] e potencialmente renováveis” Delgado (2006, p. 69).

A lembrança é sempre uma espécie de imagem que se produz sobre o passado, completada pela imaginação que remonta formas que escapam nessas imagens. Lembrar é sempre atualizar, vivenciar uma imagem, o que leva ao passado é o que se imagina como imagem desse passado no presente. (Ricoeur, 2001, p.12).

Em nosso país, onde a história não forma referências que orientem as escolhas coletivas, a memória coletiva vai perdendo seu espaço, em benefício de outras que giram em torno do poder dominante, como ressalta Paoli (1992, p.11): “pode, sobretudo fazer entender porque tem sido fácil, ao poder, convencer-nos da ausência do significado da história em nossas vidas”. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Nessa leitura, Pollak (1989, p. 4-5) recupera o sentido dos períodos de silêncio a que são submetidos certos grupos sociais, os quais intitula de “memórias subterrâneas” em referência às camadas populares: “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.

Nesse sentido, os lugares da memória podem ser considerados como movimentos que têm por função evitar que o presente se transforme num processo diuturno do esquecimento e da perda de identidades. Nora (1993), ao se referir às atribuições dos lugares de memória museus, arquivos, coleções, centros de documentação, biblioteca, afirma que não existe memória espontânea, ressalta, ainda, a necessidade dos homens de alimentarem a história com os resquícios do passado, de organizarem e manterem os referidos lugares da memória. Pois, tanto a História como a memória, tem essência comum: são antídotos do esquecimento. Em decorrência disso, são também espaços de poder Le Goff (2003).

As obras de Ribeiro (1996) e Barbosa (1996) alicerçam a construção de um entendimento de que os jornais ocupam um lugar privilegiado como formadores e armazenadores da memória social. A partir dessa ótica, segundo Ribeiro (1996), os jornais poderiam ser pensados como construtores de lugares de memória, no sentido dado por Pierre Nora (1993). Mais precisamente seriam eles, se não os lugares de memória, com certeza espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória histórica. Nessa leitura,

É preciso considerar, também, que o jornalista, ao selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial nesse trabalho a dialética lembrar e esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados pela prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento. (Barbosa, 1996, p. 156)

Mariani (1993), ao se referir à imprensa pedagógica, retoma esse pensamento, reafirmando a importância da análise do discurso da imprensa que na condição de prática social, constrói memória, atuando em várias dimensões temporais simultaneamente:

Capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade, ou seja, lê o presente ao mesmo tempo em que organiza um futuro as possíveis conseqüências desses fatos no presente e, assim, legitima, enquanto passado, memória e a leitura desses mesmos fatos no futuro (MARIANI, 1993, p. 49).

Assim, a imprensa no processo histórico deixa vestígios, marcas e produtos ao longo da trajetória socioeconômica e cultural da humanidade, sendo, portanto, elemento potencial de memória habilitada para ser recuperada como traço distintivo de identidades coletivas e

individuais, acerca de um passado instituído. Galves (2008) afirma ainda que um olhar cuidadoso dos jomais pode permitir reconstrução de cenários e de relações de poder imprescindíveis para a compreensão de dinâmicas locais.

Considerando a função social da memória histórica como a de suporte de identidades coletivas, cabe ao pesquisador estimular e contribuir para que as condições de registro desse tipo de memória possa se realizar. Afirma Le Goff (2003, p. 525): “A memória coletiva e sua forma científica a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.”

Desde então, os historiadores têm buscado reunir e organizar fontes que tornam possível a escrita da História. Entretanto, a discussão concernente, a questão das fontes historiográficas tem rendido incontáveis polêmicas, ocupando a atenção dos historiadores e pesquisadores de outras áreas que se valem de fontes para analisar o objeto estudado.

Essas produções humanas de herança material e imaterial deixadas pelos nossos antepassados que servem de apoio na reconstrução do conhecimento histórico que produzimos “são documentos, vestígios, indícios que foram acumulando-se ou foram sendo guardados, aos quais recorreremos quando buscamos compreender determinado fenômeno” (SAVIANI, 2004, p.6).

Ora, a História é uma ciência que traz as marcas do tempo e sua concepção está intrinsecamente ligada às características da fase na qual o conhecimento histórico foi ou é produzido. Assim, o século XX passa por forte revolução metodológica favorecido pela Escola de Annales fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, nos anos 30. Proliferam-se desde então novos temas, novas abordagens, novas metodologias. No esteio dessas transformações, segundo Delgado (2006, p. 66).

[...] tem-se reproduzido a idéia de que a interdisciplinaridade e o diálogo proficuo com outras áreas do conhecimento são vitais para que a História possa melhor captar o acontecido em sua dimensão simultaneamente global e pluralista, transformando-a, assim, em conhecimento histórico.

Nessa perspectiva, Saraman (1961, p. 12) afirma que “não há história sem documentos e que há de tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, à imagem, ou de qualquer outra maneira”. Le Goff (2003, p.535-536), por sua vez, observa:

A concepção de documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária

se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento qualquer que ele seja enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica no passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Na obra *Arqueologia do Saber*, Foucault (2007) enfatiza que o problema-chave para a historiografia resume-se a crítica do documento. Mais do que a matéria em que estaria impressa alguma verdade do passado, através da qual uma interpretação seria cabível ao historiador. Este trabalha o passado, organiza-o, recorta-o e estabelece as relações da qual faz parte.

Na verdade, é somente por meio de uma atividade historiadora que os documentos, sendo mais do que a mera expressão de uma memória coletiva, possuem certo sentido histórico que lhes é intrínseco, mas construído. Foucault (2007) observa ainda que: A história em sua forma tradicional se dispunha a memorizar os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos raramente, são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que os desdobra, decifrando rastros deixados pelos homens.

Nesse circunstanciamento, a imprensa escrita é tomada como importante fonte e mesmo como objeto de investigação, para se fazer análise de discursos e procurar desnudar o jogo de interesses que regem a sociedade. Nessa leitura, deparamo-nos com o fato de o periódico impresso ser um objeto de construção de representações, portanto, possível de re-significações, a partir do lugar em que são produzidas. “Por isso, eles atuam como um documento histórico que reflete e reúne uma múltipla interpretação e tratamento de fatos ocorridos na história, também escritos e organizados a partir de um determinado local e circunstâncias” (TEIXEIRA, 2005, p.68).

Logo, a marca do passado deixada pela imprensa escrita constrói-se como monumentos para a escrita da história, pelo fato de evocar e perpetuar recordações da História da Educação em terras maranhenses, da qual faz parte o Movimento Estudantil. “O monumento é um indício do passado que tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas é um legado à memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p. 520).

Se o ritmo diário de produção jornalística aproxima-se, acompanha e revela o nosso ritmo cotidiano, certamente o fez em épocas passadas, daí mais uma razão para seu importante papel histórico. Como demonstramos, a construção da memória pelos mais diversos sujeitos sociais tem sido objeto de reflexão científica pela sua configuração das identidades sociais. Conjuguar tais reflexões com um olhar sobre a construção da memória, a partir das fontes históricas é o desafio que se impõe à pesquisa.

Assim, a historiografia, atualmente tem privilegiado as fontes de pesquisa, traduzidas por inúmeras publicações que abordam o que alguns autores denominam de novas fontes, como também de discussões sobre as temáticas relacionadas às formas culturais que são elaboradas no processo de construção da vida social. Os autores dessas novas concepções, mesmo que não comunguem de uma homogeneidade de ideias e posicionamentos perante a História, alinham-se a uma corrente historiográfica que passou a denominar-se Nova História.

Tendo por base a ideia de que a realidade é social ou culturalmente construída, o que era previamente considerado como imutável passa a ser encarado como “construção cultural”. Redefinindo, assim, novas abordagens da História, embora não tenham, como afirma Le Goff (1995), um denominador ideológico comum, partilham da mesma preocupação de fazer a história avançar por novos caminhos, problematizando o uso das fontes convencionais da historiografia, as abordagens redundantes e a própria concepção de história em questão.

A História da Educação tem-se “alimentado” dessas discussões da Nova História e mais especificamente da História Cultural com Michel de Certeau e Roger Chartier para compreender os processos educacionais e escolares. Esse diálogo tem revertido em salutar avanço no campo da história da leitura, do livro e dos impressos pedagógicos e de seus usos escolares.

No trabalho com fontes de pesquisa, deparamo-nos com os jornais que vêm conquistando espaço, principalmente nas pesquisas em História da Educação, já que o estudo desenvolvido através das fontes primárias permite que se analisem diversos aspectos que permeiam a vida social. Como afirma Desaulniers (1997, p. 143) “ao produzir, divulgar e refazer constantemente informações, os impressos acabam formando os indivíduos”.

Bastos (1997) observa ainda que esses impressos não reproduzem os fatos; ao contrário, retrabalham, modulam acontecimentos, crivam de nuances as informações, e as fazem circular, disseminando-as em diversos espaços. Já para Nóvoa (1997, p.13), o que caracteriza esse tipo de fonte é a possibilidade de:

(a) Captar vozes ausentes em outros documentos, usualmente encontrados em instituições escolares; (b) ser um espaço em que acontecimentos locais e

nacionais são captados, transformados e produzidos por reflexões, modulações e reinterpretações, e ao mesmo tempo “publicizados” em diferentes círculos sociais; e (c) constituir-se em instrumento de formação, afirmação e regulação coletiva.

Assim, a imprensa estudantil é um tipo de imprensa periódica educacional, produzida em instituições escolares que respondem a essas características, ao fornecer indícios acerca da vida escolar, suas práticas, seus valores, seus ritos, suas crenças e seus símbolos. Catani e Bastos (1997, p.17) observam: “Trata-se de um dos poucos dispositivos capazes de tornar visíveis as vozes dos alunos na tradução de como aprendem e recriam configurações da situação de ensino”.

Para Capellato (1988) as primeiras preocupações mais significativas quanto à tentativa de adotar a imprensa como fonte e objeto de pesquisa em nosso país, pertence às décadas de 60 e 70, quando o historiador busca imprimir sua contribuição no tocante ao uso desse documento, bem como oferecer indicação teórico-metodológicas para sua adoção.

O periódico antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é conhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época, e constitui um dos materiais mais férteis para o conhecimento do passado, possibilitando ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. (CAPELLATO, 1988, p.13).

Os impressos permitem, sem dúvida, o reconstruir da História, servindo de recurso para enriquecer as análises no campo da História da Educação, porque veicula muita informação, descortinando as relações estabelecidas pelos homens numa determinada época num determinado espaço. Nessa ótica, como assinala Capellato (1994, p. 34), “O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos”.

As fontes resultam da ação histórica do homem, assim a sua valorização pela Historiografia da Educação fundamenta-se na compreensão de que falar em fontes significa falar em produções humanas, em testemunhos que possibilitem entender o mundo e a vida dos homens, em registros construídos pelos homens em diferentes contextos históricos.

Com efeito, não se trata de considerar as fontes como origem do fenômeno histórico considerado. As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, e nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2004, p.5-6)

Trabalhar com a imprensa local nos abre caminhos para novas interpretações, pois se constitui um campo fértil de investigação sobre educação ainda pouco explorada pelos pesquisadores locais. Dessa forma, essas fontes tornam-se recurso valioso para tecer-se a

história do Movimento Estudantil e seu papel na organização e estruturação do ensino superior no Maranhão.

Contribuindo, assim, para a reconstrução da História da Educação em solo maranhense em todas as suas possibilidades e determinações, como a educacional, cultural e social. Esse resgate histórico vem fortalecer as análises do vazio e lacunas historiográficas, que há muito reclamam providências no ordenamento das fontes disponíveis.

Desse modo, a imprensa periódica no estado do Maranhão constitui-se fonte privilegiada para a compreensão da História educacional na medida em que, desde 1821, quando é publicado *O Conciliador do Maranhão*, é possível localizarmos materiais que abordam a temática. Esse periódico está armazenado na Biblioteca Pública Estadual “Benedito Leite” que é um grande depositário da memória, da cultura, das artes e da história maranhense.

Com formato de papel almaço comum, impresso em duas colunas, *O Conciliador* foi o primeiro jornal do Maranhão, transformando a São Luís na quarta capital do país a ter imprensa. Financiado pelo governador da Província, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, o jornal foi fundado em meio à luta entre brasileiros e portugueses, dividi-los quanto à Independência do Brasil. “Chegou às ruas em 15 de abril de 1821, no entanto, somente a data de 10 de novembro de 1821 é considerada o Dia da Imprensa Maranhense. Trata-se do primeiro impresso” (JORGE, 2000, p. 17).

A implantação da imprensa no Brasil foi tardia, já que no período colonial, o país não conheceu nem imprensa e nem universidade. Ao contrário das demais colônias do continente, a imprensa só se instalaria, por iniciativa oficial, com a transferência da família real e as necessidades advindas desse momento político. “O retardamento não se aplica por uma única causa política ou econômica, mas por um conjunto de circunstâncias causais, que se interrelacionam e se influenciam naturalmente. A essas causas chamaremos de sócio-culturais” (MELO, 2003, p.112).

Sendo assim, no Maranhão (1821-1841), a imprensa evolui numa fase conturbada da história, que se projetou pela recusa dos portugueses residentes nesta terra e outros adeptos em não aderir à Independência do Brasil, “passando por outros problemas graves como a abdicação de Dom Pedro I, a Regência Trina e os movimentos como a Setembrada e a Balaiada” (JORGE, 1987, p. 12).

Os primeiros jornalistas nessa conjuntura foram os portugueses Antônio Marques da Costa Soares e o padre José Antônio Ferreira Tezinho que representavam o poderio dos interesses lusos na condução desse primeiro momento da imprensa na capital maranhense. Em

seu primeiro número, os redatores enfatizam que “um dos principais objetivos da Folha é o de servir de mediador entre o governo e o povo, porque é através desse veículo que a sociedade toma conhecimento dos fatos oriundos do poder” Jorge (1987, p.20).

Assim, após 210 números, o jornal *O Conciliador* deixou de circular em 16 de julho de 1823. No mesmo período, outros impressos surgem na Província, em intensa disputa política, dirigida pelos grupos dos liberais e conservadores. Podemos citar *O Censor*, do português João Antônio Garcia de Abranches, opositor do jornal *O Argos da Lei*, do maranhense Manoel Odorico Mendes, importante jornalista da Província, ao lado de João Francisco Lisboa.

A imprensa maranhense, sob o peso das dificuldades econômicas da Província e dos debates políticos, adentrou o século XX, carente de pesquisas sobre o progresso de seu jornalismo. [...] em função da lenta caminhada da história socioeconômica do Maranhão. Pinheiro (2004, p. 12).

Como vimos, a imprensa periódica como veículo de comunicação não é destituída de ideologias políticas, culturais, sociais e religiosas de seus redatores e colaboradores. No Maranhão, observa-se uma tendência marcante das disputas pelo poder político liderado pelos grupos oligárquicos do Estado, que se utilizam desse impresso para difundir seus interesses políticos e/ou rebatarem as dos seus opositores.

Nesse sentido, Castellanos (2007) classifica a imprensa maranhense em dois grupos: O primeiro destinava-se a discutir notícias de âmbito geral, inserindo a educação nesse contexto; esses jornais se destinavam a uma parcela leitora geral. O segundo grupo constituiu-se em jornais que tratavam de assuntos específicos como a literatura, a religião e a educação; caracterizavam-se por um ciclo de vida curto, sendo que alguns não ultrapassavam duas ou três edições, além de terem periodicidade irregular.

Em se tratando de educação, a imprensa maranhense se constitui um campo fértil de investigação ainda pouco explorado pelos pesquisadores locais. Ou seja, são fontes privilegiadas para mapearmos o movimento da educação no Maranhão, haja vista que nestas nascem:

Vozes que têm dificuldade em se fazerem ouvir noutros espaços sociais, tais como academia ou o livro impresso. Basta ver, [...] o papel extremamente activo desempenhado pelos professores [...] na dinamização de jornais locais e regionais, a importância crescente da imprensa de iniciativa dos estudantes. (NOVÓIA, 1999, p.170).

De acordo com Teixeira (2005, p. 82) “[...] folhear um jornal ou revista [...] geralmente provoca uma sensação semelhante à de folhear um álbum de fotografias: “[...] lembramos o que estávamos fazendo quando tal fato aconteceu”. Logo, as notícias dos jornais que marcaram o Movimento Estudantil acadêmico no Maranhão são vestígios que

perduram ao longo da vida. Portanto, o testemunho, o ensinamento que eles trazem devem ser analisados, desmitificando- lhes o seu significado aparente.

CAPÍTULO II

COMPONDO O CENÁRIO: OS PRIMÓRDIOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NO MARANHÃO



“Uma faculdade, uma universidade não nasce por acaso e nem nasce por uma imposição da pessoa e do homem. Elas nascem como exigências da vida social. Uma exigência das necessidades humanas” (SOUSA; BONFIM e PEREIRA, 2002, p.157). Assim, a gênese do ensino superior no Brasil emerge junto com o crescimento dos centros urbanos, marcada pela época, pelas características sociais e culturais em que se expandiram e pelo grupo de poder que a construiu. Nesse sentido,

[...] as primeiras escolas superiores se instalaram preferencialmente em grandes cidades [...] algumas foram instaladas por causa do papel cultural que desempenhavam. Um destaque para as cidades históricas de Ouro Preto, São Luís e Olinda (MACHADO, 2007, p.192).

A partir dessas questões, não se pode historiar o ensino superior no Maranhão sem passarmos antes pela História do ensino superior no Brasil e a participação dos estudantes nessa trajetória. Vislumbramos os percursos, com suas marcas históricas, suas conquistas, seus percalços e seus dilemas. Nesse passeio, em 1808, com a vinda da família real ao país, “[...] é instituída aqui o chamado ensino superior. Nascem às aulas régias, os cursos, as academias em resposta às necessidades militares da colônia, conseqüência da instalação da Corte no Rio de Janeiro” (LUCKESI, 2005, p. 34). Até então, os brasileiros eram enviados à Europa para estudar principalmente em Coimbra, “[...] quando mais de 3 mil bolsas foram concedidas para a formação de bacharéis e doutores em Coimbra”.(ULMANN e BOHNEN, 1994, p.7).

O ensino superior no Brasil iniciou-se, com a criação de escolas isoladas, em conseqüência do pacto colonial entre as nações européias. (MOROSINI, 1992). Nesse contexto, foram implantadas as escolas de Direito, em São Paulo e Olinda em 1854, e as de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro.

O modelo adotado nessas escolas foi o franco-napoleônico, que se caracterizava por uma organização não universitária, mais profissionalizante, centrado em cursos e faculdades, visando à formação de burocratas para o desempenho das funções do Estado. (PIMENTA e ANASTASIOU, 2005, p.147-148).

Serviam segundo Fraga (1992, p.68) “[...] como privilégio da elite econômica, política e social [...] jamais para o povo ou pessoas que possuíssem apenas capacidade intelectual para tal”. Já em 1874, os cursos civis separam-se dos militares, com a organização da Escola Militar e Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em seguida, em Ouro Preto é inaugurada a Escola de Engenharia. Assim, “[...] por volta de 1900 estava consolidado, no Brasil, o ensino superior em forma de faculdade ou Escola Superior”. (REIS FILHO, 1978, p.196-197).

Até então, Portugal não consentia, apesar dos esforços dos jesuítas⁷, a criação de uma universidade no Brasil. O nosso país teve um processo tardio na implantação dessa instituição, diferentemente da América Espanhola, onde a idéia de universidade emergiu mais cedo, com a criação da universidade de São Domingos em 1538, ou em 1553 com a criação da universidade do México e, ainda, com as de São Marcos (Peru) e São Felipe (Chile) de modo que, segundo Teixeira (1980, p.36), “[...] ao tempo de nossa independência, havia 26 ou 27 universidades da América Espanhola”. De certa forma,

[...] nunca os portugueses mostraram queda para as altas especulações filosóficas, e que toda a atividade dos portugueses orientava-se para um sentido positivo, para uma forma concreta de pensamento que se ajusta e se diferencia dos moldes das culturas dos demais países da Europa medieval, sendo fácil, desde a Idade Média, verificar, no pensamento português, a constância de uma posição empírica, pragmática, nos mais diferentes setores. (JANNOTTI, 1992, p.195).

Nesse quadro em tela, reportamo-nos à participação estudantil que já ocorria no Brasil antes mesmo de o país possuir universidades próprias. A existência de jovens que estudavam em conventos e em colégios religiosos e daqueles que iam estudar na Europa e que, quando retornavam, eram:

[...] reencontrados atuando em diversas campanhas, ainda não muito articuladas, com lutas voltadas contra a invasão estrangeira, contra a escravidão, pela República no século XVIII. Essa participação dos estudantes é caracterizada por historiadores do tema como dispersa e ocasional. (FÁVERO, 1994, p. 10).

Como nos indica Sousa (2000, p.26), que, ao descrever o desenho das referidas campanhas, afirma:

As primeiras participações estudantis podem ser identificadas ainda no período do Brasil Colônia, quando de seu envolvimento contrário à Invasão Francesa de 1710, no Rio de Janeiro, ou, em 1788, conspirando juntos na Inconfidência Mineira em Minas Gerais. Tratou-se de participações pontuais e sem preocupação de provocar qualquer organização do segmento, mesmo porque seria difícil falar em organizar um segmento que na verdade ainda não existia de fato no Brasil. No entanto, não se deve esquecer de que já naquele momento os estudantes manifestavam a preocupação de não estarem só nas salas de aula, mas participando também da vida política nacional.

O projeto de criação e instalação de uma universidade no Brasil já era uma luta de longo período que se prolongou desde o período colonial e imperial. A presença dos estudantes durante o Império também ocorre de forma esporádica, com manifestações nos

⁷ As primeiras instituições escolares implantadas no Brasil foram organizadas nos moldes das demais escolas jesuíticas dos vários países, que iniciaram o trabalho de escolarização num contexto em que o cristianismo visava poder manter-se, propagar sua doutrina e assegurar o exercício do culto. Eram escolas que iniciavam com o ensino das primeiras letras, chegando até as escolas superiores. Para construir o método de ensino, os jesuítas tomaram como referência o método escolástico, existente desde o século XII, e o *modus parisiense*, como era chamado o método em vigor na Universidade de Paris, local onde Inácio de Loyola e os demais jesuítas fundadores da Companhia de Jesus realizaram seus estudos.

movimentos revolucionários brasileiros. Nesse mesmo sentido, a pesquisa histórica da mobilização da juventude, desde o Brasil colônia até os dias de hoje realizado por Poerner (1979, p.56) vai creditar “aos jovens estudantes a importação das idéias revolucionárias de Voltaire, Rousseau e Montesquieu e que de certa forma introduzem o sonho da fundação de uma Universidade Brasileira”. De acordo com Berger (1976, p.167), “será no Império que ocorrerá uma ‘academização’ do sistema educacional brasileiro. São criadas as primeiras Faculdades com o objetivo principal de atender às elites”.

A expansão do ensino superior e a iniciativa privada se concretizam no período republicano, mais precisamente na República Velha (1889-1930), quando a Constituição da República, em 1891, descentralizou a oferta do ensino superior, permitindo que os governos estaduais e a iniciativa privada criassem seus próprios estabelecimentos. Teixeira (1969, p. 25) analisa o fato da seguinte forma:

Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes. A partir daí, a iniciativa privada criou seus próprios estabelecimentos de ensino superior graças à possibilidade legal disciplinada pela Constituição da República (1891). As instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas. O sistema educacional paulista surgiu nesta época e representou a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas ao controle do governo central. Dentre os cursos criados em São Paulo neste período, constam os de Engenharia Civil Elétrica e Mecânica (1896), da atual Universidade Mackenzie que é confessional presbiteriana. Nos anos seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133, 86 das quais criadas na década de 20.

Os anos 20 apresentam-se marcados pelo aumento da procura por uma educação superior resultante das transformações políticas, sociais, econômicas e culturais em processo no Brasil. Tais transformações tiveram profundas repercussões nas décadas seguintes:

Assim, promoveu-se a Semana de Arte Moderna de 22, em São Paulo, que rompeu com os moldes do academicismo na pintura, na música e na literatura, contribuindo para um contato mais direto com a vida brasileira e com as novas tendências da arte européia mais viva. Do ponto de vista político, temos uma série de rebeliões, conhecida como o “movimento tenentista”, que culminaram com a Revolução de 1930. É nesse período, ainda que se constituem, no Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Ciências (ABC), em 1922, cujas origens datam de 1916, quando é fundada a Sociedade Brasileira de Ciências, e a Associação Brasileira de Educação (ABE) instituída em 1924. Essas duas entidades iniciam um movimento pela modernização do sistema educacional brasileiro em todos os níveis, incluindo o universitário. (SCHARTZMAN, 1979, p.163).

Nesse cenário, temos a criação da primeira universidade na década de 1920, a universidade do Rio de Janeiro ou do Brasil como foi intitulada. A esse fato, Fávero (1999) assinala que na história do ensino superior brasileiro, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ)

é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo governo federal, através do decreto nº 11530, de 18 de março, em que o governo entende oportuno “[...] reunir em universidade no Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e uma das Escolas de Direito [...] sem que lhe fossem criados os mecanismos integradores entre as diversas faculdades existentes”. (SILVA NETO, 1999, p.61). O que bem identifica, no Brasil, o caráter agregacionista de escolas isoladas, mesmo na criação da referida universidade. Mas, apesar das divergências em sua criação, um aspecto não poderá ser esquecido: ela teve o mérito de provocar o debate em torno do problema universitário no país. Entretanto esse fato abriu caminho para que ao longo do tempo outras instituições fossem criadas, como a própria idéia de universidade passasse por uma evolução. (FÁVERO, 1999).

A partir de 1930 inicia-se o esforço de arrumação e transformação do ensino superior no Brasil. O ajuntamento de três ou mais faculdades podia legalmente chamar-se de universidade. É nesses termos que se fundam as Universidades de Minas Geras- reorganizada em 1933 – e Universidade de São Paulo, que em 1934 já expressa uma preocupação de superar o simples agrupamento de faculdades. (LUCKESI, 1994, p.34).

Dessa forma, a revolução de 1930 iria se transformar no motor acelerador deste processo, que “veio abrir uma nova quadra na história política do país, na qual o aparelho educacional sofreu alterações de grande envergadura” (CUNHA, 1980, p.150). O debate sobre a criação da universidade não se restringia mais às questões estritamente políticas, mas ao conceito e às funções de universidade na sociedade.

Foi nesse cenário, que o governo de Getúlio Vargas promoveu uma ampla reforma educacional, autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades, que se organizariam a partir de um núcleo formado por uma escola de Filosofia e Letras. Assim, o primeiro ministro da Educação no país, Francisco Campos, “[...] elabora e implementa reformas de ensino, embora não atendesse à principal bandeira do movimento nos anos 20 por não dar exclusividade pública ao ensino superior além de permitir a funcionamento de instituições isoladas”(MARTINS, 2002, p.5). Entretanto, em 11 de abril de 1931, é sancionado o projeto de reformas do ensino superior, que passa à história com o nome do ministro que o encaminha. Dessa forma,

Com o estabelecimento de novas regras para a educação superior brasileira, a adoção de um sistema universitário, Getúlio Vargas consolida um sistema de casas de estudantes ou alojamentos universitários. E foi através de uma participação maior dos estudantes na administração de diversas atividades das escolas superiores. Com a criação dos DCEs (Diretórios Centrais de Estudantes) e DAS (Diretórios Acadêmicos), os estudantes passaram a administrar cantinas e restaurantes. E puderam fundar e administrar moradias com recursos públicos. (MACHADO, 2007, p. 199)

Em 1937, finda-se a Segunda República com o golpe que institucionalizou o Estado Novo. O debate sobre a política educacional saía da sociedade civil e passava a ser controlado pela sociedade política, representada por um Estado ditatorial (JÚNIOR GHIRALDELLI, 1991, p. 47). Esse período terá como marcos importante a criação, instalação e consolidação do ME organizado. Sendo assim, a memória dos feitos da União Nacional de Estudantes (UNE), criada em 11 de agosto de 1937, revela a importância dessa entidade unificadora das lutas estudantis em escala nacional, tanto aquelas voltadas para questões específicas e regionalizadas, quanto as guiadas por motivações políticas.

O surgimento desta entidade representou uma tomada de consciência dos estudantes, em nível nacional e tornou-se um divisor de águas do ME na História educacional do país. No ano seguinte em 1938, buscando oficializar o órgão que representaria o segmento universitário no seu II Congresso Nacional, a UNE realiza várias discussões e propostas pertinentes ao cenário do ensino superior brasileiro, imprime também um forte cunho “militante” em suas deliberações. Nesse ínterim, “[...] é aberto solenemente o II Congresso em 5 de dezembro de 1938, contando com cerca de 80 associações universitárias e secundárias, ao qual compareceram professores e um representante do Ministério da Educação” (FÁVERO, 1994, p. 17-18).

Apesar de reconhecida oficialmente pelo presidente Getúlio Vargas como a única entidade de representação estudantil em nível nacional e ligada, por decreto ao ministério da Educação, desde o início a UNE preocupou-se em tomar posição e influir nas discussões relativas aos grandes problemas nacionais, de modo especial na educação.

O período de 1931 a 1945 caracterizou-se por intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação. Em troca de apoio ao novo regime, o governo ofereceu “[...] à Igreja a introdução do ensino religioso facultativo no ciclo básico, o que de fato ocorreu em 1931. Porém na década seguinte a Igreja Católica toma iniciativa da criação de suas próprias universidades” (MARTINS, 2002, p.5).

Está armado o cenário em que se assistiu à luta do Movimento Estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do novo modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública.

Estava em questão a reforma de todo o sistema de ensino, de forma especial o da universidade⁸:

As principais críticas ao modelo universitário eram: a instituição de cátedra, a compartimentalização devido ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931 que resistiam à adequação e mantinham a autonomia, e o caráter elitista da universidade. (MARTINS, 2000, p.3).

A formação de um curso superior vivenciada no Maranhão, no decorrer da primeira República, não é diferente dos demais estados da federação. É autêntica herdeira de um país que apresentava os mesmos problemas crônicos da época colonial e imperial, vale lembrar que até meados do século XVIII, era o estado dentre as unidades coloniais lusitanas uma das de vida mais precária e difícil.

Entretanto, com a fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (7/8/1755) e sua política econômica de incentivo a lavoura, ao comércio e mesmo à indústria, essa situação de penúria seria, quase de imediato, não só superada como substituída por uma progressiva abundância e crescente riqueza que se firmaria de tal modo nos vinte anos em que atuou a empresa, até ser extinta (25/2/1778) por D. Maria I, após a morte de seu pai e conseqüentemente queda do Ministério pombalino, que permitiria a esta nova situação perdurar no tempo até meados do século XIX e estende sua duração, embora em continuada regressão, até que a Abolição lhe jogasse a última pá de cal. Com isso, os grandes senhores de terra e futuros barões donos dos engenhos de açúcar e proprietários de fazendas de algodão, de arroz, de gado, passariam a viver, em São Luís e Alcântara, em sobrados apalacetados, de fachadas de azulejos e sacadas de ferro, a se servir de carruagens ou a montar cavalos ajaezados, enquanto as sinhás-donas e sinhás-moças se transportavam em cadeiras e palanquis, a despender suas horas de lazer com associações culturais, em saraus familiares, em sessões de teatro em que representavam companhia importados da Europa, a manter com seus gostos e gastos, uma colônia francesa de artigos de luxo, a ler diariamente bons jornais redigidos por apenas esmeradas, a adquirir livros de uma editora local que publicava não só os originais dos plumitivos da terra como as traduções que faziam de escritores estrangeiros [...] o que nos surpreende e intriga, sabendo-o, é que essa elite socialmente refinada e culturalmente aprimorada não se tenha empenhado, ao menos por uma questão de envaidecimento e orgulho para a terra, na criação de uma escola superior, à semelhança do que ocorreria com o Rio de Janeiro, a Bahia, Pernambuco e São Paulo, mormente quando havia o precedente daquela promessa do príncipe D. João e havia doutores bastantes para manter uma escola de medicina ou um curso Jurídico (MEIRELES, 1994, p.56-57).

A elite local, desde muito tempo, era costume mandar educar em Portugal as jovens das famílias abastadas e os rapazes formarem-se na Europa. Esses jovens estudantes, ao

⁸ O que mais se aproxima do termo universidade como hoje é conhecido é a configuração do “studium generale” e “universitas”. Universitas significa corporação. Essas corporações formadas para satisfazer necessidades de troca espiritual e material, dispunham de autonomia e hierarquia própria. Na hierarquia existiam o aprendiz, o valet ou mestre. As promoções internas se davam por via de exame público e eram outorgados sinetes que tinham reconhecimento público. O studium generale significa estabelecimento de ensino superior. O Studium atraía estudantes e abrigava, no mínimo, uma faculdade como a de Paris (Teologia), de Salerno (Medicina) e de Bolonha (Direito). Com o tempo procede-se à junção de sentido entre universitas e studium generale, tornando-se sinônimos de irradiação a partir das corporações de Bolonha, Paris e Salerno, surgindo daí outras corporações geradas espontaneamente, sem autorização de rei, príncipe ou papa.

retornar ao Maranhão, exerciam um papel fundamental na transformação do comportamento da sociedade. Sendo eles o elo entre o Maranhão e o velho mundo com sua cultura milenar, berço de revoluções políticas e estilo de vida incomum. (JORGE, 2000). Tal esmero deu a São Luís uma condição de elegância e refinamento intelectual, que despertava curiosidade aos viajantes que passavam pela província. Portanto,

O Maranhão não dependia de Portugal apenas pelos laços econômicos, pelo espaço geográfico, pelo trabalho, mas pela importância do ensino. A universidade de Coimbra era o centro e a atração, pela facilidade do idioma e para onde os filhos das famílias ricas e tradicionais eram mandados, para receber formação cultural. [...] Não apenas Portugal era incluído no roteiro de viagem aos que desejavam adquirir formação universitária, A Alemanha, idem [...] dizem que a Inglaterra e a França também faziam parte da escolha dos que desejavam estudar em uma universidade européia, para concluir: Havia empenho em copiar os costumes europeus. (JORGE, 2000, p.22-23).

Com uma educação privilegiada, aos jovens de elite estariam destinados os altos cargos da administração pública. O Maranhão, nesse período, apresenta várias questões sociais que eclodiram com o predomínio do modelo agroexportador, o poder exercido por coronéis, corrupção, política de favores, uso da máquina pública, exclusão das classes subalternas e poder concentrado nas mãos de uma minoria, além da ausência do Estado no que tange às questões sociais. (BOTELHO, 2007).

O Maranhão na Primeira República apresentava também fragilidades de ordem econômica e social, [...] cujo cenário ficou marcado pelo conjunto de acontecimentos que ensejaram o colapso do sistema monárquico e o alvorecer do novo regime que teve no exército a sua principal força, e na ausência de setores populares, o seu principal defeito (BOTELHO, 2007, p. 159).

Ao abordar o fato, Costa (1985) analisa que o novo regime instaurado não correspondia às aspirações da população e que a República não passaria de um simples golpe militar. A ideia de instalação de um curso superior ganhava espaço a partir desse período nas rodas e nos discursos dos intelectuais, até porque “a educação, além de regeneradora da sociedade, era tida como essencial do progresso”. (QUEIROZ, 1998, p. 87). Sendo a educação condição para as grandes transformações estruturais, a ausência do ensino superior local deixa o sonho e a realidade dessas mudanças mais distantes. Assim, com a proclamação da República,

[...] a que o Maranhão aderiria formalmente a 18/11/1889, surgiram, a pouco e pouco, as primeiras unidades isoladas de ensino superior, na terra, todas elas, de princípio, particulares e agora sem que fossem de fins religiosos, e isso depois de

desfazer-se o sonho, sem dúvida prematuro, do poeta Sousândrade, da criação de uma universidade em São Luís (MEIRELES, 1994, p.63).

O sonho e o desejo da primeira escola superior no Maranhão se realizaram a partir da ação de um grupo de intelectuais idealistas, entre eles Domingos de Castro Perdigão, árduo lutador pela criação da Faculdade de Direito no Maranhão, que conquistou um forte e decisivo aliado nessa empreitada, o Cônsul de Portugal no Maranhão, o escritor Sr. Manoel Fran Paxeco. Muitos percursos e debates ocorreram em torno da concretização da primeira escola superior em terras maranhenses, como nos revela Perdigão (1927, p.8) ao descrever essa trajetória:

Em 1908 principiei a pugnar pela abertura de uma escola superior aqui. Neste sentido, troquei idéias com o ilustre Dr. José Euzébio de Carvalho Oliveira, então nosso representante na Câmara Federal que muito me incentivou aconselhando-me a levar avante o empreendimento. As alterações políticas do Estado interromperam - me a ação. Em 1916, porém, fui de novo despertado pelo recebimento, na Biblioteca Pública, de exemplares dos regulamentos das faculdades do Pará, Ceará e universidade de Manaus. Reconveni-me de que o Maranhão a Atenas Brasileira, se deixava ficar em plano inferior. Voltei a ocupar-me de levantar a idéia de fundar em São Luís uma Faculdade de Direito. Foi um atrevimento que me tem causado muitos dissabores, mas também me tem trazido instantes de prazer, como este em que vos falo. Manifestei-me neste sentido ao Dr. Antônio Lopes Cunha, que aplaudiu a iniciativa, mostrando-se pronto a colaborar na sua execução. Chegamos mesmo a distribuir as cadeiras do curso pelos bacharéis aqui existentes. Mas ficou nisso e o Dr. Antonio Lopes não mais me apareceu para, tratar do assunto. Procurei o Dr. Herculano Parga, então no governo do Estado, o qual achou a idéia pouco viável, sem, contudo, a hostilizar. Opinou que seria melhor cuidar-se de uma escola agrícola. Não esmoreci. Fui entender-me com o Dr. Valente Figueiredo, presidente, nesse tempo, do Superior Tribunal de Justiça. Recebeu-me afavelmente, porém, julgou o empreendimento superior às minhas forças, não prometeu ajudar-me neste sentido, mas também não me desencorajou. Falei também ao Dr. Alfredo de Assis Castro, que louvou a tentativa, embora a reputasse impraticável no nosso meio. Encontrava assim o desânimo por todos os lados. A esperança de melhores dias conservou no meu espírito essa idéia fixa, que só se tornou realidade com o regresso, em 1917 do ilustre cônsul de Portugal, Sr. Manoel Fran Paxeco. Ao despedir-se um ano antes, perguntara-me em que parava o projeto da faculdade. Espírito iluminado e laborioso, decidido sempre a servir às causas úteis, trouxe a energia necessária para por em marcha este ideal. Não o procurei. Conhecedor do meu plano interessou-se pelo mesmo e ali na Biblioteca pública, se assentaram, num dia, as bases da nova instituição.⁹

Temos então em cena, a Faculdade de Direito do Maranhão, fundada em 28 de abril de 1918, durante uma assembleia reunida no recinto da Biblioteca Pública do Estado, onde se cria a Associação Organizadora do referido órgão. Referente a esse fato, o Sr. Domingos de Castro Perdigão¹⁰ relata:

Presidiu a esse ato o ilustre doutor Henrique José Couto, então Secretário do Interior, com quem anteriormente me entendera e que enalteceu a idéia,

⁹ PERDIGÃO, Domingos de Castro. Discurso proferido em 11 de agosto de 1927, ao receber o diploma de professor honorário e na inauguração do seu retrato na sala da congregação.

¹⁰ Id. Discurso proferido em 11 de agosto de 1927.

oferecendo o seu valiosíssimo apoio, que muito nos valeu nos primeiros dias da novel instituição. Os informes sobre essa sessão são os seguintes: Aos 28 de abril de 1918, na sala de leitura da Biblioteca Pública, estabelecimento de onde saíram diversas agremiações úteis como a Oficina dos Novos, a Associação Cívica, a Universidade Popular, a Academia Maranhense, a Associação da Imprensa, realizou-se uma assembléia convocada por iniciativa dos senhores Domingos de Castro Perdigão, Bel. Alfredo de Assis Castro, Bel. Antonio Lopes de Cunha, médico José de Almeida Nunes e Manoel Fran Paxeco, para se resolver se deveria fundar-se nesta capital, uma Faculdade de Direito. Compareceram, além dos iniciadores, as professoras Maria da Glória Parga Nina e Rosa Castro e os Srs. Raimundo da Cunha Marques, representando o governo, Dr. Henrique José Couto, secretário do Interior, Dr. Tarquínio Lopes Filho, presidente do Congresso Estadual, desembargador Aarão Araruama do Rego Brito, Dr. Aníbal de Pádua Pereira de Andrade, Dr. Lourenço J. Tavares de Holanda, desembargador Odila Costa, Dr. Georgiano Horário Gonçalves, Dr. Manoel Jansen Ferreira, Dr. Carlos Augusto de Araújo Costa, desembargador Antônio José Pereira Júnior, Luís Antônio da Cunha, Artur Paraíso. [...] Discutiram-se, depois, e aprovaram-se os estatutos da Associação Organizadora da Faculdade constituídos por dez artigos. De acordo com eles, elegeu-se a diretoria da referida associação, apurando-se: para presidente o desembargador Artur Bezerra de Menezes; vice-presidente, coronel Cândido José Ribeiro; secretários, Fran Paxeco e Domingos Perdigão [...] E assim foi fundada a Faculdade do Maranhão, que abriu suas aulas a 1º de julho de 1918, e em 11 de agosto do mesmo ano, festejou sua fundação com uma solenidade no Teatro Arthur Azevedo, na qual foram prestadas públicas homenagens ao egregário jurista brasileiro Rui Barbosa (PERDIGÃO, 1927, p. 3).

Então nasce a nossa primeira instituição de ensino superior, a Faculdade de Direito do Maranhão. Composta a primeira diretoria, teve o Dr. Viana Vaz, como Diretor e 1º vice-diretor o desembargador Henrique Couto, o primeiro juiz federal do estado. O corpo docente fundador da faculdade era constituído por: Dr. Antonio Lopes, Dr. Godofredo Viana, Dr. Fran Paxeco, Dr. Viana Vaz, Dr. Raul da Cunha Machado, Dr. Clodomir Cardoso, que organizaram o primeiro vestibular, termo utilizado a partir de 1915 em substituição a exames preparatórios. Assim, foi realizado no dia 8 de junho de 1918. Instalada durante o governo de Herculano Nina Parga, a mesma funcionou inicialmente no Beco de Sé, hoje travessa D. Francisco; depois, na Rua do Sol, esquina da Travessa do Sineiro (Godofredo Viana), defronte ao Teatro Arthur Azevedo, em prédio próprio (MEIRELES, 1994).

Assim continuavam seus passos lentos e graduais. Num clima rotineiro de todo estabelecimento de ensino: reuniões da congregação, nomeações de professores honorários, substitutos, exames vestibulares, resultados de provas parciais, trocas de expedientes oficiais, cobrança de mensalidades atrasadas, sugestões visando a subvenções para a faculdade, etc. [...] entre nós, mutatis, mutandis, sem os exageros do estilo coimbrão, os professores da Faculdade de Direito sempre foram tratados por mestre ou lentes, e os alunos, por acadêmicos. Estes também primavam pelo traje de paletó e gravata e nenhum assistia aula se assim não estivesse composto. Era uma exigência do ritual da Escola Jurídica. Até nos idos de 1954[...] Não obstante estas formalidades, os memorialistas desta época afirmam que havia perfeito e, salutar relacionamento entre mestres e acadêmicos. Muitas vezes, por iniciativa dos estudantes, autoridades do mundo jurídico proferiam conferências no salão nobre da Faculdade de Direito. Um dos eventos tradicionais que integravam os acadêmicos e seus mestres iniciou-se em 1921, conhecido como a “Festa da chave” [...] origem eminentemente coimbrã, com

passagem pela Faculdade de Recife, era uma espécie de tertúlia cultural, na qual o Diretor da Escola Superior entregava uma “chave” simbolizando o saber a uma lente previamente escolhido. Este, por sua vez, dissertava sobre um tema de caráter erudito. Ao encerrar sua oração, o mestre passava a chave a um estudante, também, previamente designado que, recebendo a, proferia um discurso nos mesmos moldes. Essas tertúlias agradavam em cheio à sociedade da época. Nos meios culturais eram aguardadas com vivo interesse. O acadêmico que fosse bom orador e se saísse bem na “Festa da chave” adquiria status tanto na Faculdade como nos meios intelectuais da cidade. (DINO, 1996, p.30-32).

Nos anos seguintes, a faculdade de Direito fica sendo o único estabelecimento de ensino superior no Maranhão. Reconhecida como instituição de utilidade pública pela lei estadual nº 834, de 21 de março de 1919, tendo declaração válida dos diplomas por ela conferidos, em todo o território do Estado pela lei nº 963, de 4 de abril de 1921. Já a conquista à equiparação da faculdade de Direito do Maranhão aos estabelecimentos federais congêneres foi autorizada pelo Conselho Superior de Ensino, em 16 de fevereiro de 1924 (MEIRELES, 1994).

A referida equiparação foi publicada no Diário Oficial da União, edição de 22 de fevereiro de 1924. Tal conquista ensejou várias manifestações pelo feito, que levou a mocidade acadêmica do curso jurídico a sua primeira manifestação estudantil em praça pública. Para a manifestação, os estudantes convocaram a sociedade maranhense para juntar-se à comunidade acadêmica a fim de celebrar esta conquista, como também nos jomais de grande circulação local como o “Jornal A Pacotilha”.

Em regozijo pela equiparação da nossa escola jurídica, a mocidade acadêmica realizará, hoje à noite, uma passeata comemorativa, que percorrerá as principais ruas da cidade, falando durante o trajeto vários oradores escolhidos entre os estudantes para apresentar as respectivas séries. Em seguida se dirigirão todos ao palácio do governo a fim de congratular-se com o Exmo. Senhor Presidente do estado por mais essa conquista da nossa mentalidade prestigiada pelo concurso do Dr. Godofredo Viana. O ponto de partida é a Praça João Lisboa, onde se reunirão, às 19:00 horas, todos os estudantes da Academia de Direito. Uma comissão de acadêmicos, composta dos Srs. Edison Brandão, Hermelindo de Gusmão Filho e Guimarães Júnior, esteve nesta redação expondo-nos o programa da manifestação na qual A Pacotilha se representará. (A Pacotilha, 1924, p.1).

Nesse quadro de êxito de que se revestiu a Faculdade de Direito nos anos 20, surge o nosso segundo estabelecimento de ensino superior, a Escola de Farmácia no Maranhão, fundada a 12 de março de 1922. Idealizada inicialmente pelos Dr. Luís Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras, contou com apoio neste primeiro momento dos entusiastas farmacêuticos Bernardo Pedrosa Caldas e João Marcelino da Silveira Teixeira (DINO, 1996).

Reconhecida, assim, pelo Estado como instituição de utilidade pública pela lei nº 1.121 de 9 de maio de 1923 e seus diplomas validados em todo o território maranhense por

ele expedido por decreto da lei estadual 1.163, de 7 de abril de 1924. Tem na direção desse novo estabelecimento de ensino superior, o médico e farmacêutico Dr. Achilles de Faria Lisboa. Entretanto, em sua obra o historiador Mário Meireles registra a iniciativa dos juristas Fran Paxeco e Domingos de Castro Perdigão à formação desta nova escola em terras maranhenses.

A 12/3/1922, finalmente, por iniciativa de Fran Paxeco e Domingos de Castro Perdigão, que quatro anos antes (23/4/1918) tinham levantado e feito concretizar-se a idéia da criação de uma faculdade de Direito, reuniu-se no salão nobre dessa escola, na Rua do sol, de esquina com a travessa do Teatro, em São Luís, um grupo de intelectuais, inclusive alguns farmacêuticos, e deu por fundada uma escola de farmácia do Maranhão, que iria funcionar no prédio de n° 33 do largo de Santo Antônio, onde fora residência e palco da trágica morte (24/6/1916) de Antônio Lobo, o fundador da Academia maranhense de Letras, depois de ter provisoriamente funcionado à Rua do sol, onde foi o Grupo Escolar Raimundo Corrêa. (MEIRELES, 1994, p.190).

Só em 1925, a direção da Escola de Farmácia resolve congregar um Curso de Odontologia. O Maranhão não tinha a dispor cirurgiões dentistas formados, para atender à necessidade da sociedade, até porque não eram muitos os cursos dessa especialidade no país. Então, o Estado procurou resolver essa questão, através da lei n° 764, de 23 de abril de 1917, que permitia os formados pela Escola Livre de Odontologia do Pará a exercerem a profissão, não somente na capital, mas em todo o Maranhão.

Essa medida não resolveu definitivamente o problema, resultando na junção das escolas que passa a designar-se de Escola de Farmácia e Odontologia do Maranhão. Chegamos, assim, “a última década da primeira metade do século XX com apenas uma Faculdade de Direito e uma Escola de Farmácia e Odontologia, equiparadas, ambas de fato e de direito, unidades de ensino superior” (MEIRELES, 1994, p. 67)

CAPÍTULO III

PRIMEIRO ATO: NO PALCO, O OLHAR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SOBRE OS IMPRESSOS DA DÉCADA DE 1930

ESQUERDA

ORGÃO DA SOCIEDADE ACADEMICA MARANHENSE

Redactor: Corrêa Lima

Maranhão - Outubro - 1934

Porque surgiu a 'Esquerda Acadêmica'

GILBERTO COSTA

... (text continues) ...

FOLHA ACADEMICA

ORGÃO DOS ACADEMICOS DE DIREITO

ANNO 1 - 8. Leis, 7 de Agosto de 1934 - NÚMERO III

Se a Humanidade quiser a Paz é no coração da Mocidade que deve plantar sementeiras de ideias convergentes para esse resplando.

Antonio Lopes



DR. ANTONIO LOPES

... (text continues) ...

A Victoria!!!

Tudo pela divisa da \$4900

BAZAR DAS NOVIDADES

... (text continues) ...

CONTRA A GRIPE

Antigripal Jesus

Comprimidos

Os impressos estudantis tornam-se recurso precioso para as análises no campo da História da Educação por veicular muita informação, pela proximidade dos acontecimentos, pelo caráter veloz e polêmico de suas informações e pelo poder de intervenção na realidade. Constituindo-se, dessa forma, num importante observatório para se estudar o pensamento pedagógico, por meio dos discursos veiculados e pela repercussão dos temas debatidos. Fazendo uso dessa fonte primária, busca-se resgatar aspectos do pensamento educacional presentes na comunidade ludovicense, bem como o posicionamento do referido jornal frente à educação.

Assim sendo, o olhar se volta para a conjuntura da década de 1930, esse período inaugura outra etapa do ensino superior no país e, conseqüentemente, no Maranhão, decorrente das profundas mudanças no cenário político e educacional, resultante do governo Vargas (1930-1945). Surge, então, um aparelho de Estado centralizador no intento de estabelecer seu projeto nacionalista. Se a Primeira República é caracterizada pela descentralização política, após 1930 essa tendência se reverte na crescente centralização nos mais diversos segmentos da sociedade. Portanto,

No Maranhão, a presença de interventores é reflexo do centralismo adotado no governo Vargas que contribuiu imensamente para aguçar os conflitos e conseqüentemente a instabilidade política no estado. Só entre 1930 a 1937, governaram o Maranhão, sete interventores, cujos mandatos em geral, foram marcados por conflitos e instabilidades. (BOTELHO, 2007, p. 178)

Nesse contexto, e tendo como pressuposto os condicionantes histórico-sociais anteriormente mencionados à criação das primeiras escolas superiores no Maranhão, emergiu-se nos impressos produzidos pelos acadêmicos de Direito que tiveram como palco essas escolas, onde se localizou o primeiro impresso desse estudo, o jornal “Folha Acadêmica”.

Cabe, contudo, observar que se identificou nos arquivos somente o número 3 desse impresso, datado de 2 de agosto de 1934. Portanto, não é possível determinar quantos números foram publicados. O referido jornal é composto por quatro colunas, tendo 27 cm de largura por 37 cm de altura, não consta o nome e o endereço da tipografia nas quais era impresso. Há anúncios da Casa Travassos (venda de chapéus de palha, de filtro, camisas e gravatas etc.) e da Cunha Santos & CIA (armazém de ferragem) e não apresenta expediente. Este impresso não apenas citava como transcrevia trechos de obras do “Cenáculo Graça Aranha”, sociedade literária em que se congregaram os novos escritores do Maranhão de filiação modernista - entre eles estavam Josué Montello, Maranhão Sobrinho e outros. Coloca suas colunas à disposição de anunciantes e da comunidade acadêmica. O jornal de cinco

páginas trazia, na primeira, em epígrafe, transcrição de frases do professor catedrático Antônio Lopes¹¹, “figura de largo prestígio intelectual em São Luís e portador de notória simpatia nos meios estudantis” (DINO, 1996, p.101). Vejamos a figura abaixo.

Figura 1 – Jornal Folha Academica (1934)

1 Embaixada "Augusto Viana"

Como foi recebida na Faculdade de Direito — O discurso do prof. Antonio Lopes

Realizou-se no dia 22 a sessão solene com que os acadêmicos da Faculdade de Direito receberam neste estabelecimento de ensino superior, os seus colegas da Escola de Medicina da Bahia.

A solenidade foi presidida pelo diretor da nossa escola jurídica, des. Henrique Couto, que em palavras cheias de entusiasmo disse do motivo daquela sessão, e da necessidade do intercâmbio inteligente e sábio que deve existir entre a mocidade do Brasil. Seguiu-se logo após a palavra inusitante e culta do professor Antonio Lopes, catedrático da Faculdade de Direito do Maranhão, o qual focalizou as afinidades do Maranhão com a Bahia na história patria, e fez uma apreciação critica da obra dos três maranhenses: Gonçalves Dias, Otton de Magalhães e Nina Rodrigues, como formadores da ciencia do homem brasileiro. Falaram em seguida o academico Macieira Neto, em brilhante discurso saudando a Embaixada Augusto Viana, em nome do Centro Academico "Viveiros de Castro" e o doutorando Durvalino Couto que, em feliz palestra, estudou a personalidade de Nina Rodrigues, tendo o seu trabalho arrancado os maiores aplausos da assistência.

Por ultimo discursaram o dr. Braulio Xavier, presidente da Embaixada, agradecendo em breves palavras a manifestação dos academicos maranhenses e o jornalista Roberto Gonçalves, que foi aclamado.

A sessão terminou ás 22 horas. Foi este o discurso pronunciado pelo prof. Antonio Lopes.

Se o philosopho que para eliminar a incerteza do conhecimento de si mesma e do mundo pela velha alma humana, partiu corajosamente da applicação do principio de scepticismo universal, houverse ressuscitado logo na primeira metade do seculo XVIII para poder avaliar quanto avancara o homem no caminho da solução do problema da verdade, ficaria bem desiludido de ter dado, com o seu methodo, um passo além da propria duvida que fôra o seu ponto de partida. A serena confiança do seu espirito no mundo passivel de interpretação e nas forcas da mente humana para esse trabalho experimental era um rude choque, em contacto com o pensamento daquelle seculo, em que para Berkeley — "a creança um mundo exterior é falsa e inconsistente" pela "as coisas que temos por matêrias, mas existem em nossa mente" — e, para Hume, é impossível, a ponto de irrem das no ridiculo todos os nossos esforços, formarmos qualquer concepção de um espirito ou outra realidade para além das apparencias que o mundo fragmentadamente nos offerece.

De então

“Se a Humanidade quiser a Paz é no coração da Mocidade que deve plantar a sementeira de idéas convergentes para esse resultado.” — Antonio Lopes.

FOLHA
ACADEMICA

ÓRGÃO DOS ACADEMICOS DE DIREITO

ANNO 1 | S. Luiz, 7 de Agosto de 1934 | NUMERO III



DR. ANTONIO LOPES

ção desses dois pensamentos tem sido o objecto principal daquelle occupação humana para William James ao mesmo tempo a mais sublime e a menos extraordinaria, — a philosophia.

Não ha de contentar a todos o simples arranjo resultante da solução proposta pelo pragmatismo ao problema do homem correndo á volta da arvore para apanhar o eschylo...

Adianta muito mais dizer-se que "o Universo é porque é, e só nos é dado explicar scientificamente os seus phenomenos, o que importa na fragmentação do Todo, infinito e inattingivel á investigação da sciencia", "indemonstravel pela logica", mas "por uma necessidade fatal do espirito, comprehendido como realidade ideal". Pelo menos poderiamos, dessa altura, avistar a Terra da Promissão de toda philosophia — uma sciencia? E ella não seria muito complicada: teria por fim a nossa integração na harmonia universal, persuadidos de que o enthusiasmo com que a admiração, torna bello e grande o nosso destino.

Acima do nome espirito, entre o racional e o real, não admitiriamos, segundo interpreta o sr. Ronald de Carvalho, discipulo do constructor dessa ethica, o conselho de Pascal quando escreve a respeito, mas o acceptariamos, "quando põe o coração acima da intelligencia", porque o coração, sempre em funcção daquelle harmonia universal de que fala Spinoza, não erra: "evita a triste conclusão do raciocinio desenganado"...

Quem esboçou essa philosophia e essa ethica foi Graça Aranha, luminoso espirito que o Maranhão deu á patria maior para gloria das suas lettras.

Se resumir sua bella concepção do universo e da nossa integração na sua harmonia, foi para trazer das puras fontes da intelligencia maranhense alguma coisa que vos explicasse como a tendencia para viver pelo coração é tão natural no nosso povo, que até na obra dos pensadores de nossa terra, apparece como a conclusão da philosophia e razão de ser da vida.

Não vos surpreenderá a idea de Graça Aranha senão pelo que de engenhoso ou profundo com que traduz a maneira de comprehender a propria existencia a des-

sa gente, cujo espirito sentidas de perto pulsar, desde que apontastes a esta cidade. Podéis agora avaliar se a philosophia de Graça Aranha é mero producto artificial do seu contacto com a sciencia e a arte ou alguma coisa mais enraizada na sua alma e communicada a esta pela alma da terra onde nasceu esse grande artista com a estufa de um pensador authentico.

Se duvidades, ide perguntar o que era a poesia no Brasil antes que ao artificialismo dos velhos vates colonias succedesse a sentença de pura poesia do coração que se encontra em Gonçalves Dias e onde beberam enthusiasmo e ternura a musa herica de Castro Alves, e musa simplica de Casimiro de Abreu, as Alvaras de Azevedo, Junqueira Freire e Fagundes Varella.

Aqui mesmo, porém, na irradiante sinceridade com que vos presta sua homenagem a mocidade de S. Luiz, tendes uma demonstração palpante de que o Maranhão, que lá fôra só conhecido pelo espirito, vive, mais do que tado, pelo seu grande coração.

Abrão-se, para vos receber, esta casa onde se professa a sciencia angusta entre as que estudam as leis do equilibrio da sociedade, como indagam as sciencias que a vossa escola tanto temem illuminar nos principios que regulam o equilibrio da vida. E é como se visseis abertas diante de vós, de par em par, as portas de ouro do sacrario do coração maranhense, porque dentro deste templo pulsa o coração da mocidade, espontaneo, generoso, forte e leal.

Não encontrareis nesta Faculdade a tradição que preside a Alma Mater da cultura medica no Norte através de longos annos de desenvolvimento cultural, fazendo dessa Domus Aerea um dos mais preclaros padres de gloria. Turris Eburnea do saber no Novo Mundo. O que visdes aqui não é obra lenta de seculos, mas um estabelecimento que conta pouco tempo de existencia e cujo merito consiste principalmente nos esforços de que resultou sua construção. Podéis avaliar se é pouco, sabendo que esses esforços representam um milagre de boa-vontade dos maranhenses e de

Publicado pelo Centro Acadêmico (C.A.) “Viveiros de Castro”, órgão de representação dos estudantes da Faculdade de Direito, tinha na direção desse impresso o acadêmico Macieira Neto, que contava com a colaboração dos membros: Medir Freitas,

¹¹ Formou-se em Direito na faculdade de Recife; professor de Literatura do Liceu Maranhense, professor e fundador da Faculdade de Direito do Maranhão; redator da Pacotilha e O Imparcial, membro da Academia Maranhense de Letras. Fundador e presidente da Associação Maranhense de Imprensa.

Jurandir Brauna, José Joaquim Serra Costa, Clodomir Carvalho, Alberto Macieira Neto, Luís Belo, Herbert da Silva, Sidney Andrade e Ibere Cunha.

No Maranhão, as faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia - seguindo o exemplo das faculdades congêneres de Recife e São Paulo instituem os Centros Acadêmicos de herança Coimbrã, grandes pólos de expansão cultural no país. Assim, as primeiras organizações estudantis tomam corpo institucional, com discussões ocorrendo dentro das referidas instituições em nosso Estado. Dino (1996, p.63) observa:

A história dos Centros Acadêmicos precisa algum dia ser escrita. Eles sempre estiveram presentes na história da Faculdade de Direito. De que data é a certidão de seus nascimentos? Na fase embrionária, os Centros, mais tarde Diretórios Acadêmicos, possuíam uma função eminentemente social-recreativa-cultural. [...] Mas com o tempo, os Centros passaram a se conscientizar do papel relevante que poderiam desempenhar na vida da Academia.

Adotam, também, as embaixadas estudantis, que tinham como função deslocar-se periodicamente em viagens de visitas de cordialidade ou de intercâmbio cultural entre os jovens acadêmicos do nordeste ao sul do país. Logo, em suas primeiras páginas, a matéria sobre a visita da embaixada “Augusto Viana”, no Maranhão, ganha destaque no jornal “Folha Acadêmica”. Assim,

[...] em sessão solene, os acadêmicos da Faculdade de Direito receberam neste estabelecimento de ensino superior os seus colegas da Escola de Medicina da Bahia. Solenidade presidida pelo diretor da escola jurídica, desembargador Henrique Couto, que em palavras cheias de entusiasmo disse do motivo daquela sessão, e da necessidade do intercâmbio inteligente e salutar que deve existir entre a mocidade do Brasil. (Folha Acadêmica, 1934, p. 1).

A embaixada “Augusto Viana”, da Faculdade de Medicina da Bahia, tinha como presidente o Dr. Braulio Xavier, que “agradeceu em breves palavras a manifestação dos acadêmicos maranhenses e o jornalista Roberto Gonçalves, que foi aclamado”. (Folha Acadêmica, 1934, p.2) Empolgante e emocionada oratória, nós temos o discurso do professor Antonio Lopes catedrático da Faculdade de Direito do Maranhão, o qual focalizou as afinidades do Maranhão com a Bahia na História pátria, e fez uma apreciação crítica da obra dos três maranhenses: Gonçalves Dias, Celso de Magalhães e Nina Rodrigues, como formadores da ciência do homem brasileiro.

[...] na irradiante sinceridade com que nos presta sua homenagem a mocidade de São Luiz, tendes uma demonstração palpitante de que o Maranhão, que lá fora só conheceis pelo espírito, vive, mais do que tudo, pelo seu grande coração. Abriu-se, para vos receber, esta casa onde se professa a sciencia augusta entre as que estudam as leis do equilibrio da sociedade, como indagam as sciencias que a vossa escola tanto illumina os principios que regulam o equilibrio da vida. E é como se vísseis abertas diante de vós, de par em par, as portas de ouro do sacrário do

coração maranhense, porque dentro deste templo pulsa o coração da mocidade, espontaneo, generoso, forte e leal. Não encontrareis nesta Faculdade a tradição que prestigiou a Alma Mater da cultura medica do Norte atravez de longos annos de desenvolvimento cultural, fazendo dessa Damus Aurea um dos mais predares padrões da glória, Turrís Ebúrnea do saber no Novo Mundo. O que vedes aqui não é obra lenta de séculos, mas um estabelecimento que conta pouco tempo de existência e cujo mérito consiste principalmente nos esforços de que resultou sua construção. Podeis avaliar se é pouco, sabendo que esses esforços representam um milagre de boa vontade dos maranhenses. E podeis comprehendel-o, porque não ignoraes o que tem sido o progresso da cultura do Brasil e especialmente a diffusão do ensino neste paiz. [...] Vêde, pois, o que significa esta escola que fundamos, para o Maranhão não permanecer sem lograr no mapa do ensino universitário do Brasil, e cujo exemplo já frutificou em outro instituto superior que encontraste aqui, a caminho de um futuro promissor, a Faculdade de Pfarmacia e Odontologia. Se falta, porém, à nossa escola o prestigio de uma tradição própria formada em largo período de applicação á sciencia, Ella tem uma grande tradição a zelar: a tradição da cultura maranhense [...] a mocidade desta casa fez-se a vanguarda de uma avançada para a reconquista. Estimula-a o exemplo dos grandes nomes dos Dias, Soterós, Lisboas, Odoricós, Souzas e ainda aquelles que, transpostos os tempos áureos da nossa cultura, conseguiram deixar na história traços luminosos do espírito de nossa terra, luz que não se apaga, astro que não desaparece do horizonte da pátria, mas apenas varia a trajetoria, como podemos ver em Aluizio Azevedo, Teixeira Mendes, Viveiros de Castro, Graça Aranha, Coêlho Neto, Humberto de Campos e tantas outras mentalidades notáveis do Maranhão de ontem e de hoje e com projecção interna na vida espiritual do paiz. (Folha Academica, 1934, p.1-2)

Nesse discurso de saudação e retrospecto da conquista das faculdades nascentes em solo maranhense, observa-se a ênfase do professor em referenciar a intensa atividade literária existente em São Luís, em que fulgiriam nomes como os de Odorico Mendes e Sotero dos Reis, Gonçalves Dias e João Lisboa, e outros tantos que a História reuniria, todos, no chamado Grupo maranhense, do Romantismo literário brasileiro (1832-1868). Cabe aos jovens estudantes zelar pela “tradição cultural maranhense” a exemplo desses novos atenienses, “que alcançaram para o Maranhão, naquele nosso período áureo do Império, o cognome ilustre de Atenas do Brasil, galardão de honra que tem sido objeto de respeitoso culto para todas as gerações subsequentes” (MEIRELES, 1980, p.300).

O mito da Atenas Brasileira vem do século XIX, refere-se ao tempo em que as famílias abastadas proprietárias de estabelecimentos comerciais, escravos e agroexportação de algodão e açúcar, enviavam seus filhos para estudar em grandes centros da Europa [...] ou mesmo em outras províncias como Pernambuco e formavam uma elite regional. Esses intelectuais, de bacharéis e doutores, onde um grande número de escritores nativos contribuiu para a formação de escolas literárias e de avançados estudos sobre os diversos ramos da ciência, incluindo as letras e o gênero humano (BOTELHO, 2007, p.145).

Tal leitura nos faz entender o porquê da referência a esses literários no discurso do professor Antônio Lopes, que bem demonstra a missão dos acadêmicos em espelhá-los em sua formação. Vale ressaltar que o referido catedrático era colaborador do jornal *Folha Academica*, periódico em que veiculava seus artigos.

Basta dizer-se que no alvorecer do século XX, o maranhão estava em vida cultural. Eram sociedades literárias, livros, revistas, jornais, tertúlias, em tudo se agigantando os valores da época, de tal sorte que, hoje, olhando-os de longe, muito nos orgulhamos da herança que eles nos legaram, principalmente do honroso título de Atenas Brasileira. (DINO, 1996, p.12).

A década de 1930, especialmente na sua primeira metade, caracterizou-se por constantes viagens da embaixada acadêmica maranhense. Tal feito ganhava também destaque e repercussão na sociedade e nos jornais locais. O jornal *O Imparcial* publicou com destaque a seguinte matéria:

Pelo Itamagé, elegante unidade da frota da Companhia Nacional de navegação Costeira, parte hoje, para o sul, a anunciada embaixada dos alunos da nossa Faculdade de Direito. Compõem a caravana, que tem como presidente o Dr. Fernando Perdigão, secretário daquele instituto de ensino, os seguintes estudantes: Mario Santos, Mário Goulart, Rui Moraes, Macieira Neto e Amorim Parga. Destinam-se os inteligentes representantes da classe acadêmica maranhense ao porto de Recife, de onde seguirão provavelmente até o Rio de Janeiro e São Paulo. Ontem, os membros da embaixada despediram-se das principais autoridades, tendo vindo também à este jornal em visita de despedidas. Gratos a “sua visita, auspiciamos-lhes excelente viagem. (O Imparcial, 1934, p. 4)

Em nota, a “Folha Acadêmica” (1934, p.3) destaca: “Seguirá hoje para Recife a embaixada acadêmica maranhense, como estava anunciado. Devido à brevidade da viagem dos acadêmicos, só no próximo número daremos os detalhes sobre o mesmo”. Outro colaborador que aparece neste impresso é José da Costa e Silva, membro do centro Acadêmico da Escola de Agronomia do Maranhão¹². Criada em 1932, por iniciativa do agrônomo José Nogueira de Carvalho, que chefiava o Serviço de Defesa Vegetal, e do engenheiro Tebiriçá de Oliveira que dirigia a Escola de Aprendizes Artífices, este também seu primeiro diretor, e a qual, com sua sede na Rua da Palma, esquina com a de Sant’Ana, teria seu campo experimental no sítio do Ingaúra (Angelim). Há no impresso um destaque à visita realizada pelos alunos de Agronomia a Escola Normal.

Nós, os alunos da Escola de Agronomia, admiradores que somos da Escola Normal, para lá nos dirigimos, uma pequenina turma, composta apenas de seis estudantes, a fim de conhecermos o gabinete de física, química e história natural, o campo de agricultura e as demais dependências e manter mesmo um intercâmbio com aquela escola. [...] veio ao nosso encontro o professor Artur Marinho, que nos apresentou e disse do nosso objetivo à digna e distinta diretoria, composta da Exma. Sra Maria do Carmo Teixeira, e senhoritas Cloris R. Matos, Onesima Monteiro e Maria Rocha. Conhecemos detidamente aquele grande gabinete, o qual

¹² Iniciadas suas atividades no ano de 1933, logo o Estado, pelo decreto n. 879, de 19 de julho de 1935, a reconhecera de utilidade pública, dando ainda como válidos, em todo o seu território, os diplomas que conferisse. Em face, porém, de reestruturação então ocorrida no ensino agrícola, no país, e da conseqüente fiscalização a que foi submetida pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, foi levada a cerrar suas portas em 1939, diante do relatório desfavorável do inspetor que lhe foi mandado, o agrônomo maranhense Eliezer Rodrigues Moreira. A seus alunos, no entanto, foi assegurada a transferência para escolas que fossem legalizadas, e aos já diplomados deu-se a oportunidade de revalidação do título, mediante exame vago a ser prestado na Escola Nacional de Agronomia, no Rio de Janeiro.

achamos ser o melhor do Estado. A ordem e disposição em que tudo nele se acha, são a prova mais eloqüente do esforço, dedicação e boa vontade do seu diretor e auxiliares. Depois de examinarmos todos os aparelhos e recebermos as minuciosas explicações das distintas professoras, continuamos a nossa visita às demais dependências da Escola, encontrando tudo na melhor ordem e perfeita disciplina. Conhecemos mesmo, em cada semblante de alunas e professoras, a vontade de vencer [...] ainda fomos ao campo de agricultura, onde, como das demais dependências, tivemos a melhor impressão. Estávamos assim, satisfeitos e voltamos para a Escola de Agronomia, trazendo conosco a certeza de que, a nossa Escola Normal, é bem um motivo de orgulho para o MA e para os maranhenses. (Folha Acadêmica, 1934, p.5)

Assim, a escola Normal do Estado centro de referência na época, sob direção do professor Luis Rego, é reconhecida pelos jovens estudantes e os redatores do jornal, que sempre fizeram referências àquela casa de ensino onde reconheciam as iniciativas da diretoria. “Dentre as louváveis e úteis empreendimentos que a orientação inteligente do professor Luis Rego tem realizado na Escola Normal do Estado, ressalta o interessante órgão de publicidade do corpo discente deste simpático estabelecimento de ensino secundário, O Alvorada” (Folha Acadêmica, 1934, p.6).

Motta e Nunes (2008) em seus estudos, ao se reportarem a Escola Normal, afirmam que desde a sua criação tardia em terras maranhenses muitas dificuldades normalistas e lentes enfrentaram para que o funcionamento fosse a contento. Em sua primeira tentativa de implantação da Escola Normal em 1840, instalou-se uma aula de pedagogia baseada no método Lancaster, ministrada nas dependências do Liceu Maranhense criado em 1838, que funcionava numa das salas do Convento de N. Sra. do Carmo. Aula mantida pelo sistema de ensino por monitoria oficialmente recomendada pela Lei da Instrução Pública promulgada a 15 novembro de 1827 que tinha como objetivo suprir a falta de professores e difundir o ensino primário, ao promover os alunos mais adiantados para auxiliarem os mais atrasados, denominada “Escola Normal”.

Para Saldanha (1992) esta cadeira que funcionou sobre a dependência administrativa do Liceu, não tendo produzido os efeitos que dela se esperava, foi transformada em escola de primeiras letras. A segunda tentativa de estabelecer uma Escola Normal ocorre trinta anos depois, por iniciativa de intelectuais maranhenses, representados pela “Sociedade Onze de Agosto” fundada por bacharéis de Direito como: Dr. João Antonio Coqueiro, Dr. Antonio de Almeida e Oliveira e Dr. Martiniano Mendes Pereira. Entretanto:

[...] apesar dos esforços deste curso pela preparação e formação docente, visando a legitimidade e concretização do ensino primário de qualidade terminou **não obtendo o efeito esperado**, ao não conseguir diplomar nenhum professor, desaparecendo em 1882, com a própria associação que encerrava suas atividades. (CASTELLANOS, 2007, p.85).

Com o advento da República, o Estado tem a iniciativa de legitimar a criação da primeira instituição formadora de professores e professoras através do decreto nº 21 que reorganizava o ensino público no Estado em 15 de abril de 1890, funcionando anexa ao Liceu. Sendo o Maranhão, a penúltima província a ter uma Escola Normal, 55 anos após a primeira no Brasil. (MOTTA, 2003).

A criação de Escolas Normais públicas nas províncias teve de se acomodar ao ensino secundário ministrado nos Liceus, essencialmente masculinos e dedicados à preparação para o ingresso no ensino superior, e que tiveram sempre como modelo o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Os diversos Liceus provinciais constituíram referência fundamental para o desenvolvimento do ensino normal, emprestando seus professores, suas instalações e seus regulamentos para as novas escolas. Nesse confronto entre as normas emanadas do poder central e os ditames locais, foram tentadas diversas formas de institucionalização nas quais os dois educandários acabaram influenciando-se mutuamente, ao mesmo tempo em que foram se configurando como escolas distintas. Como resultado desse processo, sem solução de continuidade na transição do Império para a República, emerge durante a primeira década de nosso século, em todo o território nacional, uma Escola Normal essencialmente feminina, dotada de escolas-modelo anexas destinadas à prática pedagógica, e que desencadearam o processo de profissionalização do nosso magistério primário. (KULESZA, 1998, p.63)

Em outubro de 1934, circulou o primeiro número do jornal *Esquerda*, lançado pela chapa de oposição ao Centro Acadêmico “Viveiros de Castro”, que formou um grupo chamado “Sociedade Acadêmica Maranhense” (S. A. M.), que assim noticiaram: “[...] foi impulsionado pelo ideal do alevantamento cultural, moral e physico da classe estudantil que um grupo de acadêmicos da nossa faculdade de Direito fundou a Sociedade Acadêmica Maranhense”. (Esquerda, 1934, p.1).

O jornal *Esquerda*, organizado em quatro colunas tem o mesmo tamanho do jornal “Folha Acadêmica”, ou seja, 27x37cm o que pode denotar uma padronização dos dispositivos tipográficos da época. Tinha expediente no qual identificamos o diretor Oswaldo de Carvalho e o seu redator Corrêa Lima. Trazia como subtítulo: “Orgam da Sociedade Acadêmica Maranhense”. Disposto em quatro páginas o jornal, “Esquerda” tem em sua maioria anúncios comerciais e industriais que contribuem para sua manutenção como: A Pernambucana, Casa Camões, Casa Travassos, Chames Aboud. & Companhia, Livraria Popular, Drogeria Francesa, Sapataria Dieguez, etc. Observemos a figura desse impresso.

Figura 2 - "Jornal Esquerda" (1934)

ESQUERDA

ORGAN DA SOCIEDADE ACADÊMICA MARANHENSE

Direcior—Oswaldo de Carvalho Redactor—Corrêa Lima

ANNO I Maranhão—Outubro—1934 NÚMERO I

Neste momento em que se respira na politica o clima banal das mediocrazias, neste momento em que as classes sociais se organizam para melhor defenderem os seus direitos, quem observa os factos com profundidade, penetrando na sua subestrutura, e tentando a dizer, como diria o genial sociologo portenho que predomina tambem o clima aspirante do medioclasismo.

A pyra maravilhosa do ideal está coberta de cinzas, numa atmosfera incómbente. E mister que alguém se faça piconeiro da campanha regeneradora que alguém se proponha espalhar esta cinza, porque todo aquelle que quiser ser digno de si mesmo deve tomar como deusa a defesa de um ideal.

E foi impulsionado pelo ideal do alecamento cultural, moral e physico da classe estudantil, que um grupo de academicos da nossa Faculdade de Direito fundou a Sociedade Academica Maranhense.

O estudante que conserva ainda em si o fogo da juventude moral, cerrara fatalmente, fileiras, ao lado destas moças cheias de energia que sobrio de aversão: o quanto podem na sua arremetida no sentido do progresso.

Este jornal, organ official da S. A. M. é um baluarte gneissico, erguido contra a mediocridade e a incapacidade, contra a ambigão e o mandonismo, contra a ignorancia e o desleixo, contra a effusão a nejanta politica de hostidões que envolece todos os espiritos, porque as aspirações da sociedade hodierna devem sobreparar estas violencias.

E, outrossim este semanal o arauto das nossas realizações, o defensor incondicional dos nossos interesses o estimulador incançavel dos nossos empreendimentos, Estudantes do Maranhão, tirad a venda que vos cobre a vista, apunhae o vosso gladio cande para a lucta, acompanhae nos!

E aqui tendes para vos abertas as columnas da «Esquerda».

Porque surgiu a 'Esquerda Academica'

GILBERTO COSTA



FIGURA DE DESTAQUE DE S. A. M.

Sociedade Academica Maranhense

Realizou-se a 23 do corrente, na residencia do prof. Gilberto Costa, a sessão de fundação da S. A. M., para a qual foi convocado o corpo discente da Faculdade de Direito.

Presidiu a reunião o sr. Eduardo Aboud. Tendo comparecido 21 academicos, 18 pessoalmente e 3 por procuração, entraram os estatutos em discussão, sendo approvados, depois de algumas emendas.

Procedeu-se, em seguida, á eleição da directoria, que ficou assim constituída: presidente, F. Costa Fernandes Sobrinho; vice-presidente, Maria da Gloria Marques; secretario, José Oswaldo de Carvalho; thesoureiro, Arcelina Rodrigues Mochel.

E' digno de registro o processo "sul-generis" por que foi feita a

de 1.º secretario, a palavra empenhada, cerrando fileiras com os nossos adversarios, mas deixando a descoberto, para bem dos que com elle convivem, a fragilidade de suas convicções e a indecisão de sua conducta.

Onde, pois, o interesse de cargo?

Somente os refractarios ao bom senso e os incapazes de intuitos nobres podem descobrir sentimentos inferiores e mesquinhos nas nossas attitudes.

Organizando uma chapa de opposição não nos moveu, em absoluto, e como propalam alguns, o intuito de desprestigiar ou manifestar hostilidade aos antigos membros da directoria do Centro "Viveiros de Castro". Nelles reconhecemos capacidade mental que, a par de uma mais efficiente capacidade de acção, nada deixaria a desejar. Impeliu-nos, pura e simplesmente, o desejo que tinhamos de dar ao Centro uma orientação mais segura e que corresponda mais directamente aos interesses da classe.

Mais do que as nossas palavras, manifestará a lealdade dos nossos sentimentos o programma que, d'aqui por deante, visa cumprir a "Esquerda Academica".

Maria da Gloria Marques

A Victoria!!!

Tudo pela divisa da 4\$900

Ao par de um limitado luere, continuamos a distribuir a nossa frequencia os artigos de Louca imperação ininterrupta e sempre variadissimo no gosto e na superioridade de escolha, para gaucho dos que nca preferem.

BAZAR DAS NOVIDADES

A Casa que tudo tem e vende a preços baratissimos
RUA OSWALDO CRUZ - 164

CONTRA A GRIPE

— só —

Antigripal Jesus

Comprimidos

No artigo *Porque surgiu a Esquerda Academica*, em primeira página, a vice-presidente Maria da Glória Marques, esclarece os motivos que levaram a lançar a chapa de opposição que ensejou a formação do grupo "Sociedade Academica Maranhense" (S.A.M.):

[...] organizando uma chapa de opposição não nos moveu, em absoluto, e como propalam alguns, o intuito de desprestigiar ou manifestar hostilidade aos antigos

membros da diretoria do Centro “Viveiros de Castro”. Neles reconhecemos capacidade mental que, a par de uma mais eficiente capacidade de accção, nada deixaria a desejar. Impeliu-nos, pura e simplesmente, o desejo que tínhamos de dar ao centro uma orientação mais segura e que corresponda mais diretamente aos interesses da classe. Mais do que as nossas palavras, manifestará a lealdade dos nossos sentimentos o programa que d’aqui por diante, visa cumprir a “Esquerda Acadêmica”. (Esquerda, 1934, p. 1)

A sessão de fundação da Sociedade Acadêmica Maranhense para a qual foi convocado o corpo discente da Faculdade de Direito, foi realizada na residência do professor Gilberto Costa. Essa reunião foi presidida pelo Sr. Eduardo Aboud, tendo comparecido 21 acadêmicos. Procedeu-se, em seguida, à eleição da diretoria, que ficou assim constituída: presidente Francisco Costa Fernandes Sobrinho; vice-presidente Maria da Glória Marques, secretário José Oswaldo de Carvalho; tesoureiro, Arcelina Rodrigues Mochel. Para tanto, para que expusessem suas atividades e programa estudantil, criaram o jornal “Esquerda”.

[...] Este jornal Orgam official da S. A. M. é um baluarte gneissico, erguido contra a mediocridade e a incapacidade, contra a ambição e o mandonismo [...] contra enfim a política de bastidores que envilece todos os espíritos; porque as aspirações da mocidade nordierna devêm sobrepairar estas violências. [...] estudantes do MA, tira a venda que vos cobre a vista, apanhe o vosso gladio, vinde para a luta, acompanhamos! E aqui tendes para vós abertas as colunas da Esquerda. (Esquerda, 1934, p.1)

Em suas publicações, com colunas definidas, havia uma “Seção Jurídica” assinada por Francosfero que tece reflexões sobre o Direito como: “Deus e a constituição” no número 2; “Definição do Direito” no número 5 e “Das leis e suas espécies”, no número 6. Já na coluna intitulada “Por um Direito”, assinada pelo acadêmico Fernandes Sobrinho, apresenta em seu conteúdo respostas às críticas aos adversários pelas atividades desenvolvidas pelo centro acadêmico.

É interessante observar que nos impressos percebe-se o companheirismo entre os publicadores, marcado pela presença da mulher nesse espaço acadêmico. Ao referirem-se à acadêmica Arcelina Rodrigues Mochel, eles a consideram como um dos membros mais destacados da Sociedade Acadêmica Maranhense e a descrevem: “[...] ela é bem uma demonstração plena da mocidade feminina vibrante, enérgica e destemida que hoje se projeta nos acontecimentos humanos” (Esquerda, 1934, p.4). Colaboradora e ativa militante Mochel escreve na coluna intitulada “Liberta-se Mulher”, na qual manifesta seu pensamento na defesa da emancipação feminina. Como podemos depreender desse artigo intitulado *Liberta-se a mulher*,

Com a decadência do matriarchado a mulher não mais foi encarada senão quanto à sua mesquinhez. A frente dos novos preconceitos surgem as monstruosas

desigualdades entre os homens, que logo foi considerado “carine”, e a mulher que naturalmente recebeu o título de serva. Reduzida à vida sedentária e à inação, atrofiando, portanto, o cérebro pelo incultivo de sua inteligência, a mulher conseguiu apresentar-se aparentemente conformada com a sua nulidade vários séculos. No seu íntimo, porém, não se apagou a idéia dos direitos recíprocos. E o desejo de os alcançar em algum tempo vivia subjugado a um recalçamento estonteante. O ser humano obedecendo às leis da evolução não é hoje o que foi ontem. (lógico) Assim é que, da luta sem tréguas entre o homem e mulher, eis a Victoria feminista. Ela também age directamente sobre as leis que regem a matéria, trazendo como efeito a “civilização”; abre estradas infinitas ao progresso social, alcança dignamente victorias arrojando-se ao trabalho e enfrentando a vida. Actualmente os obstáculos que ainda encontra já são olhados com indiferentismo. Surgem de alguns ignorantes ou semi-mediocres, fragmentos de homens, para o século XX. Os acontecimentos de factos e actos feministas estão ali para a cada rajada derribarem tais pensamentos ingênuos. Imperou a lei da relatividade e nós mulheres não mais nos sujeitaremos ao absolutismo. É preciso persistir em dizer que a mulher não encontra no lar a única esfera da ação. Pela sua independencia econômica colloca-se a frente de todas as actividades e penetra nos mais obscuros departamentos da vida. Sabe agir de si própria e viveria sempre no campo de batalha, para conseguir o medalhão desejado de sua completa Liberdade. Terminemos com a prepotência do homem e a inferioridade demasiada da mulher! Porque ir contra as leis da natureza que nos criou ao mesmo tempo, um para o outro, sem direitos desiguais?! Companheiros trabalharemos juntos sem pretensões partidárias e façamos pela sociedade o que a evolução nos exige. (Esquerda, 1934, p.4).

Nessa ambiência acadêmica, a referência de homem e escritor era Gonçalves Dias, lembrado pelos redatores com poemas e homenagens em sua memória. Assim circulou o segundo número a 3 de novembro de 1934, que em ampla cobertura destaca as atividades realizadas pelo S. A. M. na homenagem do aniversário da morte do poeta Gonçalves Dias, com presença de autoridades e professores da Faculdade de Direito onde o professor catedrático Antônio Lopes discursou sobre tal feito.

Recém nascida a S. A. M. projeta-se no meio maranhense como uma agremiação de grandes empreendimentos, que todos, um único feito tem: o desenvolvimento estudantino em seus três pontos visuses- moral, intelectual e físico. Comemorando o dia gonçalviano ela apenas lembra aos estudantes conterrâneos que antigamente houve um grande poeta, um grande lingüista, um grande maranhense, e que esse poeta, sábio, lingüista maranhense se chama Gonçalves Dias, talvez já esquecido na sua memória por novos acontecimentos ao ponto de esquecer as nossas glórias de antanho. (Esquerda, 1934, p.3)

Por circular no período da Primeira Guerra mundial, focaliza-se o artigo intitulado “*Contra Guerra*”, de Ignácio Rangel, críticas a conjuntura desse momento, convocando a sociedade maranhense e a comunidade acadêmica a uma reação revolucionária contra a guerra. Vejamos o seu artigo:

Vivemos em uma situação insuportável de paz armada. As várias tagarelices pacíficas da Sociedade das Nações, bem longe de resultarem em soluções praticas que venham de qualquer forma resolver as contradições que geram a guerra terminam sempre com a consessão, às nações imperialistas, do direito de adquirirem novos e desconhecidos stocks de armamentos. Cada vez que a conferencia do Desarmamento discute uma “formula” para reduzir a potencia dos

exercites ou das quadras, é quase certo, uns e outros dobrarão de força em quasi em todos os países. Não grado todas as infíndáveis tagarelices dos representantes das tendências pacifistas de todos os países da Genebra, todo o mundo sabe que, até hoje, as nações não conhecem outro limite para sua desenfreada corrida armamentista, além das dificuldades financeiras, decorrentes do agravamento da crise econômica. [...] todos os pacifistas sinceros, si querem afastar por mais tempo o perigo da guerra, ao envez de ficar a tagarelar sobre as excelências de paz, devem tratar de dedicar-se com ardor ao trabalho de preparação revolucionária das massas oprimidas, garantia única de paz. Jovens, que sereis sacrificados sistematicamente pela guerra reagi, organisae-vos. Mães que tereis vossos filhos engulidos pela catástrofe reagi, educae-vos revolucionariamente, povo que terás que passar fome e fornecer carne para canhão, reage, protesta operários, vós sois a garantia da paz. É por medo à vossa revolução que as imperialistas ainda não desencadearam a guerra. Deveis organizar-vos para que a paz se prolongue e para que a guerra, quando vier, se vier, seja passageira. Estudantes, estudantes pobres, organisae-vos para exigir do governo melhoria dos vossos cursos e barateamento do ensino, porque, o que vos for dado, será roubado no orçamento da guerra. (Esquerda, 1934, p.3).

Ao se reportar ao Centro Acadêmico “Viveiros de Castro”, em seu terceiro número, os membros da Sociedade Acadêmica Maranhense, apesar das divergências políticas, sugerem em nota no jornal um diálogo com o referido órgão de representação estudantil da Faculdade de Direito. Assim se pronunciaram:

Em nossa faculdade funcionam duas agremiações estudantinas, e se entre estas existe uma desarmonia de pontos de vistas que, havemos de fazer sinão observar quais os pontos divergentes e lutarmos pela sua convergência? [...] E para que não se dê o esfacelamento da classe aí está a S. A. M. lutando na conquista de maior cordialidade possível, da maior harmonia desejada. (Esquerda, 1934, p.4).

Com o reconhecimento da Direção da faculdade, professor o Dr. Henrique José Couto, que propiciava aos Diretórios Acadêmicos as condições para o exercício de suas atividades, os estudantes recebiam apoio em todas as iniciativas visando à administração de cursos ou ensinamentos práticos. Assim, em nota posterior sobre o seu pedido de demissão do cargo de Diretor o qual vinha exercendo há 17 anos, sendo nomeado para dirigir aquela casa de ensino superior o Dr. Alfredo Assis Castro, sobre essa mudança o S. A. M. declara em seu número 6:

Para o antigo Diretor só poderemos ter palavras de elogio e de respeito, pois ele bem se soube ter no cargo que lhe foi confiado por tanto tempo. [...] e quanto ao novo Diretor, os nossos mais expressivos e cordiais protestos de felicidade na missão que oravante irá desempenhar de dirigente (Esquerda, 1934, p.2).

Um marco singular para o Brasil nesse período foi a Constituição de 1934. Essa reafirma alguns princípios como a proposta acerca do Conselho Nacional de Educação, que foi retificado em sua função de projetar um Plano Nacional de Educação para a Nação; deliberou aos estados federativos a organização de seis respectivos sistemas de ensino, facultando à União a fiscalização dos ensinamentos superiores e secundários. A Carta Magna

declara em seus princípios gerais a educação como direito de todos bem como sua gratuidade. Assim, o momento de publicação deste impresso é também o momento de arrefecimento das apostas na República, em seu artigo *Esperar... para vêr*, o acadêmico F. Costa Fernandes Sobrinho expressa tal sentimento como se pode observar desse texto.

Julho trouxe ao povo brasileiro a satisfação de ver promulgada a Constituição da República. Reencarrilhada a maquina estatal, todos os peitos respiram com desafogo. E cada consciência pergunta a si mesma se o Magno Estatuto será cumprido no seu desideratum. Os cétricos dirão que não há salvação para esta Pátria desventurada e darão de hombros desdenhosamente. Os otimistas descreverão a visão maravilhosa que só eles enxergam nas fimbrias do futuro. Uns e outros erram, porque emitem conselho apriorísticos. Aqueles, emaranhados manto do desespero; estes embalados no sonho da esperança. Os primeiros em nada acreditam por isso nada esperam; os segundos em tudo crêem, por isso tudo esperam. Taes são desgraçados e quaes são loucos. Mas... não! Não vivamos da descrença e não vivamos da ilusão! Não queiramos a morte e não queiramos a hipnose! Queiramos a vida! Queiramos a realidade! Observemos os fatos, é esperemos... para ver. Não como o idealista, que espera sem saber porque e até quando, mas como outra especial de homem, que sabe porque espera e até quando deve esperar. Este homem deixa que a maquina funcione, para, depois de examinar, peça por peça, da sua engrenagem, poder dizer se ela conseguirá ou não o fim para que foi engendrada. E então, só então, poderá julgar. Eis porque devemos adotar o lema: Esperar para ver. (Esquerda, 1934, p.3).

O período de 1937 a 1945 assinalou a nova fase política e educacional do país, caracterizadas por um conjunto de reformas educativas, que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino ou Reforma Capanema (MARTINS, 2002). Em nome do princípio da autoridade e da disciplina, decisões são tomadas e a autonomia universitária é negada:

Entre os objetivos explicitados por esta nova ordenação jurídica e administrativa (Estado Novo), estavam as perspectivas de ordenamento da educação; a definição de competências entre os diferentes estratos de governo (municípios, estados e união); articulação entre os diferentes ramos de ensino e a implantação de uma rede de ensino profissionalizante. (CUNHA, 1981, p. 14).

No Maranhão, o Estado Novo encontrou Paulo Ramos¹³ no exercício do governo. “Ele, além de ter aderido ao projeto político-ideológico do novo regime, era detentor da confiança do presidente, passando, por isso de governador eleito para interventor nomeado” (RODRIGUES, 1993, p.105).

No Maranhão, o estado novismo encontrou Paulo Ramos investido da primeira magistratura, e prontamente, o transformou em Interventor Federal. Foi o princípio de um processo de redefinição administrativa, carregado de peculiaridades, que, permanece necessitado de inteligências críticas e plásticas, capacitadas a decodificá-lo, com a disciplina dos preconceitos e dos comprometimentos. Qual foi a estratégia política de Paulo Ramos? Foi exatamente a de produção e consolidação de uma convincente autonomia administrativa, que promovesse o

¹³ Paulo Martins de Sousa Ramos era maranhense, formado em Direito em Belém e radicado no Rio de Janeiro (funcionário do Tesouro Nacional). Foi dirigente por quase dez anos no MA (15/08/36 a 24/11/37), como governador, eleito pela Assembleia Legislativa, e desta data até 23/03/45 como Interventor Federal.

distanciamento gradativo dos tradicionais litigantes oligárquicos da máquina do Estado. As providências do elaborado taticismo resultaram no surgimento de uma consciência beligerante de combates: **e os soldados, outros não foram, senão os intelectuais**. Paulo Ramos promoveu uma reorganização administrativa, que compreendeu o funcionamento burocrático dos instrumentos do serviço público, sob o símbolo da austeridade vigilante do Interventor Federal. O moralismo de conteúdo simpático à pequena burguesia representou uma atividade legitimidade, dirigida para os agrupamentos cartoriais, procurando colocá-los em situação secundária, quanto ao instalado exercício particular do poder público. (CORRÊA, 1993, p.207-208).

Contudo, quando em agosto de 1936 chegou ao Maranhão, já eleito governador, o Dr. Paulo Ramos, “recebeu” expressivas manifestações de apoio e solidariedade. Dentre essas moções de boas vindas, o governador recebeu a seguinte mensagem do Centro Acadêmico “Viveiros de Castro”, logo nos primeiros dias de governo, apresentando um declarado crédito de confiança ao novo governo.

Dr. Paulo Ramos [...] Tenho a honra e a satisfação de apresentar a vossência em nome da mocidade acadêmica e no meu próprio sincero cumprimentos de boas vindas, augurando à sua administração um período fecundo de progresso para o Estado. O povo maranhense, especialmente a mocidade responsável pelos futuros destinos do estado, deposita em vossência as suas esperanças ente sua promessa em prol da felicidade do Maranhão. [...] Chega vossência as plagas maranhenses na data em que a mocidade acadêmica comemora festivamente a fundação dos cursos jurídicos no Brasil, a qual concorreu para a nossa independência intelectual. A mocidade espera que a data de hoje, também assinale o início da paz, da ordem, do trabalho, da justiça, da independência financeira e econômica do Maranhão. Coloque vossência o Estado no lugar que lhe predestinem a natureza para honra do Maranhão e para glória do Brasil. E a saudação e o apelo sinceros da mocidade acadêmica que é o intérprete do sentir do Maranhão. Esmeraldino Reis, presidente do Centro Acadêmico “Viveiros de Castro. (DINO, 1996, p.78).

Porém, nos anos que se seguiram, as faculdades ficaram sob o controle explícito dos poderes instituídos. Nesse contexto, em 1939, a faculdade de Direito do Maranhão e a Faculdade de Farmácia e Odontologia foram levadas a encerrar suas atividades. A decisão administrativa foi noticiada pelo jornal *O Imparcial*¹⁴ de grande circulação até hoje.

Um telegrama ontem chegado do Rio informou que o Conselho de Ensino Superior havia aprovado um parecer desequiparando a nossa Faculdade de Direito. Às 20:00 horas, no edifício do nosso tradicional estabelecimento de ensino superior, houve uma reunião dos professores da Faculdade e outra dos acadêmicos. O corpo docente nomeou uma comissão composta dos catedráticos, Luiz Carvalho, Tarquínio Filho e Oliveira Roma para procurar o chefe do governo maranhense a fim de S.Exa. defendesse junto às autoridades do país a causa da Faculdade. O corpo discente, por intermédio do Diretório Acadêmico resolveu telegrafar ao diretor do Departamento de Ensino, pleiteando que seja mantida a equiparação da Faculdade. (O Imparcial, 1939, p.3).

¹⁴ Fundado por José Pires Ferreira em 1926, o jornal “O Imparcial” pertencia desde 1944 à cadeia dos “Diários Associados”, que contava ainda no Maranhão com o jornal Pacotilha, O Globo e a Rádio Gurupi.

No cenário nacional, há uma ostensiva centralização de todos os serviços de educação, decorrendo daí a concepção de que o processo educativo poderia ser objeto de estrito controle legal. Com essa orientação, a presença ostensiva do Estado Novo no setor educacional em terras maranhenses harmoniza-se com o entendimento de Rodrigues (1993, p.46) que declara com propriedade:

Vargas afirmava, num dos seus discursos, que o Estado deveria assumir a suprema direção da educação nacional, fixando os seus principais fundamentos e controlando a sua execução, de modo que todas as atividades educacionais do país, de caráter federal, estadual, municipal ou privado, fossem dirigidas pela mesma disciplina. No Código da Educação Nacional seriam estabelecidos de princípios gerais da organização e fundamento de todo o aparelho educativo do país. O centralismo e o autoritarismo expresso nessa fala do presidente já constava na própria Constituição de 1937, na qual dedicou um capítulo específico sobre as questões da Educação.

A partir daí professores e alunos lutaram sem medir esforços e sacrifícios objetivando o não fechamento das faculdades,

O primeiro ímpeto dos professores foi o de procurar o interventor Paulo Ramos pedindo socorro. Os acadêmicos acharam por bem contactar com as autoridades federais, em particular o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, e o chefe da Nação, Getúlio Vargas (COSTA, 1996, p.75-76).

A esse episódio, Dino (1996) aponta algumas questões sobre o processo de fechamento da Faculdade de Direito o qual transcreve em seu livro:

Hoje, olhando-se à distância, bem longe do palco dos acontecimentos, fica-se a perguntar: por que tanta “ingenuidade”? Será que os nossos doutos catedráticos nem ao menos desconfiavam de alguma trama contra o funcionamento da velha Academia? Não tinham um diálogo aberto, franco, sincero com o inspetor federal Soares de Quadros, que fora nomeado por expressa recomendação do interventor Paulo Martins de Souza Ramos? Não sentiam o menor cheiro de maquiavelismo na história da repentina cassação do reconhecimento da nossa Salamanca? Daí em diante surgiu um excitante questionamento. Duas versões, cada qual mais polêmica, vem ao longo do tempo martelando a cabeça dos interessados *no ser ou não ser* do fim de vida da histórica Faculdade de Direito, fruto do idealismo do pinheirense Domingos Perdigão. (DINO, 1996, p.76)

As razões atribuídas pelo Departamento Nacional de Ensino para o fechamento de ambas foram às irregularidades administrativas. Entretanto, há questionamentos quanto a tal versão, atribuindo essa ação a motivações políticas e não a problemas de caráter eminentemente técnico-administrativo.

O Curso de Odontologia, como os de Farmácia e Direito, foi fechado pelo Governo Federal em 1939, sob a alegação de mazelas administrativas. As conversas que mantive com ex-professores desses extintos cursos, via de regra opositoristas ao regime então dominante e, em particular, ao interventor Paulo Ramos, levam-me a acreditar em forte, componente político nessa extinção. (PINHEIRO, 1998, p. 7)

Por sua vez, Dino (1996, p. 76-77) relata:

A chamada História Oficial conta que as razões cassatórias foram de caráter eminentemente técnico-administrativo. [...] No tocante ao arquivo da vetusta Escola Jurídica, ao que se sabe por informações oficiais, o Dr. Soares de Quadros, então fiscal do ensino federal, quando do seu fechamento, houve por bem de empacotar toda a papelada burocrática e a remeter de navio para o Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Na mudança do MEC para Brasília os pacotes e mais pacotes referentes à vida da velha Salamanca foram extraviados ou incinerados. O certo é que, no MEC, já em Brasília, apesar de incessantes tentativas, jamais conseguimos obter qualquer informação satisfatória a respeito. Uma outra corrente de pensamento sustenta não se poder buscar as primas causas da cassação da velha Faculdade de Direito sem a análise histórica da presença ostensiva do Estado Novo nos setores cultural, econômico e educacional em terras maranhenses.

Por fim, em 1941 adveio o decreto nº 8.085 de 21 de outubro de 1941, que cassou o reconhecimento da faculdade de Direito, em consequência, foi forçada a fechar definitivamente suas portas, “sendo seus arquivos recolhidos também ao Ministério e garantido, igualmente a seus alunos que se transferissem por escolas similares em outros estados.”(MEIRELLES, 1994 ,p. 67).

O Decreto-lei getulista [...] exigia como requisito inafastável para o funcionamento dos cursos superiores as condições no seu art. 4º, reunidas nos itens: a - capacidade financeira; b- instalações apropriadas, sob o ponto de vista pedagógico e higiênico; c- organização administrativa e didática; d- capacidade moral e técnica do corpo docente; e- limite de matrícula; f- localidade com condições culturais necessárias; g – real necessidade do curso superior, sob o ponto de vista profissional. No corpo do decreto cassatório (nº 8. 085/41) não se encontram especificados quais os itens que foram violados pela tradicional Faculdade de Direito do Maranhão. Ademias, é de se registrar que o parágrafo único do art. 4º do Decreto-lei nº 421/38, determinava que a repartição competente poderia realizar diligências necessárias à verificação do cumprimento das exigências ministeriais. A este propósito, já acentuamos que não foi feita qualquer diligência antes da cassação do reconhecimento da nossa Faculdade de Direito. Como se vê, não houve violação de preceito legal. Houve, sim, uma manifesta vontade política de cassar a Salamanca maranhense. Tanto isso é verdade que as mesmas exigências burocráticas jamais foram feitas para a velha Faculdade Nacional de Direito, portadora de tantas mazelas que revoltava os intelectuais da época, especialmente pelas precaríssimas condições do seu edifício-sede na Rua do Catete (DINO, 1996, p.101-102).

Em virtude do fechamento das faculdades em São Luís, a imprensa local lança fortes críticas ao fato, em particular o Jornal Diário do Norte, publicando várias matérias contra a cassação afirmando que:

Tudo isso está correndo num país que tem mais de 40 milhões de habitantes e não dispõe de quatro universidades, como a Bélgica, a Holanda e a Suíça, para falar tão somente de países que não têm a metade da população do nosso, contam mais de cinco universidades. Quer isto dizer que uma política de fechamento de escolas superiores existentes no Brasil, seria a política do obscurantismo, pois o que deveríamos fazer era na só tratar de incentivar as existentes, como de fundar muitas outras. (Diário do Norte, 1941, p.2)

No dia 17 de outubro do corrente ano, o mesmo impresso manifesta sua indignação ao ser consumado o fechamento da escola superior do Direito. Com o seguinte teor:

É tristíssimo dizer ao público maranhense que a Faculdade de Direito não continuará a ter a fiscalização federal, o que significa terá de fechar as portas. Vinte e três anos a faculdade de Direito formou uma tradição de cultura e honestidade. Que melhores conquistas poderia alcançar? Como correspondeu melhor as tradições do Maranhão? Durante esses vinte e três anos a primeira escola superior do maranhão projetou para a vida pública muitas gerações de alunos que, em não apoucado número honram os cargos que exercem. E alguns são hoje professores de escolas de direito. Grande prejuízo e não menor decepção para o nosso meio, o fechamento desse instituto superior de ensino, que tantas esperanças representava para a mocidade maranhense. Acreditamos que não haverá maranhense que se não se sinta constrangido pelo destino que encontrou uma iniciativa tão nobre do esforço e da inteligência do Maranhão. O maranhense tem visto desaparecer da sua terra muito do que fora realizado com trabalho sincero, mas nunca se conformou com esses golpes do destino. Que fazer? (Diário do Norte, 1941, p.1).

As faculdades foram reabertas somente em 1944, sob outra denominação e mantida pela recém-criada Fundação Paulo Ramos. “Por três longos anos, então, esteve a mocidade maranhense impossibilitada de sonhar com a conquista, na própria terra, de um diploma superior” (MEIRELES, 1994, p. 68). Dessa forma, coube ao professor Luiz de Moraes Rêgo, Diretor geral da Instrução Pública, então presidente da Fundação, a reabertura dos Cursos de Direito e de Farmácia e Odontologia, “[...] marcando o começo da ação pública em direção ao ensino superior no Maranhão, reflexo da reorientação que o Estado brasileiro vivia desde os anos trinta, assumindo funções antes esquecidas ou relegadas à iniciativa privada” (FARIA, 2005, p. 18).

A nova Faculdade de Farmácia e Odontologia, posta sob a direção do Dr. Salomão Fiquene, e agora dita de São Luís e não mais do Maranhão, para que se não confundisse com a anterior, seria autorizada a funcionar pelo Decreto federal nº 17.553, de 9/1/1945. E a de Direito, sob a do Dr. Luis Carvalho e igualmente e pelo mesmo motivo dita de São Luís, o seria pelo Decreto, também federal, de nº 17.558, de 10/1/1945. Dois anos depois, em 1947, respectivamente pelos decretos de números 24.134 e 24.135, ambos de 28 de novembro, seriam as duas reconhecidas pelo agora Ministério da Educação e Cultura. (MEIRELES, 1994, p.68).

Nesse cenário, surge o primeiro curso superior de Enfermagem, a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, cuja criação está datada de 15 de julho de 1948, pelas Irmãs capuchinhas. Na direção dessa instituição, nós tínhamos o Dr. Carlos Macieira e a Irmã Metildes Maria. “Conforme o regimento datado de 1948, a Escola propunha-se a ministrar três cursos: Superior, Especialização e Auxiliar de Enfermagem. Nesse mesmo ano foi feita a seleção dos alunos para o curso superior de enfermagem, cujas aulas iniciaram-se em seguida.” (ALMEIDA, 1998, p.4). No referido ano, nós temos o fim da II Guerra, a queda de

Getúlio e, conseqüentemente, o afastamento do interventor Paulo Ramos na direção do Estado, fechando, assim as cortinas do nosso I ato.

CAPÍTULO IV

SEGUNDO ATO: CENAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA FEDERALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR DO MARANHÃO



O alvorecer da década de 1950 encontrou a comunidade acadêmica envolvida em um processo de efetiva mobilização das faculdades para que se federalizassem as referidas instituições. SILVA (1998, p.4) relata: “Lembro-me de quando exigiu de nós, ainda alunos, o processo de federalização. Apesar de pertencermos ao corpo discente, ajudávamos professores e direção no atendimento ao solicitado pelo Ministério da Educação”. Pinheiro (1998, p.10) observa ainda:

Nesses cursos Direito, Farmácia e Odontologia a maior reivindicação era a federalização, face às limitações financeiras da Fundação Paulo Ramos. Todavia, no processo de federalização, o político que desfrutava de maior prestígio junto ao Governo Federal era o senador Vitorino Freire, que protelou bastante a apresentação do projeto. Desse modo, um grupo de professores [...] conseguiu uma cópia desse projeto, à revelia de seus redatores, professores João Matos, Fernando Perdigão e Clodoaldo Cardoso, e o ofereceram ao deputado Lino Machado, que imediatamente o apresentou na Câmara Federal. Vitorino, percebendo que iria perder a paternidade da federalização, apresentou projeto no Senado, logrando rápida aprovação.

Logo, em 4 de dezembro de 1950 pela lei federal nº 1.254 o presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, sanciona a referida lei, transformando, assim, essas instituições em órgãos da administração pública. “Em 1950, a ação do Estado junto ao ensino superior ampliou-se com a federalização dos referidos cursos, os únicos mantidos pelo governo central” (FARIA, 2005, p.18). Sobre a federalização o jornal “O Imparcial” destaca em nota: “Estão assim de parabéns os nossos acadêmicos de Direito, Farmácia e Odontologia, aos quais coube também alta porcentagem de esforços em prol da federalização das suas respectivas escolas” (O Imparcial, 1951, p. 3). Sob a administração do Estado, os corpos docentes e administrativos integraram-se ao quadro de pessoal do funcionalismo público da União, bem como a nomeação de seus diretores e docentes pelo presidente da República.

Conforme vinha sendo esperado foi assinado ontem, pelo presidente da República, o decreto de nomeação dos cathedráticos da Faculdade de Direito e de farmácia e Odontologia de São Luís. A respeito o Dr. Salomão Fiquene, diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia recebeu os seguintes cabogramas: Presidente República assinou hoje nomeações dos cathedráticos da nossa Faculdade. Abraços extensivos companheiros. Alarico Pacheco. Nomeações assinadas. Forte abraço e felicitações auspicioso acontecimento, extensivo aos demais amigos José Melo. Também o Dr. Pedro Neiva de Santana recebeu telegrama do deputado José Neiva de Sousa, transmitindo-lhe a alicareira noticia. (O Imparcial, 1951, p. 2).

Nessa conjuntura, o cenário político no primeiro ano da década de 1950 girou em torno das eleições para presidente da República, governadores estaduais e deputados no Maranhão. Esse processo eleitoral ensejou a “*Greve de 1951*”, caracterizada por sua grande mobilização da massa urbana que paralisou a “Ilha Rebelde”, como ficou conhecida a nossa

capital a partir desse movimento que tinha apoio de trabalhadores, estudantes, classe média e políticos revoltados com as práticas coronólescas e fraudulentas de Victorino Freire¹⁵, “que havia corrompido o processo eleitoral garantindo a vitória de seu candidato Eugênio de Barros” (BOTELHO, 2007, p.183). Assim,

[...] na *Greve de 1951*, movimento oposicionista contra a posse de um governador considerado ilegítimo, o vitorinista Eugênio Barros. A *greve geral e pacífica*, caracterizada por sua grande capacidade de mobilização de massas, paralisou a capital durante 15 dias em fevereiro-março e 18 dias em setembro-outubro/1951, gerando o temor e a expectativa de uma *guerra civil* e conquistando as atenções da grande imprensa nacional. (COSTA, 2006.p.19).

Sobre esse cenário e o poder político de Victorino Freire, Corrêa (1993, p. 227-228) descreve com propriedade o poder e a influência desse político pernambucano em nosso Estado.

[...] **radicou-se no Maranhão. Foi o agenciador básico, enérgico e principal do bonapartismo de classes dominantes (estagnadas e decadentes)** da paisagem histórica maranhense. Uma configuração da salvador reacionário garantiu a manutenção do controle e da condução da máquina do Estado a tradicionais comerciantes, industriais e, sobretudo, latifundiários (os quais freqüentemente combinavam o comércio e/ou a indústria com a pecuária ou agricultura). Ao garantir-lhes a máquina do Estado, definiu-se como o prócere da política de clientela, transformando em funcionários públicos privilegiados os empresários declinantes e decadentes, com o permanente deferimento distribuído de poder, verbas e prestígio, fundamentais à sustentação, no Estado e pelo Estado, da tradicional sociedade dominante de um aparelho produtivo com reprodução vegetativa, compatível com a estagnação asfíxiante das forças produtivas do agricultor sem cultivos (ou quase), e do industrial sem instalação (ou quase), transpostos à sobrevivência corrompida e parasitária nos aparelhos de administração, financiadoras do interesse particular de aplicação em juros, poupança, alugueres, compra e venda, especulação, etc.

No interior das faculdades, o clima é de grande disputa no Movimento Estudantil, estava em pauta a política estadual que acirrou os ânimos dos estudantes em torno dessas questões e a força do poder vitorinista no Estado. Recuperando a lembrança desse tempo, Pinheiro (1998, p. 7-8) relata:

No período de 1949 a 1951, o movimento estudantil se intensificou em razão do clima político estadual. Ser vitorinista ou oposicionista era o dilema. No curso de Direito a corrente situacionista era forte, ativa e liderada por brilhantes estudantes como Eurico Ribeiro, José Bento Neves e José Sarney. Os oposicionistas eram liderados por Walbert Costa Pinheiro, meu irmão mais velho, Reginaldo Teles e Elimar Figueiredo. Apesar das fortes divergências, em 1949 nos congregamos,

¹⁵ Victorino Freire nasceu em Pernambuco, onde, na condição de tenente, apoiou o golpe de 1930. No Maranhão sua história começa mais precisamente em 1933, quando chega àquele Estado. Adindo de Pernambuco para assumir a chefia do gabinete interventor Martins de Almeida. Depois de uma fracassada tentativa de eleger parlamentares, no âmbito federal e estadual, viaja para o Rio de Janeiro, a convite do presidente Getúlio Vargas, para assumir um cargo na Câmara Federal e exercer o poder de Ministro da Viação e Obras Públicas. A influência de Victorino torna-se patente. No Estado, passa a dirigir a política, em torno da qual é ele o maior nome.

fundando a União Maranhense dos Estudantes, futuro Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal. [...] A política estudantil em nossa faculdade era tranqüila. O curso de Farmácia tinha maior número de alunos e sempre ganhava as eleições para o Diretório Acadêmico, sob orientação de Rocha Neto. [...] Na política “externa” éramos considerados rebeldes, mantendo sempre posições oposicionistas.

A intensa atividade política estudantil, motivada por esse cenário, move a recém-construída União Maranhense de Estudantes (UME), órgão máximo de representação do corpo discente das Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia, na década de 1950. Diante desse quadro, em abril de 1951, inicia-se entre os estudantes dos cursos superiores do Maranhão a campanha de sucessão da Diretoria da UME. Essa campanha obteve as atenções da imprensa local, assim noticiou o jornal *O Imparcial*.

O movimento dos acadêmicos locais auspicia-se bastante agitado em face das correntes de opinião se encontrar grandemente interessado no resultado do pleito que segundo estamos informados, se realizaram ainda este mês. Formam-se correntes e arregimentam-se forças, principalmente em torno da presidência da classe que durante toda a existência da entidade, vinha pertencendo à faculdade de Direito e que, ora os acadêmicos da faculdade de Farmácia e Odontologia reivindicam para si, chegando mesmo impor condições aos seus colegas de Direito. Ao que apuramos esteve hoje na faculdade de Direito uma comissão de alunos da faculdade que o Dr. Salomão Fiquene dirige para fazer o lançamento da candidatura do acadêmico Jorge Meireles, que segundo a opinião de um dos componentes da mesma, é o único que a faculdade de odontologia apoiara sem restrições. Tem assim esta escola superior o seu candidato. Por outro lado esperase que sexta-feira a faculdade de Direito apresente o seu. (O imparcial, 1951, p.3)

Sobre a matéria publicada, os acadêmicos de Farmácia e Odontologia manifestam-se no mesmo impresso, lançando nota de esclarecimento sobre o processo eleitoral.

Compareceu à redação deste jornal uma comissão constituída de acadêmicos da faculdade de farmácia e odontologia de São Luís, que solicitou a publicação do seguinte, com relação a uma nota publicada neste matutino, em sua edição de ontem, sobre a campanha de sucessão na União Maranhense dos Estudantes. Cumpre-se esclarecer: a) Os alunos da faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís não reivindicam para si a presidência da U.M.E., pois a prova cabal disso reside em terem recusado a chapa organizada pelo acadêmico Reginaldo Teles, que em reunião na Faculdade de Farmácia e Odontologia com os representantes das diversas turmas desta faculdade ofertou aos mesmos a presidência do U.M. E; b) A comissão de acadêmicos da faculdade de Farmácia e Odontologia que comparacera à faculdade de Direito procurou, muito sensatamente, propondo a candidatura do Sr. Jorge Meireles, 3 ano de Direito, evitar todo e qualquer movimento que visasse uma possível luta entre as duas dificuldades, desde que o acadêmico Jorge Meireles, ao que consta, fora convidado pelas duas alas da Faculdade de direito para candidatar-se à presidência da U. M. E.; c) Esclarecemos outro assim que o Sr. Jorge Meireles não é candidato da faculdade de farmácia e Odontologia, mas sim de todos os acadêmicos do maranhão que honestamente procurara reintegrar a UME nas suas verdadeiras finalidades. Pelo 3º ano de Odontologia a) Jerônimo Pinheiro , pelo 3º ano de Farmácia José Ribamar Machado, pelo 1º ano de Odont. Nordman Wall Barbosa, pelo 2º ano de Farmácia Domar Brito Anceles e pelo 2º ano de Odont. Francisco Reis. (O Imparcial, 1951, p.2).

Os Diretórios Acadêmicos já funcionavam, praticamente desde a fundação das Faculdades. No seu primeiro ano de atividades, a estrutura da UME era formada por presidentes dos diretórios acadêmicos, nos cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesouraria. A UME não dispunha de sede própria e as reuniões aconteciam nas Escolas, como a Faculdade de Direito.

A congregação do Movimento Estudantil foi movida pelo desejo de mobilizar e de levar a participação e integração dos estudantes e, mais especificamente, as suas entidades representativas o (DA), o que culminou em sua institucionalização, visando o fortalecimento do ME na luta pela qualidade do ensino e da luta pela equiparação das faculdades. Pinheiro (1998, p.10) relata ainda:

Enquanto no primeiro ano, de matérias básicas, nada reivindicamos quanto ao equipamento especializado e aos laboratórios. O então diretor, remanescente da Fundação Paulo Ramos e docente do Curso de Farmácia, nada fazia ou sequer demonstrava interesse quanto aos nove alunos da minha turma. A partir do segundo ano nossas necessidades se fizeram sentir. Começamos as reivindicações, nem sempre merecendo a atenção devida. Para nós era inadmissível a existência no prédio, de um serviço odontológico sem funcionamento, apesar de equipado com dez ou doze consultórios dentários da melhor qualidade, importado dos Estados Unidos marca SS WHITE. A diretoria teimava em considerá-lo do Estado do Maranhão, certamente por conveniência política.

Nos anos seguintes, criaram-se outros cursos em São Luís, frutos dos esforços da Arquidiocese de São Luís, como também da Academia Maranhense de Letras (AML). Assim, foi criada em 1952 a faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, com as ações de D. José de Medeiros Delgado, e a Academia, com Clodoaldo Cardoso na presidência, Mário Martins Meireles e membros da Diretoria.

Essa instituição a partir de 23 de abril de 1953, pelo decreto nº32.606, funcionaria com quatro cursos: de Filosofia, curso central da grade da Faculdade, seguindo o perfil das demais criadas no Brasil, de Pedagogia; de Geografia e História; e Línguas Neolatinas. Ficando sob responsabilidade da Fundação Paulo Ramos, teve como primeiro diretor da escola monsenhor Luís Madureira. A faculdade de Filosofia propôs a ser diferente até no corpo docente, que foi composto da seguinte forma:

O Arcebispado contribuiu com os professores propriamente de Filosofia, porque os padres a estudaram nos seminários; os outros professores, a Academia os foi conseguindo para os diversos cursos: de História e Geografia, de Letras, de Pedagogia e Filosofia. Havia muito gente boa em São Luís, que podia ensinar nesses cursos de Filosofia de São Luís. (MARTINS, 1998, p.21).

A princípio, a instituição nascente, passou por várias dificuldades de ordem financeira. Entretanto, contou com o entendimento e a colaboração do seu corpo discente e docente para sua solidificação no Maranhão, assim como o apoio da comunidade acadêmica das faculdades de Direito e Farmácia e Odontologia. Como podemos observar nos depoimentos abaixo:

A Faculdade de Filosofia, recentemente criada por um convênio entre a Fundação Paulo Ramos e a Arquidiocese de São Luís do Maranhão sendo arcebispo D. José de Medeiros Delgado, logo ganhou a confiança do povo maranhense. [...] Tinham um ideal que conseguiriam passar aos seus discípulos; o de trabalhar com entusiasmo, dando cada um tudo de si mesmo para que num futuro próximo fosse criada uma Universidade, com vários cursos de muita credibilidade e que o Maranhão “Atenas Brasileira” reconquistasse esse título. A maioria dos professores e alguns alunos que depois se integraram à docência trabalhavam até sem salário fixo, porque a faculdade se mantinha de uma subvenção que vinha do Ministério da Educação, e que custava muito a ser liberada, por motivos que desconheço. A secretária era a irmã Wladina uma benção de Deus para todos e administrava muito bem o dia-a-dia, tornando mais amenas as dificuldades, passando a todos uma serenidade e uma bondade contagiantes. Os alunos, num clima de paz e solidariedade, amavam sua Faculdade e se deslumbravam com a sabedoria dos professores nas disciplinas ministradas. (FERREIRA, 1998, p. 9).

Também sobre os desafios e as transformações por que passava a faculdade e que estimulam o afloramento de várias lembranças, Silva assim se refere à Faculdade de Filosofia.

[...] quando foi criada a Faculdade de Filosofia. Fiz vestibular e ingressei no Curso de Pedagogia. Essa primeira turma que fez pedagogia foi no sacrifício, não havia dinheiro nem para pagar as contas de luz. Às vezes cortavam a luz e nós levávamos de casa o petromax, para iluminar. José Maria Martins, Joseth Freitas, Edmar Ferreira e muitos outros, levavam petromax para iluminar a nossa sala, pois houve períodos em que a luz estava cortada. A água também cortaram. Havia duas freiras que faziam o trabalho de secretaria: irmã Marat e irmã Wladina. Quando elas estavam assoberbadas, um de nós ia ajudar na secretaria. Assim foi o início da Faculdade de Filosofia que depois se incorporou à Universidade Católica. Um dia foi anunciado que viria o fiscal do Ministério da Educação para verificar a biblioteca. A quantidade de livros era um dos critérios básicos para garantir o reconhecimento e o que havia na Faculdade era insuficiente. Levamos nossos livros para lá e arrumamos bonitinho nas prateleiras. Não houve depois um perdido. Os próprios livros da faculdade eram pouquíssimos. Depois receberam doações, inclusive uma do Grêmio Lútero Recreativo Português, de valor inestimável. (SILVA, 1998, p.12).

Já em 10 de fevereiro de 1953, foi autorizado o funcionamento da escola de Serviço Social criada pelo Decreto Episcopal nº 5, resultante da iniciativa da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e de membros da Secretária de Educação e Saúde do estado, representado pelo Dr. Carlos Macieira e da Arquidiocese de São Luís tendo a frente o vigário-geral monsenhor Luís Alves Madureira. Sob coordenação da ordem religiosa das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, essa escola resultou da fusão de outro curso de Serviço Social já existente, que teve como seus idealizadores a L. B. A. Esse curso foi mantido pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, vinculada à referida congregação religiosa.

Dirigia esse periódico o acadêmico Sálvio Dino e Mário Leal ocupava o cargo de chefe de redação. No cabeçalho da primeira página vinha abaixo do título a indicação da União Maranhense de Estudantes (U. M. E) como órgão oficial desse impresso.

Em nota disponibilizam suas colunas ao corpo discente de todas as escolas superiores do Estado. Assim convocam: “a U. M. E. põe as colunas de Voz Universitária a disposição de todos os estudantes superiores do Maranhão”. Informa também em nota que este impresso foi composto e impresso sob a orientação técnica do Sr. Santino Mendes, auxiliado por Francisco Cavalcanti. Sua impressão era feita na redação Casa do Estudante localizada na Rua Joaquim Távora, nº 89, São Luís. Entretanto, não temos dados sobre sua tiragem, a única informação é que cada exemplar era vendido a preço de Cr\$ 1,00 e há poucos anúncios.

Seus redatores Sebastião Campos, Pedro Emanuel, Florentino Lima e Myrtes Fonseca, na edição desse primeiro número, na apresentação do impresso, trazem em sua primeira página a importância e os desafios na publicação de impressos estudantis dentro de um cenário escasso de publicações no gênero. Esses redatores afirmaram que:

[...] sem dúvida alguma, tarefa difícil e ingrata, a de publicar um jornal. E ainda mais difícil se apresenta, quando se trata de jornal estudantil, um trabalho não remunerado e muitas vezes incompreendido, longe dos interesses personalistas ou da notoriedade, dedicando os que o empreendem, longas horas ao bem comum, sem o concurso de uma equipe constante e decidida, pois são poucos os voluntários que se apresenta para uma jornada de tamanho encargo. Felizmente, a atual diretoria da União Maranhense dos Estudantes deu um grande passo, foi uma barreira transpôs-la, uma tocha que se ilumina, para não desaparecer nunca, nas campanhas desassombradas que havemos de travar na defesa da legitimidade dos nossos direitos. A U.M.E. tem o seu jornal, ou melhor, o estudante universitário dispõe de um órgão de imprensa onde pode discutir os seus problemas. É grande, caminho andado. Como soa bem aos nossos ouvidos. Mas para isso se fizesse ouvir, que dificuldade experimentamos, quanto esforço dispensamos, quanta luta foi travada, quantas frases de amargura, desespero e angústia foram pronunciadas. Voz Universitária circula novas esperanças surgem. Entretanto assalta-nos agora uma dúvida atroz. Seremos capazes de conservá-lo? Certamente que sim. Nos faltará a colaboração do universitário? Cremos que não. Desejamos da vida a imprensa estudantil e não podemos fazê-lo sem o apoio da nossa classe. Que nossos colegas compreendam a situação e nos ajudem, escrevendo artigo, conto, poesia enfim o que for de agrado e esteja na realidade dos dias que correm. Contamos com uma solidariedade em todos os sentidos e esperamos alcançá-la. Vai, portanto, ao colega amigo, nosso abraço de estímulo e de esperança. (Voz Universitária, 1954, p.1).

O ME acadêmico no Maranhão vinha trilhando um caminho de expressivas mobilizações por parte de seus DA's e a UME, reconhecidos por todos como entidades que promoviam ações de interesse dos estudantes, presente nas lutas estudantis em que revela a sua força motivadora pela defesa de suas reivindicações, como nos aponta o artigo intitulado

O valor social da classe universitária, assinado pela acadêmica Joina que manifesta a importância da organização da classe.

Ninguém ignora, por mais indiferente que seja aos problemas da educação, que a classe universitária seja uma realidade composta de seres colocados em condições de vida bem concretas e que vem se impondo com atuação não menos importante em todas as esferas do mundo social. É certo que o homem atinge sua finalidade por meio de sociedades parciais, sucessivas. A classe universitária é, com efeito, um dos grupos que constituem esta mesma sociedade; grupo este caracterizado por originalidades, em virtude das exigências do espírito e da alma, que se acentuam nesse período de vida. Congregam-se facilmente para tratar de assuntos referentes à sua classe, seus direitos e vantagens. Formam associações que, evidentemente, tem repercussão no meio social. Estudam normas ou criam diretrizes visando a aplicação não só no meio universitário mas também em toda a sociedade. Dessa maneira suas agremiações tem repercussão que vai além do âmbito estadual. São interestaduais ou mesmo nacionais. Haja vista os Centros Estudantis pelos Estados a fora, a UME, promovendo congressos, torneios, movimentos culturais, recreativos, políticos, etc. A classe universitária é realmente um valor concreto junto às urnas das eleições. Votam esses jovens conscientes de sua responsabilidade, quando não apaixonados por uma causa que os desvirtua. Toda uma sociedade se ressentem com os movimentos promovidos pelos estudantes. E os universitários, de fato, estudam os problemas gerais, sentem entusiasmo pelas causas de ação mais vasta e, confiados na fortaleza que lhes é peculiar, arrojaram-se à realização de qualquer empreendimento. Aparecem os líderes que, encabeçando os movimentos, revelam verdadeira vocação para os cargos administrativos. Esses jovens têm sempre à sua frente rapazes e moças que lutam pela vida. Que se dedicam à melhoria da classe porque sentem a angústia em que ela viva. O espírito social que os anima é verdadeiro e é o que impulsiona o jovem a lutar pela sua classe. (Voz Universitária, 1954, p.4).

Entre suas entrevistas, destaca-se a matéria sob o título *Importantes declarações do Dr. João Matos – A Universidade do Maranhão - Ampliação da Faculdade que dirige* na qual entrevistam o diretor da faculdade de Direito sobre a criação da universidade do Maranhão.

Disse-nos inicialmente o Dr. João Matos homem cujo amor à Terra e entusiasmo pela elevação da cultura do seu povo, de há muito conquistou um lugar de relevância nos nossos meios culturais e sociais que o diretor da divisão de ensino superior, Sr. Jurandy Loddí, vê com simpatia a possibilidade de ser criada, brevemente, a Universidade do Maranhão, cujo plano já em adiantados estudos, está dependendo, exclusivamente, para sua concretização, de maior boa vontade e cooperação dos poderes públicos do Estado. Espera o Dr. Jurandir Lodi do Governador do Estado, a doação de um terreno apropriado para a edificação de nossas faculdades satisfazendo as exigências da moderna arquitetura universitária. Afirmou-nos, ainda, o diretor da faculdade de Direito ter entrado em entendimento com o governador Eugênio Barros, cientificando-os dos elementos propósitos do diretor da divisão do ensino superior, tendo S. Excia. Demonstrado interesse no sentido de ser concretizado o plano que tão grandes benefícios trará a nossa terra. [...] A notícia sensacional da criação da Universidade do Maranhão, repercutiu entusiasmaticamente nos nossos meios universitários. Possuindo nosso Estado suas escolas de nível superior: Faculdades de Farmácia e Odontologia, Direito e Filosofia, e Escola de Assistência Social, Serviço Social e Enfermagem é natural que reivindique a autonomia didática, proporcionando-lhe maiores verbas para o aparelhamento das escolas superiores, tornando-as mais úteis ao Maranhão e ao Brasil. (Voz Universitária, 1954, p.5).

Uma coluna interessante desse impresso diz respeito a sua *Página Literária*, na qual publicam contos, poemas, crônicas produzidas pelos próprios acadêmicos, assim como teciam críticas a obras literárias como o livro “A canção inicial” de José Sarney Costa. Já na coluna do ex-aluno, a matéria “*Bilhete a você: o calouro*” é uma leitura da vivência acadêmica dos formandos, destinada aos calouros no ingresso à faculdade de Direito do Maranhão.

Evidenciamos nos impressos, várias notas e matérias de boas vindas aos calouros, nas quais as entidades estudantis a UME e os DA’s, convocam os novos colegas a participarem do ME a fim de fortalecerem as entidades representativas, buscando fortalecer e discutir os problemas das Escolas Superiores e da comunidade acadêmica. Como podemos depreender deste artigo assinado pela militante Ilzé Jorge Vieira de Melo, membro do DA do curso de Direito e colaborada do jornal *Universitário*.

Sêde bem-vindos, caros colegas. Os veteranos, de braços abertos, vos convidam a ocupar a posição que conquistaste através do Vestibular. Aqui, na escola da lei e da justiça, aprendereis a defender os vossos direitos e respeitar os direitos dos outros cidadãos. Aqui, haveis de compreender ser passageiro o tempo, mas imutável o ideal de uma plêiade de moços vontadosos, que mesmo substituídos cada ano, por uma nova parcela, forma um sucessão continuada de valores, lutando, com afinco, para que não se perca a boa semente lançada pelos primeiros plantadores. Aqueles que já militam as nossas fileiras, participando ativamente nas nossas lides, deixam, como testemunho de sua trajetória os problemas universitários. Pugnando pelo soerguimento moral e cultural da classe, vezes há em que nós divergimos, seguindo itinerários diversos, surgem, daí, as famosas lutas da política universitária. Agora, que também ireis participar desse movimento, lutando lado a lado conosco, sabereis que essas discussões não nos divorciam somos respeitados e respeitamos os nossos adversários, porque embora adotando princípios diferentes, todos têm um fim comum: a melhoria da faculdade e o bem dos alunos. Assim caros companheiros, no convívio diário, aos poucos, ireis conhecendo nossa vida e aprendendo a ler nossa cartilha. Estreantes que sois, no ambiente acadêmico, certamente vos anima o desejo fervoroso de iniciar essa nova fase. E é por isso que vos desejo boas vindas, pois estou certa de que sereis outros elos, a engrossar a possante cadeia de jovens que lutam com ardor, para manter a boa tradição universitária. Os estudos, a política, as brincadeiras estão à vossa espera. Vinde, colegas, a casa velha é velha e desengonçada, mas acolhedora e, a fim de tornar-se apresentável aos vossos olhos, sacudiu fora o encardido das paredes e revestiu-se de novas cores. (Universitário, 1958, p.5).

Desta maneira, é marcante a intensa mobilização dos DA’s e a UME na promoção de bailes e trotes aos calouros. Descontraindo, informando e denunciando junto a sociedade maranhense, questões de ordem social, econômica, política e educacional. Tal mobilização ganha destaque nos jornais locais, observemos o jornal “O Imparcial”:

Em grande passeata, os calouros, seguidos pelos veteranos da Faculdade e vestindo hilariantes indumentárias após percorrerem varias ruas de nossa cidade dirigiram-se para a praça da Liberdade, onde se achava erguido um palanque, nesse local, foram realizadas as brincadeiras. Usaram a palavra vários calouros, fazendo críticas sem ofensas a justiça, política, educação e Magistério do Estado também outras críticas foram feitas, em vários cartazes que eram carregados

pelos calouros. Foram organizadores da brincadeira, acontecimento no seu gênero ainda não havia sido verificado em nossa cidade com as proporções de ontem, os acadêmicos Carlos Guedes, José Ribamar Rosa, José Ricardo Aroso Mendes e Antonio Luis Oliveira. Dentre os calouros que tomaram parte do trote, podemos mencionar Felipe Veloso, Silvio Fernandes, Valdir Campelo, Justino Leitão, Henrique Ramos, João Itapari, José Miranda Sobrinho, Kleber Moreira, Leovegildo Silva, Vilmar Coelho, Clovis Freitas, Alberto Correa Lima e Olímpio Guimarães. (O Imparcial, 1951, p.4).

Notamos que, os bailes promovidos aos alunos ingressos tinham como destaque a eleição da Rainha dos Calouros. Cada curso promovia o seu concurso e elegia a sua rainha, mobilizando toda a sociedade ludovicense para participar desse grande evento, geralmente realizado no salões do Casino Maranhense.

Realizar-se-á sábado próximo no Casino maranhense a festa de confraternização dos calouros e veteranos da faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís. A referida festa, como nos anos anteriores auspicia-se animadíssima sendo que para isso foi nomeada uma comissão de terceiranistas para elaborar um programa bem ao gosto da sociedade ludovicense. A comissão em apreço está constituída dos acadêmicos: Humberto Neiva, José Ribamar Machado, Waldelice Sipaúba Branco. Será realizada na festa do dia 28 a eleição da Rainha dos calouros cujos votos estão à venda naquela faculdade bem assim como as mesas podem ser reservadas pela comissão acima. (O Imparcial, 1951, p.3).

O Jornal *Vigilância* relata ainda:

É fato de todos conhecido que, ao iniciarem as aulas deste ano letivo, uma comissão de acadêmico da Faculdade de Direito se propôs a realizar uma eleição para escolher a Rainha dos Calouros de 1957. O pleito, que foi muito concorrido, trouxe-nos como vencedora a colega Teresinha de Jesus Carvalho. Num gesto que bem demonstra a simpatia de que desfruta no seio da classe, resolveram seus colegas homenagear sua majestade Teresinha Carvalho, promovendo um baile que se realizaria nos salões do Casino Maranhense. Aconteceu, porém, que por motivos superiores, não foi possível satisfazer o desejo da turma, naquela época ficando, entretanto, assentado que o baile seria dado em outra oportunidade. Ainda na gestão do colega Ribamar Fiquene, por ocasião das grandes cheias que flagelaram o Mearim, resolveu aquela comissão, em comum acordo com o presidente do Diretório, doar às vitimas das cheias, do total arrecado, a importância de três mil cruzeiros depois que ainda continua em cofre um montante superior a sete mil cruzeiros. Assim, não vemos por que não levar a efeito, agora, a festa que tão ansiosamente esperamos, e cremos que o colega Presidente não se furtará em ajudar a prestar tão merecida homenagem. (Vigilância, 1957, p.1).

Nesse percurso, é publicado o jornal *Universitário em Marcha*, pelos acadêmicos de curso de Direito. O jornal tem cinco páginas, seis colunas e vários anúncios. Em sua segunda página, o seu expediente informa que o impresso é de órgão independente. Indica seus redatores e também o preço do impresso que era de Cr\$2,00; colaboração só dentro da linha editorial. Não segue um padrão de diagramação e apresenta uma logomarca confusa. Publicado pelo “Movimento de Renovação Universitária” (M.R.U.), apresenta no editorial do primeiro número a finalidade pelos quais o referido movimento foi criado.

Articula-se nos meios universitários de São Luís, um movimento tendente a renovar a política e a própria entidade de classe a U.M.E. [...] Na verdade de há muito tempo sentimos a necessidade de uma revolução nos métodos da política universitária com o objetivo de arrancá-la desta estreiteza em que se consome e estorce, para trazê-la ao claro à praça pública transformando-a em política de espírito superior, visando o interesse de classe, dentro de sua posição na conjuntura político-social brasileira. Ergue-se dessa forma um grupo de jovens cujo esforço é por todos os modos louváveis e mais ainda pelas conseqüências que já se fazem sentir. Se a política universitária precisa ser arejada, melhorada, ampliada em seus métodos e processos, mais ainda necessita nossa entidade de classe, a União Maranhense de Estudantes. [...] A importância do movimento que se estende em todas as faculdades evidencia-se pelos seus objetivos superiores e práticos. Pretende de início modificar a estrutura administrativa da U. M. E. Sistematizando suas atividades, dinamizando a própria instituição. [...] é positivamente um movimento renovador, revolucionar o novo, jovem que deverá ser apoiado e estimulado por todo universitário cuja consciência delas precisa ser solidificada. (Universitário em Marcha, 1955, p. 1)

Ao examinarmos os jornais ao longo da década de 1950, é possível identificar o grande debate sobre as opções políticas que envolviam a direção a ser dada a União Maranhense de Estudantes. A esse período se verifica no Movimento Estudantil a luta dos acadêmicos em viabilizar a consolidação dos DA's, buscando a legitimação e regularização das entidades. “A atual diretoria do Diretório Acadêmico da faculdade de Filosofia de São Luís, está empenhada na aprovação dos seus estatutos e para isso irá convocar uma assembléia geral para a discussão dos mesmos” (Universitário em Marcha, 1955, p.8).

Acha-se a atual diretoria do Centro Pio XI em franca atividade no sentido de conseguir dotar aquele órgão universitário de bases sólidas, capazes de garantir uma posição estável e duradoura. O ritmo de trabalhos é verdadeiramente assombroso, estando nossos colegas do Serviço Social dando uma perfeita demonstração do quanto pode e vale o idealismo e vontade. Várias providências estão sendo tomadas para regularização da entidade, notadamente no setor jurídico. Os estatutos já foram elaborados, tendo sido publicados em junho; o registro vai se fazer agora, encontrando-se no cartório para esse fim. Não ficam aí os esforços das dirigentes centristas, estando as mesmas empenhadas em reconhecer o Diretório Acadêmico como órgão de utilidade pública, passo da mais alta significação, tanto no campo social como no financeiro. (Universitário em Marcha, 1955, p.9).

Foi nessa década que os acadêmicos membros do “Movimento de Renovação Universitária”, publicaram o jornal *Universitário em Marcha*. O referido impresso tinha como redatores os líderes do movimento José Mário Santos, Clovis Senna, Sálvio Dino e Mário Leal, segundo este: “[...] faltando uma organização básica, da qual resulte um trabalho estável, seguro e de duradouras conseqüências, está a U. M. E. entregue à vontade de alguns dirigentes sem um rumo exato [...] advindo assim à situação caótica em que atualmente se encontra”. (Universitário em Marcha, 1955, p.2). Vejamos o impresso.

Figura 4 – Jornal “Universitário em Marcha” (1955)



Já nas páginas iniciais do primeiro número, o jornal traz uma homenagem ao Dr. João Hermógenes de Matos, diretor da Faculdade de Direito, professor catedrático de Direito Comercial desse estabelecimento de ensino e advogado em nossa capital onde apresentavam apoio a sua administração,

[...] pessoa muito estimada principalmente nos meios universitários onde tem desenvolvido muitas atividades em prol do melhoramento do ensino superior, já como diretor da Faculdade de Direito, já como professor emérito que é daquela tradicional casa de Ensino. (Universitário em Marcha, 1934, p.3).

Destaca-se, também, neste mesmo número a nota sobre o acadêmico do segundo ano de Direito Sálvio Dino então vereador que apresentou na sessão de março do dia 14 na Câmara Municipal de São Luís, um requerimento de sua autoria, no sentido de ser enviada à Assembleia Legislativa o pedido de autonomia do município de São Luís.

Em sua página literária apresentam vários comentários sobre filmes, documentários, poemas e crônicas maranhenses. Já a partir do seu segundo número, agora sob direção do Centro Acadêmico “Clodomir Cardoso”¹⁶, os líderes do movimento renovador assumem também a direção da União Maranhense de Estudantes.

Quando deste mesmo jornal denunciávamos a crítica situação da principal entidade estudantil maranhense, aparecíamos aos olhos de alguns, exagerados e as nossas acusações tão somente políticas. No entanto, os fatos são mais eloqüentes que as palavras: a aí está a U. M. E. em completa desorganização (Universitário em Marcha, 1955, p.2).

Neste sentido, em sua carta programa de renovação universitária apresentada na campanha para eleição na entidade representativa dos estudantes da U. M. E. Os membros do movimento destacam entre suas metas na gestão “Tudo fazer pela criação da universidade do Maranhão”. Na posse da nova diretoria o acadêmico Alberto Abdalla da gestão anterior da União Maranhense de Estudantes (54/55),

[...] usou da palavra frisando a falta completa de apoio que recebeu durante o período em que esteve à frente da U. M. E. [...] que motivou a quase estagnação administrativa do nosso órgão. Concluindo assegurou a nova diretoria pleno sucesso para que a U. M. E. reencontre seu verdadeiro destino (Universitário em Marcha, 1955, p. 2).

Ao assumir a presidência da União Maranhense dos Estudantes o acadêmico Almada Lima Filho declara:

A U. M. E. será órgão dinâmico e tudo faremos para que a entidade reassuma a posição que lhe cabe em nossa sociedade; Pesamos as nossas responsabilidades; não esmoreceremos porém isto seria a negação da nossa juventude, porque para a luta urgente de recuperação da U. M. E. formam ao nosso lado as consciências sãs e caracteres bem formados dos universitários maranhenses [...] a renovação já era

¹⁶ Fez o Curso de Humanidades no Liceu Maranhense, e bacharelou-se pelo Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de Recife. Professor catedrático e fundador da Faculdade de Direito do Maranhão, promotor público, juiz substituto, deputado ao Congresso Legislativo do Estado do Maranhão em duas legislaturas, Prefeito de São Luís, Deputado Federal em três legislaturas, Senador em duas legislaturas, secretário da Fazenda e interventor federal do Maranhão. Membro da Academia Maranhense de Letras e do Grêmio Literário Oficina dos Novos. Redator do jornal Pacotilha. Faleceu no Rio de Janeiro, a 3º de julho de 1953.

uma realidade e que o movimento faria cumprir integralmente o programa com que se apresentam à classe. (Universitário em Marcha, 1955, p. 3)

No período da gestão (55/56) na entidade, o Jornal “Universitário em Marcha” agora órgão oficial da União Maranhense de Estudantes tem à frente do corpo editorial o acadêmico e delegado estadual José Mário Santos e Raimundo Wilson Lopes. Entretanto, eles conseguiram manter colunas destinadas às colaborações, crônicas e poesias de seus leitores.

A preocupação com a educação e a estrutura e organização da Faculdade de Filosofia e a Escola de Serviço Social pode ser notada tanto através das colaborações, quanto das reportagens assinadas pelos seus redatores. Em uma de suas reportagens, Raimundo Wilson Lopes entrevista a concludente do Curso de Assistente Social, Maria de Jesus Cruz, que revela a importância e contribuição do Curso para a nossa sociedade.

Primeiro de modo direto na formação integral de jovens, de modo a capacitá-las para o desempenho de uma profissão tão espinhosa. Já este ano terminará o curso a primeira turma, que defenderá tese. Segundo de modo indireto, através dos trabalhos que as alunas vêm realizando, tais como: Na zona suburbana da Capital, nos Centros Sociais do Lira e Monte Castelo, ambos de iniciativa da Ação Social Arquidiocesana. No setor operário, no Centro Social Santa Izabel, com operários da Fábrica Santa Izabel. Os trabalhadores, cuja organização se iniciou há um ano vem se desenvolvendo com pleno êxito, atingindo os operários e suas famílias. Centro Social da Câmboá, que se encontra em fase inicial. Nas escolas primárias, Serviço Social Escolar, junto aos grupos escolares da capital e outros trabalhos junto a várias instituições. Teríamos prazer em levar o repórter a visitar os Centros Sociais, o que lhes daria oportunidade de ver de perto os resultados que vemos sentindo e o desenvolvimento do Serviço Social entre nós. (Universitário em Marcha, 1955, p.4).

Percebe-se, também nesse impresso, a preocupação em dar voz e vez às reivindicações presentes e constantes dos alunos da faculdade de Filosofia na luta pelo curso de Didática. O apelo era no sentido de reivindicar urgentemente a sua criação uma vez que sem a implantação do referido curso de especialização, os estudantes não poderiam exercer a sua profissão. Em entrevista concedida ao jornal o presidente do Diretório Acadêmico de Filosofia, William Cavalcanti assim se pronunciou:

A campanha para a criação do Curso de Didática em nossa escola tem a frente o Diretório Acadêmico e conta com o apoio de todos os alunos, principalmente dos concludentes dos diversos cursos da Faculdade os quais serão imediatamente prejudicados se tal curso não foi criado, no próximo ano. [...] Foram enviados telegramas ao doutor Jurandir Lodi, chefe da divisão do Ensino Superior, ao presidente da República e ao presidente da União Nacional dos Estudantes, no sentido de que os mesmos cooperem para que o curso seja criado no próximo ano. [...] o diretor da Faculdade de Filosofia padre Aloísio Goch, reuniu a congregação para tratar do assunto tendo representado o diretório acadêmico nessa reunião o acadêmico Antônio Araujo Martins, do Curso de línguas neolatinas. Dessa reunião resolveu a congregação incumbir o professor Luis Rêgo de trabalhar ativamente

com o fim de que o curso seja criado, o professor Luis Rêgo prontificou-se a tudo fazer para que o curso funcione no próximo ano. (Universitário em Marcha, 1955, p.5).

Também é comum a divulgação de concursos para professor catedrático da Faculdade e dos procedimentos de avaliação realizadas pelo estabelecimento que consta em três fases: prova escrita, defesa da tese e prova didática. Observa-se a seriedade e a preocupação de mostrar-se a transparência nesses concursos.

Será realizado no dia 8 de setembro próximo na faculdade de Direito em São Luís, o concurso para preenchimento da cadeira de Direito Civil daquela faculdade. Concorrendo o desembargador Nicolao Dino e a Dra. Matia Rodrigues Bogéa de Sousa. Segundo apurou a nossa reportagem a comissão julgadora do referido concurso está assim constituída: Dr. Joaquim Gomes de Norões e Sousa, professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito do Pará; Dr. Clemente Honório Parente Fostes, professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito do Piauí; Dr. Antônio Martins Filho, professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará; Desembargador Acrísio Rebelo, professor catedrático de Direito Civil (3ª cadeira) da Faculdade de Direito de São Luís e Desembargador Trayahú Rodrigues Moreira, professor catedrático de Direito Romano da Faculdade de Direito de São Luís. (Universitário em Marcha, 1955, p.6).

Outro jornal publicado no curso de Direito é o *Vigilância*, lançado pela Agremiação Liberal Acadêmica (A. L. A.) Sua impressão era feita nas oficinas cedidas gentilmente pela Empresa Jornal do Dia Ltda.¹⁷ e tinha sua distribuição gratuita. Sob o slogan “um jornal que não vende a verdade”, tinha expediente que indica o seu diretor, o acadêmico Alvinho Coelho que contava com apoio de seus redatores: Jomar Maciel Pires, Renato Carvalho, Agostinho Santos e Raimundo Nonato Castro.

Seu logotipo traz uma mão conduzindo uma tocha, que se depreende ser um sinal de estado de vigilância. Jornal de seis páginas, distribuído em seis colunas, trabalha com anúncios em nota de rodapé. Apresentam em suas colunas várias fotos, página de opinião, coluna de entretenimento as “*Ondas e marés*” em seu primeiro número. Visualizemos o Jornal em sua primeira edição.

¹⁷A história do “Jornal do Dia” foi marcada por inúmeras mudanças. Foi fundado em março de 1953 por Arimatheya, com a proposta de ser um jornal neutro e apatidário. Contudo, em setembro do mesmo ano foi comprado pelo deputado Emerson Bacelar (PSD), que o dirigiu até 1959, quando passou para as mãos do deputado Alberto Aboud (então no PTB). Este era um grande empresário do ramo comercial, tendo adquirido o controle do matutino com o objetivo de sustentar suas pretensões políticas.

Figura 5 – Jornal Vigilância (1956)

— Nacionalismo não é privilégio de grupos —
(LEIA NA 2ª PAGINA)

EM SETEMBRO. Nº 559

REENCONTRO DA UME COM OS DESTINOS QUE LHE ASPIRA A CLASSE

VITÓRIA CERTA DO IDEAL DE BEM SERVIR — VISITA DO PRESIDENTE DA U.N.E. — DETALHES

COM VISTAS AO PRES. DO C. A. "CLODOMIR CARDOSO" FESTA DA RAINHA

APRESENTAMOS à classe universitária maranhense e ao público em geral este primeiro número de VIGILANCIA, órgão oficial da Agremiação Liberal Acadêmica.

A necessidade, cada vez mais crescente, de um veículo de orientação, defesa e coordenação dos interesses do estudante universitário de nossa terra levaram, sem o sacrifício e esforços inumeráveis, a empreender e publicar VIGILANCIA, com nossos próprios recursos.

Longo de nós a pretensão de, à classe, parecermos profundos conhecedores dos problemas nacionais, econômicos abalados ou libertos mortais. Aspiramos imensamente por ser tudo isto sem no entanto esquecermos o nosso desejo ardente de saber, a nossa sede insaciável de mais ampla e melhores conhecimentos.

Orientar a classe no sentido de torná-la cada vez mais forte, coesa e decidida, ora apontando erros e falhas dos nossos colegas, ora esclarecendo aqueles que não estejam a par dos fatos político-universitários; defendê-la contra a infiltração de grupos inconvenientes aos interesses nacionais; prevenir a contra a demagogia de pseudos líderes pre-fabricados ou zaidos, muitas vezes, dos bolsos do cacaco de um falso dirigente; defendê-la, estimulando-lhe a harmonia e pondosa em contacto constante com os problemas mais prementes; traduzir realmente o pensamento universitário maranhense, tal é o empenhamento a que se propõe VIGILANCIA.

Não nos surpreendemos se a alguns dos nossos adversários parecermos áspetos ou se deles merecermos a pecha de pasquinheiros; Calar quando se deve gritar bem alto, succumbir sob o peso da amargura, acomodarse quando tudo vai mal é consentir no mal, é cooperar com ele.

Nasce VIGILANCIA Continua na 3ª. Página

REGISTRO - PATENTE DE FÉRIAS - P. 10.000 - 1957 - Nº 1

VIGILANCIA

ÓRGÃO DA AGREMIAÇÃO LIBERAL ACADÊMICA

UM JORNAL QUE NÃO VENDE A VERDADE
Diretor: ALVINO COELHO

SO A A.L.A. APRESENTOU TESES AO XX C. NACIONAL DOS ESTUDANTES

A delegação maranhense que participou do XX Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em Friburgo, apresentou os seguintes trabalhos: "Problemas Universitários", de autoria da colega Iliete de Souza.

culos e a questão das transferências", do colega Agostinho Santos, presidente do Diretório Acadêmico "Osvaldo Cruz" da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luis, Maranhão.

No C. A. "C. Cardoso", o qual apreciaremos na próxima edição.

Estes foram os únicos trabalhos apresentados pela delegação maranhense.

o qual apreciaremos na próxima edição.

Estes foram os únicos trabalhos apresentados pela delegação maranhense.

VAGO O CARGO DE VICE-PRESIDENTE !

Não bem conhecem as atividades da atual diretoria do Centro Acadêmico "Clodomir Cardoso", no período STM, cuja a vacância do cargo de vice-presidente daquela entidade, ocasionando esse modo, o seu prefechimento, não sabemos ainda se por eleição ou se através de uma questão jurídica a ser levantada.

Verdade, porém, é que o fato está desperdiçado, o mais vivo interesse no meio dos acadêmicos de Direito, razão por que preferimos aguardar o desfecho dos secretos mentos.

Quantos tiveram a oportunidade de lê-los, não lhes registaram elogios.

E de estranhar que a ELITE INTELLECTUAL DA RENOVACAO não tenha apresentado nenhuma tese.

Continua na 3ª. Página

O Presidente da UME não tolera a livre manifestação de pensamento

RENATO CARVALHO

Em uma reunião, extraordinária da UME, o sr. Elder Maranhão Filho tomou a palavra e falou ao colega Renato Carvalho, afirmando não ser o mesmo membro da Diretoria da UME, nem representante da Diretoria.

Uma situação semelhante, uma situação semelhante a que se viveu no ano passado, quando o sr. Renato Carvalho foi eleito presidente do Diretório Acadêmico "Osvaldo Cruz" da Faculdade de Direito e sobre o qual publicamos, em outro local, ligeiro comentário, e "Da necessidade de uniformidade dos currículos dos Estudantes".

AGOSTINHO SANTOS

Jorge Vieira de Melo, Secretário Geral do Centro Acadêmico "Clodomir Cardoso" que com o mesmo conquistou o lugar de delegado da Faculdade de Direito e sobre o qual publicamos, em outro local, ligeiro comentário, e "Da necessidade de uniformidade dos currículos dos Estudantes".

ILDEU VIEIRA DE MELO

Quantos tiveram a oportunidade de lê-los, não lhes registaram elogios.

E de estranhar que a ELITE INTELLECTUAL DA RENOVACAO não tenha apresentado nenhuma tese.

Continua na 3ª. Página

O QUE VOCÊ NÃO TEM - SILMAR - TEM PARA VOCÊ

Neste número em primeira página revela os seus propósitos:

Apresentamos a classe universitária maranhense e ao público em geral este primeiro número de vigilância órgão oficial da “Agremiação Liberal Acadêmica”. A necessidade, cada vez mais crescente, de um veículo de orientação, defesa e coordenação dos interesses do estudante universitário de nossa terra levaram-nos, senão com sacrifício e esforços inumeráveis, a empreender e publicar vigilância com nossos próprios recursos [...] longe de nós a pretensão de, à classe, parecermos profundos conhecedores dos problemas nacionais, economistas abalizados ou literatos imortais. Aspiramos imensamente por ser tudo isso sem, no entanto escurecer-mos o nosso desejo ardente de saber, a nossa sede insaciável de mais amplos e melhores conhecimentos. (Vigilância, 1957, p.1)

Assim, em nota de forma entusiasmada comunicam a visita da Embaixada do Pará ao Maranhão, almejando um intercâmbio cultural entre as referidas escolas, que contava com a presença marcante de Pedro Block, àquela época, uma das figuras mais expressivas do Pará.

O Maranhão terá o prazer de receber no dia 29 do corrente ano, uma Embaixada cultural, composta de dez estudantes das Faculdades de Direito e Filosofia do vizinho Pará, tendo os presidentes dos Diretórios acadêmicos tomando todas as providências no sentido de conseguir hospedagem para os ilustres visitantes, que aqui levarão a peça teatral “As mãos de Eurídice” de Pedro Block, cuja apresentação na terra paraense teve grande sucesso. (Vigilância, 1957, p. 1)

O mesmo número tece em suas linhas as lutas empreendidas pelo Arcebispo do Maranhão, D. José Medeiros Delgado, para o funcionamento da Faculdade de Medicina no Estado, afirmando que:

Não se pode negar a capacidade de trabalho e o espírito nobre e elevado de S. Excia. Revmo. D. José de Medeiros Delgado, Arcebispo do Maranhão que, transpondo dificuldades nunca superadas, vem de entregar ao Diretório da Divisão de Ensino Superior, Sr. Jurandir Lodi, o pedido oficial de licença para funcionamento da Faculdade de Ciência Médicas do Maranhão, ato que ora ressalva como uma prova eloqüente de patriotismo e devotamento à causa dos que sofrem. No momento em que encaminhava o pedido de licença, D. José Delgado se faz ladear de ilustres políticos maranhenses, entre eles, os deputados federais Cunha Machado, Neiva Moreira, Pedro Braga Filho, Afonso Matos, Renato Archer da Silva e Alfredo Dualibe, que com ele debateram os problemas do Ensino Superior em nosso estado. Com o apoio que emprestarão os representantes do Maranhão, nas duas casas do Congresso Nacional a iniciativa do Sr. Arcebispo, podemos ter cor certeza a abertura daquele estabelecimento de Ensino Superior, no começo de 1957. (Vigilância, 1957, p.4)

Nessa ambiência, realizaram-se na Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, as eleições para a diretoria do Diretório Acadêmico São Camilo de Lellis, que tinha à sua frente Maria Leuda Patrícia Bandeira. O jornal *Vigilância*, em suas notas e informações, publica o seguinte:

A eleição que transcorreu num clima de absoluta ordem e perfeita harmonia, constituiu-se em mais uma vitória do corpo discente daquela escola pelo acerto com que se houve na escola, ficando na diretoria assim constituída: Presidente Elisabeth Lopes Correia; Vice-presidente Maria de Lourdes Albuquerque e tesoureira Maria de Jesus Carvalho. A posse da diretoria verificou-se em sessão

solene, comparecendo ao ato grande número de universitários e pessoas gradas. Em seguida, teve lugar animado e interessante hora de aral que contou de números de canto e declamação. “Vigilância” que se fez presente à solenidade de posse, felicita as alunas da Escola de Enfermagem na pessoa da colega Elizabeth Correia, augurando-lhe uma administração repleta de pleno sucesso. (Vigilância, 1957, p.2).

Muitas das críticas que tecem em relação à diretoria da União Maranhense de Estudantes giravam em torno da administração do referido órgão. Essas críticas eram feitas na forma de pequenas chamadas descritas na coluna com enfoque político estudantil com linguagem coloquial sarcástica, intitulada as *Vigiladas*, em que questionavam as ações dos seus dirigentes.

FABRICANDO LIDER - Durante uma reunião realizada na sede da U. M. E. para discutir assunto ligado às contribuições das passagens aos representantes maranhenses que deveriam tomar parte no Congresso Nacional dos Estudantes, resolveu o presidente daquela entidade converter violentamente o objetivo da reunião numa “escolha de líder”, apontando para tal o acadêmico Leal. A atitude do Sr. Eider provocou entre os presentes comentários como este: como é um líder nasce do seu prestígio perante a classe ou na ponta do dedo do colega Eider? ONDE AGORA- Transformado em refeitório, com a ampliação do Restaurante, o salão em que se realiza as sessões da Assembléia Geral, cabe fazer ao Presidente da U. M. E. esta pergunta: onde, agora, se realizarão aquelas reuniões? (Vigilância, 1957, p. 2).

Em seu segundo número, traz em primeira página o discurso do atual diretor Alvinho Coelho, que rememora as motivações dos redatores para a publicação do referido impresso, tecendo reflexões sobre o papel da imprensa e ressaltando a importância do mesmo para comunidade acadêmica.

Talvez ainda permaneçam nítidos na memória dos colegas que nos deram o prazer de ler o primeiro número de “Vigilância” os motivos que nos levaram a publicá-lo, como ainda o que dissemos sobre ainda a que se destina nosso órgão que não se fugina, como tanto o faz a imprensa, de informar com precisão todos os movimentos encetados pela classe ou os em que ela toma parte ativa e decisiva. Cremos mesmo que se não é Vigilância, quando há uma inteira omissão de tudo o que vai pelo nosso meio universitário, quando nem os jornais oficiais já não circulam, quando mesmo as informações oficiais sobre atos administrativos são relegadas, estaria a classe inteiramente à margem daquilo que mais lhe interessa. Por isso, e tendo em vista a orientação da classe e a coordenação dos seus interesses que nos propomos a defender quando da nossa apresentação, Vigilância, que tem circulação mensal. (Vigilância, 1957, p.1)

O mesmo jornal nos informa a fundação de mais um grupo na Faculdade de Direito intitulado “União Democrática Universitária” (U.D.U.) em nota o jornal transcreve a circular enviada ao referido órgão.

A política universitária de nossa terra torna-se dia a dia mais movimentada, e como a liderança de quase todos os movimentos estudantis situa-se sempre na faculdade de Direito, não é de admirar que dela somente tenham saído nada menos de cinco partidos. Dizemos cinco, porque já se cogita de um grupo interpartidário quando somos comunicados da fundação da “União Democrática Universitária”.

Moços idealistas que são Benedito de Azevedo Maia, Francisco de Assis Gaioso Neves Trinta, Pedro Prudêncio de Moraes e Renato Pereira de Abreu, achando que os seus princípios de nenhum partido fundado até agora, arrojam-se neste empreendimento a que desejamos pleno êxito. (Vigilância, 1957, p.2)

Essa intensa mobilização dos acadêmicos ganha maior evidência, na organização do I Congresso dos Universitários, abrangendo discussões pertinentes ao cenário da educação brasileira. “Com a presença de sua Excia; Dr. Matos Carvalho, Governador do Estado, outras autoridades, presidentes dos diversos Diretórios Acadêmicos de nossas faculdades, dos universitários, em solenidade realizada na Academia Maranhense de Letras”. (Vigilância, 1957, p.1). Como nos indica os redatores do Vigilância ao relatar o referido Congresso.

[...] na sessão de ontem, tivemos a presença do cônego Ribamar Carvalho, estando programadas diversas conferências subordinadas aos seguintes temas: Problemas do nosso Estado, que será pronunciada hoje pelo Dr. Jadhel de Carvalho; problemas nacionais amanhã, pelo deputado Cid Carvalho; e finalmente, na próxima sexta-feira, o Dr. Bacelar Portela falará sobre o tema Universidade do Maranhão, depois do que serão travados debates bem interessantes e oportunos focalizados nas conferências. (Vigilância, 1957,p.1).

Do mesmo modo, discussões específicas da categoria estudantil estavam pautadas no congresso, viabilizando a consciência do alunado em relação aos seus direitos enquanto categoria: restaurante universitário, biblioteca, sede da UME, casa do estudante, teatro universitário, laboratórios e o aparelhamento das faculdades. É marcante, também a defesa das teses que concorrem ao Congresso Nacional dos Estudantes promovido pela União Nacional de Estudantes (UNE).

Problemas universitários. Este é o tema que constitui a tese, com a qual a nossa ilustre conterrânea ILZE JORGE VIEIRA DE MELO, aplicada aluna da nossa Faculdade de Direito, concorreu para participar ao Congresso Nacional de Estudantes, realizado na capital da República. No bojo do seu trabalho, que não é longo mas que é completo, Ilzé se revela profunda observadora dos fatos, ou das circunstâncias em geral, na atualidade da classe dos universitários nacionais, em particular dos universitários sanluizenses. (Vigilância, 1957, p.2).

Naquele mesmo ano, ganha destaque a nota sobre a visita a ser feita pelo presidente da União Nacional de Estudantes, ao pleito eleitoral para direção da União Maranhense de Estudantes, visando o fortalecimento às entidades estudantis. Segundo os redatores “[...] a classe estudantil terá o ensejo de conhecer o colega presidente da UNE e com ele trocar idéias sobre nossas aspirações mais justas”. (Vigilância, 1957, p.1).

Dessa época são as “Festas Acadêmicas” promovidas pelos estudantes, visando angariar recursos para a promoção de embaixadas estudantis, ou destinadas à caixa da

entidade que também promoviam concursos para eleger a rainha universitária. Nesse sentido, observou-se no impresso *Vigilância* várias matérias sobre essas atividades.

Com o fim de angariar fundos para as nossas associações atléticas vem de ser instituído o concurso para eleger a rainha da primavera, entre as mais belas universitárias maranhenses. Este certamente, que terá encerramento no dia 5 de outubro próximo, ocasião em que será levada a efeito uma grande festa dançante nos salões do Grêmio Litero Recreativo Português [...] os alunos das faculdades de Farmácia e Odontologia e Filosofia já trabalham por suas candidatas, estando previsto para estes dias o lançamento daquelas que concorrerão pela Faculdade de Direito [...] entre outros os nomes dos colegas Iná Felano de Araújo e Mary Magalhães [...] na Faculdade de Filosofia, apresentou o seguinte resultado: Ida Brasil Valente 351 votos; Vera Xavier 230 votos e Marly Mário Bcères 159 votos. (Vigilância, 1957, p.2)

Nesse percurso desvelamos o jornal *Movimento*. Esse impresso do órgão oficial do “Movimento Nacionalista Acadêmico” (M. N. A.) indica no seu expediente o diretor, o estudante Coaracy Jorge Fontes apoiado pela sua equipe de redatores Sandes Macedo, João Leitão, José Monteiro Filho, Armando Quixadá, Joaquim Itapary Filho, Fernando Ferreira, José Ribamar Heluy e Walter Pimentel. O que vai orientar o Movimento Nacionalista Acadêmico proposto pelo periódico e seus colaboradores são as ideias nacionalistas.

Desde que foi fundado, o M. N. A. vem polarizando a atuação da grande maioria dos universitários maranhenses, que, compreendendo as finalidades, objetivos e a extensão desse movimento, acorrem a ele, com o seu apoio, seu incentivo, sua solidariedade, dispostos a luta, em prol de tão sublime ideal. Nada conseguirá deter a caudal avassaladora em que se constitui o Movimento Nacionalista Acadêmico, que vem arrastado para as suas fileiras todos aqueles que têm ideal, que sentem o drama do Brasil que ama sua Pátria. (Movimento, 1958, p.1)

Esse jornal não apresenta anúncios em suas colunas de cinco páginas, ainda na primeira página o jornal expunha suas ideias, o seu editorial deixa claras as filiações do Jornal e seu compromisso na defesa do nacionalismo. É importante observar que o nacionalismo que tomou forma no país a partir do término da Segunda Guerra Mundial, e que marcou o início da redemocratização posterior à derrubada do Estado Novo, teve “[...] conotações específicas, diferentes daquelas dos anos 20, as quais estavam mais associadas às tentativas de dominar o cenário político” (RAMOS, 1996, p.63).

Já o nacionalismo de pós-guerra, ao contrário, repudiava o autoritarismo e estava consciente de que o crescimento do movimento condicionava-se à consolidação do regime democrático. Contudo, em uma questão importante, estavam afinados os vários segmentos da sociedade como estudantes e parlamentares a inconformidade com a influência de norte americanos nos setores da economia considerada o principal elemento de atraso no

desenvolvimento brasileiro formando assim o que denominamos de “movimento nacionalista”. (RAMOS, 1996). Visualizemos o impresso.

Figura 6 – Jornal Movimento (1958)

“Vigilancia Sairá Para a Luta, Engraçado, Alegre, Movimentado (Permittem-nos?) e Variado”... (De Vigilancia, Boletim Informativo n. 6 de 6-4-58)

Queiram ou não os adversários:

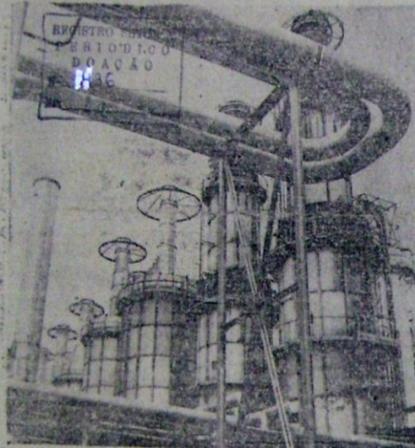
O M.N.A. Marcha Para a Vitória

MOVIMENTO

Orgão Oficial da M.N.A.
Diretor-COARACY JORGE FONTES

Ano 1 -- S. Luís Abril de 1958 -- N. 2

VOLTA REDONDA



REPOSTO PERMANENTE
PERIÓDICO
DOAÇÃO

Na luta pela independência econômica do Brasil, Volta Redonda representa um dos fatos fundamentais e uma das mais belas afirmações da capacidade realizadora do nosso povo. Após a instalação dos altos fornos de Volta Redonda, a indústria pesada nacional passa a ser uma realidade e o nosso País entra na etapa de desenvolvimento, caminhando agora, aceleradamente para a independência total! O magnífico trabalho que se realiza em Volta Redonda, tanto dá ao País a medida, exata da possibilidade do Brasil, porque ali se forja o progresso da Pátria.

TIRADENTES

A 21 de Abril de 1792, comdenado à força, sob o de grão do patíbulo, armado ao largo da Lampadaria, no Rio de Janeiro, o precursor heróico da Independência e da República; o ilustre Joaquim José da Silva Xavier, primeiro mártir do sentimento patriótico de um povo.

Hoje, transcorrida mais de um século e meio, a História guarda a sua nome e a Pátria reverencia sua memória.

No transcorrer das lutas que se têm forçados a travar os detentores dos aprensos ideais da Nação, quando se sentem em forças, desanimados e vacilantes, eles voltam a peço por ter perfeita consciência

da grandeza e idealismo de sua, alta e heróica, e sentem resuscitar em seu seio a fibra viva que os impulsionará para a luta, desprezando os perigos e ciladas, que eles venciam, por ventura, a vencer.

O Brasil, esgotado da violência dos seus direitos, da exploração de suas riquezas, da humilhação de seus filhos, clamava por liberdade, bravura por independência.

E Tiradentes ofereceu sua vida em holocausto à Pátria, para que ela viesse a ser livre, rica e feliz.

A liberdade não veio imediatamente, 30 anos alagadas e pararam antes de que o Brasil se libertasse do opressor estrangeiro.

(conclui na 2a. pag. letra M)

Acôrdio desmente assertiva dos adversários-Faculdade de Direito, baluarte nacionalista-Praticamente assegurada a vitória do M.N.A. para o CACC Conjução nas hostes coligadas

Desde que foi fundada, o M.N.A. vem poltrizando a atenção da grande maioria dos universitários maranhenses, que compreendendo as finalidades objetivas e a extensão desse movimento, acorrem a ele, com o seu apoio, seu incentivo, sua solidariedade, dispostos a lutar, em prol de tão nobres ideais.

Nada conseguirá deter a ebulição avassaladora em que se constitui o Movimento Nacionalista Acadêmico, que vem rastando para as suas fileiras todos aqueles que tem ideal, que sentem o drama do Brasil, que amam sua Pátria.

Assim seus componentes não importa que sejam os dirigidos, insultados, caluniados e injuriados.

(conclui na 2a. pag. letra G)

Nacionalismo na palavra dos líderes

PROSSIGUE A ENQUETE PROMOVIDA POR "MOVIMENTO" — NOVOS PRONUNCIAMENTOS —

Tendo seqüência à enquete iniciada no número passado sobre o conceito dos colegas a respeito de NACIONALISMO, nossa reportagem procurou ouvir novos dirigentes e correligionários do M.N.A. que se animam se pronunciaram a "MOVIMENTO".

MARIO LEONARDO: Nacionalismo é um passo firme e decidido que um povo dá para a sua emancipação político-econômica.

SANDES MACEDO: Nacionalismo é a valorização das "Costas Pátrias".

MIGUEL LUCIANO: É, como que, brauíssimo para o brasileiro e francoíssimo para o francês, devendo ser, toda via, praticado de acordo com as normas do internacionalismo viril, tendo em vista a necessidade do entendimento e diálogo entre os povos.

ANTONIO AUGUSTO: Nacionalismo é a esperança de um porvir brilhante para o Brasil, e o extermínio dos "traístas" completa independência econômica de nossa Pátria.

MONTEIRO FILHO: É um sentimento identificado com a ação de um povo que começa a perceber sua capacidade rumo à auto-determinação, afirmada por um justo patriotismo e pela consciência de um desempenho histórico.

ERNANI NUNES: Nacionalismo é acima de tudo patriotismo. E não se negar ao chamado da Pátria. É a fiscalização ao capital estrangeiro. É lutar contra a imprensa vendida aos "fruits".

JOSE TAVARES: Nacionalismo é o reflexo de uma consciência e um prol do engrandecimento da Pátria. É a resultante de um processo sociológico que nos julgamos nor-

mal e necessário para o desenvolvimento material do Brasil.

OCYR RAMOS: Já disseram — "E" e desprezar da consciência nacional". Partido de se princípio tudo que sirva pa-

ra defender os interesses do Brasil é nacionalismo.

ENEDITH PIORSKI: Nacionalismo é luta pela independência econômica da Pátria, defendendo nossas riquezas e a integridade nacional.



A gravura acima fixa um grupo de trabalhadores da Petrobrás, perfuradores de um novo poço no Estado de Alagoas, mais uma frente que surge na luta travada pela emancipação do País. Há pouco tempo, aquele rincão do Brasil foi abalado por crises das mais violentas, em virtude da ação criminosas e nefastas dos trots internacionais, como tanta farsa de impedir a confirmação da gigantesca obra que a Petrobrás vem, ali realizando. O petróleo jorra em Alagoas e a Petrobrás continua vitoriosa na batalha pela libertação econômica do Brasil.

Nessa leitura, faz necessário identificar a questão educacional naquele contexto, distinguindo, para além dos discursos oficiais, a materialização do nacionalismo no campo educacional brasileiro. Dessa forma, os líderes do Movimento Nacionalista Acadêmico José Mário Santos, Euclides Matos, José Monteiro Filho, Ernani Nunes, Palmerico Campos Júnior, Armando Quixadá e José Bérico Freitas embebidos pelo espírito nacionalista, incitam os leitores às ações na esfera educacional, haja vista que o estudo era visto como um ato patriótico. Assim, a imprensa pode efetivamente se tornar um dos veículos mais importantes e representativos de discussão das grandes questões nacionais.

Fato curioso que envolve esse periódico é a enquete lançada pelo impresso, sobre o conceito de nacionalismo expressa, em sua coluna intitulada *Nacionalismo na Palavra dos Líderes*. Segundo os redatores desse impresso:

Prossegue vitoriosamente a enquete lançada no primeiro número do Movimento, sobre o conceito que de nacionalismo fazem os mais destacados líderes do M. N. A. Essa iniciativa de nosso jornal vem alcançando grande repercussão na Faculdade, onde todos acompanham vivamente interessados as opiniões dos diversos colegas a respeito de tão empolgante tema (Movimento, 1958, p. 8).

Vejamos algumas declarações publicadas em seu terceiro número transcritas, abaixo:

ÊNIO BRENHA: Nacionalismo é o grito de alerta contra todos aqueles que possuem índole entreguista. É a salvaguarda dos interesses nacionais; JOSÉ GOULART: Nacionalismo é crença de um povo que reconhece a sua capacidade; CELSO COUTINHO: É tudo de sadio a patriótico que um povo pode manifestar para combater os vendilhões de sua Pátria; JOSÉ CARLOS: É o nacionalismo a esperança de um povo sub-desenvolvido que deseja sua independência econômica; JOSÉ MÁRIO SANTOS: É a manifestação mais sadia do amor pátrio, necessário ao progresso e ao desenvolvimento do país; ELIEZER MOREIRA FILHO: Nacionalismo é a reação de um povo consciente de sua situação econômica em face de sua evolução política. (Movimento, 1958, p.8)

Neste espírito patriótico, a construção da identidade brasileira leva o jornal a ingressar na campanha da nacionalização da educação. As matérias publicadas retratam com clareza essa conjuntura, já que convocam a classe universitária a ser vanguarda desse movimento, como se pode depreender desta citação:

[...] a classe universitária maranhense pode e precisa cooperar consciente e organizadamente nos debates dos problemas magnos que afligem o Brasil. O momento que vivemos é decisivo para nossa História. Da posição que assumirmos em face a diversos problemas, dependerá o destino do povo. Não é possível, portanto, a ausência dos universitários, cuja posição influi decisivamente, nas grandes definições e afirmações do poder público. Constituem os estudantes a vanguarda inteligente e entusiasta do povo, e muito do que disseram ou fizeram, marcará os rumos a serem trabalhados. E como o Brasil vive sua hora aguda de transformação e que por isso mesmo, muita luta e muitos interesses se chocam e degladiam é inteiramente necessário tomarmos posição dentro dessa batalha, sobre pena de colaborarmos para a vitória da reação e do colonialismo. O mínimo que

fizemos, contribuído para a melhoria das condições materiais do Brasil, será, neste momento, um serviço inestimável prestado à Pátria: em favor de sua dignidade e mesmo de sua sobrevivência. [...] É ingenuidade, senão crime supor-se que os estudantes nada tem a haver com assuntos estranhos ao currículo. Em momentos críticos (como é este) é verdadeiramente necessária a ação e presença da classe universitária nos debates em torno de problemas econômicos, sociais, políticos e filosóficos que conturbam, ameaçam e exigem a definição do País (Movimento, 1958, p. 4).

Por sua vez, o jornal *Vigilância* tece considerações em suas páginas sobre o Movimento Nacionalista e sua causa, afirmando que:

Já ninguém desconhece a empolgante cruzada pela redenção econômica do Brasil que o nacionalismo vem empreendendo em todo o nosso território. Com nova força, pioneira dos mais arrojados progressos, em todos os sentidos este **movimento libertador tomou conta de tudo e de todos**, pois absorveu e entusiasmou todas as classes sociais que realmente desejam um Brasil melhor para os brasileiros. Idéia que a todos vem iluminando e mostrando a nós, filhos deste vilipendiado País, qual a rota a ser palmilhada, embora que este ideal de todos exija os maiores sacrifícios. Quanto maior o combate mais insigne e merecida vitória [...] sentimos nós jovens, que o Brasil começa a viver de um modo diferente. Notamos que este País desenvolvido desperta para novos empreendimentos. A alma do Brasil inquieta, sempre amiga da liberdade, tanto política como, sobretudo econômica se vê arrastada por poderoso clã o Nacionalismo. Ninguém há quase, que não seja nacionalista, pois bem se sabe que ele poderá arrancar esta grandiosa Nação das garras dos “Trusts”, do plano de subordinação econômica. Por isso, dizemos nós que todos os brasileiros se sentem envolvidos empolgados por esta arrancada gloriosa nacionalistas [...]. No Maranhão tivemos a oportunidade de ver o que foi a I Semana Nacionalista. E a cada instante, ouvimos de qualquer popular: “sou nacionalista”. Todos os homens de sã consciência estarão na linha de frente de todo e qualquer movimento de apoio ao Nacionalismo. Daí dizemos que nacionalismo não é privilégio de grupos e a eles se não devem arrogar só a si o direito de ser nacionalista. Em nosso meio universitário, ser nacionalista não é privilégio, nem monopólio, com pretendem alguns. Ser nacionalista é um dever patriótico. (Vigilância, 1957, p. 2)

Imerso nessa conjuntura temos o Parlamento- Escola¹⁸, que funcionou na Faculdade de Direito, em frente ao Teatro Arthur Azevedo. Esse Parlamento trouxe para classe estudantil e para a sociedade maranhense as grandes questões nacionais, como a defesa e fortalecimento da Petrobrás, quando já começava a discutir a política nuclear, a necessidade de reforma agrária, a reforma educacional (o ensino a serviço do desenvolvimento), e a política

¹⁸ Fundado em 1956, o Parlamento-Escola teve em Sebastião Pinto o primeiro presidente. Jomar Maciel Pires era o primeiro secretário e Teresa Bandeira de Melo segunda secretário. O segundo presidente foi Álvaro Silva; o terceiro, o acadêmico Euclides Mattos, este já em 1958. O Parlamento-Escola funcionava com o mesmo mecanismo, em ponto pequeno, do Legislativo. Através de eleições diretas elegiam-se cinco representantes de cada turma. Constituída a assembleia (ou Parlamento), seus integrantes então procediam à eleição da mesa-diretora e demais comissões técnicas. Os membros do Parlamento apresentavam projetos de lei e requerimentos, que obedeciam aos trâmites do processo legislativo: parecer das comissões e votação final, isto além das sessões plenárias, que eram realizadas semanalmente, e que pela importância dos debates travados foram encontrando ressonância e credibilidade nas várias camadas da população. A ponto de representantes do Parlamento-Escola serem chamados à Câmara Municipal de São Luís para opinar sobre questões em tramitação e de interesse da comunidade. (DINO, 1996).

internacional independente para o Brasil. Em seus números publicados o jornal *Movimento* descreve as atividades desenvolvidas pelo referido órgão:

Teve lugar, às 20:00 horas do dia 17 do corrente, no salão nobre da Faculdade de Direito, sessão solene de posse da nova Mesa que dirigirá os trabalhos do Parlamento-Escola, no atual período legislativo. Além de inúmeros universitários, estavam presentes à solenidade o Senhor representante do Governador o Estado, representante do Prefeito Municipal, professores, os colegas presidentes dos Diretórios Acadêmicos da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia e do Centro Liceista. [...] Falou, então nessa oportunidade o colega Euclides Matos, Presidente do Parlamento que disse dos propósitos que o animam, na esperança de proporcionar ainda melhores dias a Instituição para cuja presidência fora eleito. Prosseguindo, usou da palavra o orador oficial da sessão, o colega Coaracy Jorge Fontes, fazendo um histórico dos dois anos de atividades do Parlamento, sua atuação, nos âmbitos estudantis, municipal, estadual e federal suas realizações e finalizando com uma exortação à classe por uma decisiva participação nas lutas em defesa dos ideais nacionalistas. Franqueada a palavra fizeram-se ouvir os universitários José Maria de Jesus e Silva representante do Governador Nonato Castro e Sálvio Dino todos de acordo na defesa dos pontos de vista nacionalistas e na importância e significado do Parlamento-Escola do nosso Estado. Continuando, em vibrante improviso, o Prof. Antenor Bogéa congratulou-se com os parlamentares e com a classe pela existência de tão importante Instituição, cuja vida acompanha, desde quando foi levantada a idéia de sua criação. (Movimento, 1958, p.5)

Estes parlamentares eram influentes nas discussões travadas no momento, além de serem reconhecidamente grandes oradores. O Parlamento Escola constituía-se num campo fértil para os oradores “na idade de ouro dos bacharéis da rua do sol, onde ser brilhante tributo era condição imprescindível para obter êxito. [...] criado por inspiração do pernambucano Francisco Siqueira, e do qual tive a honra de ser integrante.” (DINO, 1996, p.64). Entre os grandes debates, temos a questão do petróleo que provocou exaltação e deu margem a pronunciamentos apaixonados em vários artigos publicados por esses acadêmicos neste impresso.

A principal finalidade do parlamento escola era a de preparar estudantes para solução de problemas nacionais, quer no plano municipal, quer no estadual ou federal. Mas o parlamento escola tinha outra finalidade [...] a de funcionar o [...] como escola de oradores, possibilitando a descoberta de valores que permaneceriam anônimos se não fosse a oportunidade que poderia proporcionar-lhes. (Universitário, 1958, p.4)

O mesmo diário nos informa sobre a importante visita da comissão diretora de Assuntos Estudantis em São Luís. Esse departamento foi instituído na capital da República, órgão subordinado ao Ministério de Educação e Cultura, que tem por objetivo estudar cuidadosamente a real situação dos estudantes brasileiros. Nesse sentido,

[...] diversas capitais já foram visitadas, e em todas, a comissão diretora fez o estudo das exigências de classe estudantil, tendo deixado sempre as melhores

impressões, pela maneira honesta e dedicada como seus componentes debatem os problemas suscitados. Dirige a campanha o ilustre patricio Paschoal Carlos Magno, fazendo parte da comissão diretora o Dr. Julianeli, diretor da divisão da Educação e Cultura e o Dr. Álvaro Machado membro do Conselho Nacional do Patrimônio Histórico. Em nosso estado a atuação da comitiva alcançou êxito completo. Durante 48 horas, estudaram com interesse, debateram com entusiasmo conferenciaram diversas vezes com líderes, de classe e autoridades locais, os muitos problemas que afligem os estudantes maranhenses. (Movimento, 1958, p. 3)

O cenário das lutas estudantis era ocupado também pelos estudantes secundaristas. Suas principais reivindicações envolviam redução de mensalidades, melhoria do ensino e o fim das restrições à existência e atuação dos grêmios. A relação estabelecida com os estudantes secundaristas e suas publicações apresentam-se de forma constante em suas matérias, já que várias reportagens tecem comentários sobre a importância da circulação desses impressos entre os referidos órgãos. Também é possível observar a relação harmoniosa entre os publicadores e o reconhecimento dos méritos da “União Maranhense de Estudantes Secundários” (U.M.E. S) na edição de mais um número do seu Jornal “Tribuna Estudantil”.

Circulou, em dias da semana passada, mais um número do conceituado jornal “Tribuna Estudantil”, órgão oficial da União Maranhense de Estudantes Secundários. Aquele órgão de imprensa que apresenta magnífica feição gráfica e cuja impressão foi a duas cores, aborda assuntos de relevante interesse para a classe estudantil e também se pronuncia, sobre problemas que afligem o nosso país. De cunho eminentemente nacionalista, merece aquele jornal a atenção de todos os estudantes, pelo que enviamos os nossos efusivos cumprimentos aos seus dirigentes. (Movimento, 1958, p.3)

Eles tinham como referência o Centro Liceista como modelo de ensino na época, bem como o engajamento dos estudantes secundaristas nas questões locais e nacionais. Portanto, “[...] a União Estudantil Sylvio Romero passa a ser também, o centro de referência do movimento estudantil influenciando a criação de outros grêmios por São Luís. [...] Por isso se torna um lugar de convergência da classe estudantil maranhense”. (CASTRO e CASTELLANOS, 2007, p.7).

Daí, encontrarmos no jornal matérias sobre o referido estabelecimento e suas lutas lideradas pelo referido grêmio estudantil no Maranhão. Assim, em mais um aniversário de sua fundação, o jornal *Movimento* presta sua homenagem:

Mais um ano de atividades completou, no dia 2 do corrente, o Centro Liceista, entidade oficial do corpo discente do Colégio do Estado. Baluarte autêntico das grandes reivindicações da juventude estudantil maranhense possui o tradicional Centro Liceista um memorável passado de luta em prol da classe pelo que já se impôs ao respeito e admiração de todos os estudantes de nosso Estado. Movimento envia aos seus atuais diretores, suas ardentes congratulações e os seus sinceros votos de que, prosseguindo em sua intransigente posição nacionalista, continuem a conduzir o Centro Liceista pelo caminho da dignidade, da justiça e da defesa dos

lídimos interesses de seus associados, como vem palmilhando até os nossos dias. (Movimento, 1958, p.3)

A partir desse quadro, é importante vislumbrar que em nosso país, a adoção do ensino secundário público, se efetiva de acordo com os padrões europeus, especialmente o francês, tendo os Liceus como representação do ensino secundário a partir do Império, restritas a atender à aristocracia. Em relação ao nosso Estado, Ribeiro (2005, p.113) descreve:

No Maranhão, no período da implantação do Liceu (1838), grande parte da população era analfabeta, constituída por negros, que eram legalmente impossibilitados do acesso à escola. Por isso, a Província conseguiu manter reduzidas as oportunidades educacionais, que poderiam permitir a ascensão social pela escola secundária. [...] a explicação para estes fatos pode ser, também encontrada na condição de ser o Liceu uma escola propedêutica ao ensino superior e que seus alunos eram de uma determinada camada da população. Para isso eram exigidos determinados conhecimentos impossibilitando as outras classes de freqüentarem esta escola por faltar condições prévias [...] a escola secundária [...] tendeu a afastar a participação não só pela permanência no espaço físico da escola, pela indumentária, mas pelo tipo de educação que era ministrada; distante da realidade da província maranhense, que enfrentava muitos problemas, próprios de uma sociedade escravista.

O último jornal a ser tratado neste trabalho é o *Universitário*. Este periódico publicado como órgão oficial da União Maranhense de Estudantes, teve seu primeiro número circulando em 24 de março de 1958. Sob sua direção temos o acadêmico Otávio Lira Filho, na secretária Alvino da Silva Coelho e o chefe da redação Renato Carvalho, auxiliado pelos acadêmicos: Jomar Pires, Lima Filho, Lira Filho, Celson de Oliveira, Renato Carvalho e Denise. É editado nas oficinas cedidas pela empresa Jornal do Povo Ltda, sob o slogan “Um jornal que traduz o pensamento da classe”.

O referido impresso com cinco páginas apresenta seis colunas, com utilização de imagens fotográficas e anúncios de casas comerciais. Em seu primeiro número o seu diretor escreve uma matéria intitulada *Liderança e organização estudantil*, no qual convoca os estudantes para uma efetiva participação junto às entidades estudantis, favorecendo assim, o desenvolvimento de uma postura crítica voltada para a realidade do país, do Estado e da Faculdade.

Não sou mais que um estudante preocupado pelas diretrizes do futuro da Pátria a qual possui imensas possibilidades atuais e responsabilidades presente e futura. Nossos estudantes universitários, num país de mais de 60% de analfabetos, cientes de pertencerem à elite intelectual do Brasil, onde milhões de seres lutam pela sobrevivência própria, dentro da mais precária condição de vida, vêm procurando tomar parte ativa, não só na vida estudantil mas do Estado. O estudante é, pois, um cidadão que têm o privilégio de tomar lugar nas reivindicações do mundo, isento das influências partidárias perniciosas, facilmente constatadas noutras classes de cidadãos. Ele somente ele, pode pensar, livremente, na evidência dos fatos, e, jamais pela opressão.[...] O

estudante politizando-se, não se deve deixar escravizar por ideologias; prefere-se antes, tomar atitudes políticas dentro dos princípios da Justiça e da Liberdade (Universitário, 1958, p.1).

Figura 7 – Jornal Universitário (1958)

A Sede Própria da U.M.E. é Uma Realidade

ANO II — São Luís-Ma. — 24 DE MARÇO DE 1958 — Nº 423

Universitário
ORGÃO OFICIAL DA UNIAO MARANHENSE DOS ESTUDANTES

Um Jornal que traduz o pensamento da classe

Funciona Com Eficiência o Restaurante dos Estudantes — 100 Refeições Diárias — Critérios Processos de Seleção — Clima de Ordem, Cor e distensão e respeito. — (LEIAM NA 3a. PAGINA)

Fracassou o Parlamento Escola Por Negligencia Exclusiva de Seus Membros — A Próxima Eleição Será Uma Oportunidade de Soberania — Entrevista Coletiva Com os Drs. Siqueira, Sebastião Pinto e Acadêmico Alvaro Silva. — (LEIAM NA 4a. PAGINA)

REGISTRO SETORIAL PERIODICO DOAÇÃO Nº 423

PELA SEGUNDA VEZ : O Maranhão na Presidência do Conselho Nacional dos Estudantes

Importantes assuntos atinentes á politica nacional foram ventilados-Crise universitária em São Paulo

A INAUGURAL DA FACULDADE DE DIREITO

Com a presença de representantes de vinte (20) U. E. E., reuniu-se em São Paulo, na Escola Politécnica, o Conselho Nacional dos Estudantes, que contou com a participação dos colegas Alvaro Rodrigues da Silva, e Jomar Maciel Pires, Presidente e Secretário Geral de nossa Entidade, como representantes do Maranhão, quando, então, foram tratados importantes assuntos pertinentes á politica nacional e á vida universitária, sendo abordado, de modo especial, o caso da crise universitária de São Paulo.

Precisamente ás 21,00 horas do dia 27 de janeiro, no salão nobre da Escola Politécnica, verificou-se, solenemente, a instalação desse conclave sob a direção do Presidente da U. N. E., colega Marcos Heusi Neto, tendo, nessa oportunidade, de vários oradores usado da palavra ressaltando a importância do Conselho na vida estudantil brasileira.

ALVARO R. SILVA

ANIVERSARIO

TERESINHA DE JESUS CARVALHO: — Transcorre neste dia o aniversário natalício da nossa distinta colega Teresinha de Jesus Carvalho, tendo, neste ano passado, o concurso de Rainha dos Calouros de 1957, contando, ainda, com o decidido apoio de seus colegas da Faculdade de Direito de São Luís, onde cursa, com destaque, o segundo ano do Curso de Bacharelado, que a elegem Tesoureiro Geral do Centro Acadêmico "Clodomir Cardoso", cargo que vem de desempenhando com relativa facilidade.

Com tão feliz evento, quando Teresinha está sendo bastante cumprimentada pelas inúmeras pessoas do seu largo círculo de amizades, congratulam-se os que fazem o UNIVERSITARIO, formulando á simpática aniversariante votos de perenes felicidades, acompanhados dos mais sinceros parabéns.

JOMAR M. PIRES

RELATORIO DA U.N.E.

Apreciado, no seu conteúdo, o relatório da U. N. E., pelo Conselho, mereceu dos seus membros aprovação unânime e que demonstra a sinceridade que se vem pontuando os atuais dirigentes do órgão máximo de representação estudantil nacional.

FESTA NACIONAL DOS ESTUDANTES

Em face de, a exemplo do Conselho anterior, a documentação concernente á Festa Nacional dos Estudantes não se achar completa, deliberou o Conselho, nomear duas comissões para, no Rio, apreciar a prestação de Contas da referida Festa, sendo que uma estaria na conta da gestão (Conclue na 3a. página)

Prof. José Maria Martins

O ano letivo de 1958, para os acadêmicos de Direito, foi solenemente iniciado, a 20 deste mês, com a aula inaugural, ministrada, no salão nobre da Faculdade de Direito, pelo douto prof. José Maria Ramos Martins, que, em magnífica exposição, discutiu sobre o importante tema "A METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR".

A inaugural contou com a presença de grande número de pessoas, entre as quais mereça repertagem conspícuo (Conclue na 3a. página)

Liderança e Organização Estudantil

OTAVIO LIRA FILHO

em nossas classes de cidadãos. Ele, somente ele, pode pensar, livremente, na evidência dos fatos, e, jamais, pela opressão.

Os estudantes desejamos de paz dinâmica no âmbito internacional, são jovens adultos responsáveis não só pela própria educação no processo da aprendizagem; como o é por seus irmãos de ideal, os outros estudantes. Cabe a ele organizar a vida estudantil e contribuir, com sugestões, pelo desenvolvimento social e maior rendimento educacional dentro de sua Pátria.

Os organismos de representação estudantil por eles criados, numa só conjuntura nacional, destinam-se a serem "divisões" de trabalho, a serem "câmaras" de iniciativa, a serem "centros" de interesse geral.

Os contatos com as entidades estudantis de outros países "promoverão uma compreensão internacional e nos tornará mais próximos do nosso objetivo de uma paz duradoura.

As organizações representativas dos estudantes possuem membros escolhidos por processos democráticos que são conscientes de suas funções no concernente á reforma do ensino, colaboração as autoridades universitárias e têm a dever de repagar pelo direito de estudar e de melhorar as condições dos que estudam e o rendimento escolar.

As responsabilidades dessas entidades, todavia, transcendem ao governo estudantil, voltando suas vistas para a vida política dos organismos estatais.

O estudante, politizando-se, não se deve deixar escravizar por ideologias; prefere-se antes, tomar atitudes políticas dentro dos princípios da Justiça e Liberdade. As políticas dentro dos princípios da Justiça e Liberdade, as posições políticas dos estudantes no âmbito restrito de seus Municípios, sua Província, sua Nação, ou no plano internacional mais amplo, visam dar, aos cidadãos dos diversos países, maturidade neste particular. Logo, não as circunstâncias excepcionais que foram "inventadas" para participação em um Estado, farão esquecer-se a participação em um Estado. Precisamos, portanto, de um conhecimento maior das condições específicas nos vários países, não apenas a o conhecimento mais detalhado destas circunstâncias.

Movidos também pelo Nacionalismo, seus redatores reproduzem na íntegra o texto do acadêmico José Mário Santos no impresso, abordando a importância das ideias nacionalistas para o desenvolvimento da Nação e da vida econômica, social, política e cultural do povo.

É assunto por demais debatido e combatido. Entretanto, vitorioso. Nacionalismo, hoje em dia, no Brasil é fato real, sociológico, é exigência da própria nação. Não existe como sentimental, nem quer dizer exagero de patriotismo, aversão ao estrangeiro, ou muito menos uma política de ideias extremistas. Nada disso, Nosso país, que vem sofrendo, através de sua história, influências de Estados mais fortes, chegando mesmo a constituir, na palavra de Alberto Torres, “uma ficção jurídico-institucional”, atinge, em nossos dias sua maioria como povo, como Nação, tomando consciência de seus interesses, necessidades, direitos, em suma, de sua própria existência. É este fato, é esta compreensão imediata e nítida da realidade brasileira, que explica o nacionalismo e se traduz nas ideias, programas, teses e medidas tendentes a defender a soberania e dignidade do Brasil, e fomentar, em tempo recorde, seu desenvolvimento. (Universitário, 1958, p.2).

As bandeiras da luta estudantil revelam-se em vários artigos no jornal *Universitário* como: Biblioteca didática, Ambulatório universitário e a sede da própria UME. Manifestam também o desejo de qualidade no ensino, de uma faculdade sem problemas financeiros, com boas instalações e professores qualificados. Assim, ganha destaque a matéria sobre a nova direção da Casa e o Restaurante do Estudante.

A casa e o Restaurante do Estudante Maranhense, instituições de alto alcance social, ora funcionando na sede da União Maranhense dos Estudantes, onde espera a construção da sede própria em bases racionais de funcionamento conta, agora, com novos dirigentes, a saber: Francisco Pires de Carvalho e Waldir Evangelista Ribeiro, respectivamente, Diretor da Casa e Superintendente do restaurante, auxiliados, de perto, pelo assessor da Ordem interna, o diligente colega Fuad Alexandre Amate. Ressalta-se, no trabalho destes moços esforçados batalhadores da causa estudantil. (Universitário, 1958, p.3).

Os dados sobre a materialidade das publicações desses impressos são reveladores de como a imprensa maranhense constitui-se em um campo fértil de investigação para a História da Educação, bem como da apropriação e representação das suas práticas estudantis na primeira metade do século XX. Analisando tais produções, esta pesquisa busca aproximar-se das muitas histórias e memórias desses atores sociais, que construíram o ensino superior do Maranhão.

Ao tomar os impressos dos estudantes universitários como fontes nos permitem compreendê-lo e mapear as questões educacionais, culturais, políticas e sociais do Movimento Estudantil situando como suporte material dessas práticas. Isso porque emerge em suas linhas e, principalmente nas entrelinhas, os vestígios de um tempo e de um lugar, o modo de ver e

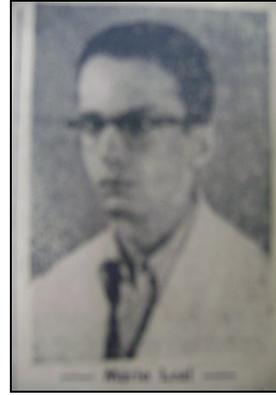
pensar educação numa postura política, cultural e social que cada personagem que escreveu essas linhas da história assume frente à sociedade e as reveladoras disputas de poder.

Essas materialidades trazem uma perspectiva de responder as questões levantadas nesta pesquisa, sem dúvida um desafio que se estabelece entre o conhecimento e a realidade. Mas estou convicta da necessidade de nos determos sobre esses impressos e a memória desse movimento.

ÚLTIMO ATO: PALAVRAS FINAIS



Terezinha de Jesus



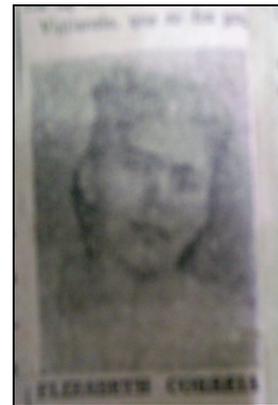
Mario Leal



Sábio Dino



Crávio Lira Filho



Elizabeth Correia



Alvaro Coelho



Jomar Pires

Quando se descortinou essa pesquisa a partir dos impressos estudantis, percorremos vários cenários que nos possibilitaram rememorar faculdades, cursos, prédios, manifestações estudantis e a comunidade acadêmica. Logo, nos aproximamos das diversas leituras das dimensões da vida acadêmica, especialmente quanto aos acadêmicos e lentes, todos atores constituintes de um espaço e de um tempo que revela disputa, relações e memórias.

Catani e Bastos (2002) nos ajuda a refletir sobre a importância dessa pesquisa, em que os impressos produzidos por esses personagens permitem ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar. Portanto, somamos àqueles que buscam, na imprensa periódica educacional, uma melhor compreensão da história da educação em solo maranhense, resgatando ideias e sujeitos que deram contribuição nos alicerces dessas faculdades.

Sendo jornais publicados por acadêmicos, e com uma visão que privilegia a participação discente, foi possível verificarmos o quanto esses impressos são relevantes para darmos vida às práticas estudantis de uma instituição, constituindo-se em um rico objeto e, ao mesmo tempo, fonte de análise na medida em que através de suas críticas e observações sobre a sociedade, o movimento estudantil, os lentes e a instituição, nos traz outro olhar sobre o cotidiano no interior dessas instituições.

No espaço temporal que abrangeu esse estudo houve muitas transformações no corpo docente e discente das escolas superiores. Várias reformas educacionais se sucederam, assim como a conjuntura política e econômica. Entretanto é notório que por várias gerações, ser acadêmico e militante representou um forte sentimento de ligação à escola e aos valores lá compartilhados.

Destaca-se ainda, a importância para os acadêmicos, dos espaços em que se desenvolveram práticas culturais que extrapolaram a sala de aula como: atuação nos diretórios acadêmicos, a imprensa estudantil, as tertúlias culturais, os trotes, os bailes, as embaixadas acadêmicas e o Parlamento Escola. Elas propiciaram possibilidades de vivências e superações de conflitos, que incontestavelmente têm papel relevante na produção do conhecimento sobre a realidade.

Sem dúvida essas práticas influenciaram na formação pessoal e profissional desses acadêmicos, posto que, muito desses militantes assumiram postos de comando importantes

no decorrer da história do Estado. Por outro lado, essas fontes nos trazem outra importante contribuição para a percepção do modo pelo qual se forma a elite letrada maranhense e o seu compromisso político. Nesse sentido, Dino (1996, p.12) nos esclarece:

Primeiro, a notável plêiade de pensadores foi tomar assento nas bancas acadêmicas, quando não ingressou diretamente na cátedra. [...] Naqueles tempos, a administração pública e o sistema judiciário eram constituídos por agentes oriundos de outras partes da Federação. A faculdade de Direito mudou o cenário e os atores. Em pouco tempo, os nossos magistrados, promotores, advogados e escrivães passaram a ser gente de casa. Nossos governantes, parlamentares e administradores saíram daquela fornalha. O Maranhão se atomizou em todos os setores de sua vida, e logo toda a elite pensante da terra passou a surgir da própria terra.

Assim, concretizando o antigo desejo dos intelectuais maranhenses instala-se a primeira escola de ensino superior no Maranhão, a faculdade de Direito em 1918. Ao compor esse cenário, verifica-se que o ensino superior em nosso estado, se comparado a outras localidades do Norte e Nordeste, teve sua implantação tardia, resultante do desinteresse da classe dominante que preferia enviar seus filhos para o exterior, e centros culturais mais desenvolvidos. Ensino que se amplia e consolida com a criação das faculdades, de Farmácia e Odontologia em 1920, e conseqüentemente com sua federalização.

Este é o palco de onde emanam e se desenvolvem as ações do ME, bem como, a produção dos jomais, que efetivamente circularam neste ambiente formativo. E foi através da linguagem e do olhar peculiar destes acadêmicos, expresso nos impressos: *Folha Acadêmica*, *Esquerda*, *Voz Universitária*, *Universitário em Marcha*, *Vigilância*, *Movimento* e *Universitário*, que podemos colocar em cena o Movimento Estudantil Acadêmico no Maranhão, vislumbrando suas ações e suas contribuições para a construção desse ensino em nosso Estado, sendo, amiúde, sua única fonte.

Sobre a publicação desses impressos em sua maioria, vemos que seus redatores enfrentavam muitas dificuldades em mantê-los. Dessa forma, contavam com a colaboração dos seus anunciantes do comércio, da indústria e dos seus leitores. Quando iniciamos a pesquisa, vimos que desde a década de 30 os redatores demonstravam a importância que lhes atribuem ao prestar-lhes homenagens, tratando-o com a referência de quem se sabiam dependentes. Outro importante aspecto diz respeito à sua circulação, os jornais revelam com bastante propriedade a integração entre os acadêmicos e os estudantes secundaristas do Liceu e a circulação desses impressos entre esses estudantes e as referidas instituições. Observa-se o fato de que, a mobilização estudantil dos alunos do Liceu maranhense a partir dos grêmios

estudantis desenvolvidos nessa instituição escolar, mantinha intensa publicação de impressos como a *Tribuna Estudantil* vinculada no meio acadêmico.

E após várias leituras revelou-se nos impressos que o engajamento da maioria dos militantes do ME foi oriundo de uma participação anterior em grêmios estudantis, entre os quais o Liceu que formava aqueles que buscavam o ingresso ao ensino superior. Registra-se também a presença de alguns dos seus lentes ministrando aulas de Literatura nesse estabelecimento, como professor Antônio Lopes. A partir desse painel, considerando que essas instituições atendiam a uma parcela simbólica da população economicamente privilegiada, em condições de ter acesso a esse nível de ensino, os impressos vão identificando os atores sociais produtores dessas fontes.

A autoria dos conteúdos, em escritos políticos, reivindicações estudantis, debates e contendas pessoais veiculados no impresso estudantil era ao que parece, campo de disputa, em que os autores assinavam suas matérias, o que sugeria a legitimidade atribuída aos impressos estudantis pela administração da escola e da comunidade acadêmica. O pseudônimo nas matérias inexistia, ou apenas iniciais do nome e do sobrenome, ou a utilização de epítetos para marcar a autoria, o que nos possibilitou a identificação desses sujeitos, já que o pseudônimo proporcionava o anonimato e preservava o autor de dar explicações para além do espaço do impresso.

Com as matérias assinadas, foi possível reconhecer quando apenas alunos e professores colaboravam, e a dúvida é dissipada quando os redatores expressam agradecimentos aos leitores e à dedicação dos colaboradores, na qual se destaca os militantes do movimento estudantil e os lentes. Figura com destaque, o perfil de aluno e militante, que se fazia presente nas matérias de autoria de ex-alunos que eram chamados a colaborar e a dar depoimentos da vida profissional, formando e inspirando os leitores a serem profissionais e a ingressarem na militância estudantil, como a coluna intitulada *Bilhete ao calouro*. Por certo, os impressos estudantis eram um meio de fortalecer as propostas formativas e as bandeiras de luta do ME, promovendo também a boa relação entre acadêmicos, lentes e a direção da instituição.

Das cenas juvenis, podemos verificar que as bandeiras específicas do ME tinham como norte a organização e a estruturação da universidade no Maranhão. No entanto, na década de 1950, essa postura, ainda existente nos discursos do movimento ganha corporeidade com o processo de federalização das escolas e expansão do ensino superior, já

que o ME fortaleceu-se como movimento social organizado, no qual os estudantes apresentavam suas posturas frente às diretrizes nacionais mais gerais e também específicas, não apenas nos resultados das eleições da União Maranhense de Estudantes, mas, sobretudo no que se refere à institucionalização como movimento mais sistemático dos Diretórios Acadêmicos.

Nesse processo de expansão do ensino superior em nosso Estado, a figura da Igreja Católica é encenada de várias maneiras nos impressos, dada a contribuição e a atuação da Arquidiocese de São Luís na pessoa de D. José Medeiros Delgado, do Monsenhor Luís Alves Madureira e do Cônego Ribamar Carvalho para a formação e consolidação de uma universidade no Maranhão. Assim, os redatores faziam questão de agradecer e publicar as ações desses personagens em prol desse sonho.

Sobre a participação feminina, logo no período estudado não era tão comum o acesso da mulher a um curso superior, mesmo para aquelas que rompiam essas barreiras, o ingresso no ensino superior era sempre precedido de muita expectativa. Os jornais abriram as portas para elas onde se registra a intensa participação dessas militantes, como: Ilzé, Maria da Glória, Teresinha Carvalho, Denise, Arcelina, Joina e Teresa Barros, muitas das quais ultrapassaram a mera colaboração, compondo a equipe de redação. Sua participação se dava através de artigos e nota assinada, em sua coluna intitulada *Liberta-se mulher*. Destaca-se também a participação dessas acadêmicas no Movimento Estudantil frente aos Diretórios Acadêmicos, já que em várias páginas dos jornais, encontramos, com bastante frequência, notas sobre a atuação dessas militantes no universo acadêmico, dado o reconhecimento por parte dos colegas sobre suas ações.

Através desses impressos, verificou-se a ausência de produções de jornais por parte dos acadêmicos dos cursos de Farmácia e Odontologia, Serviço Social, Filosofia e Enfermagem no período analisado. Esses atores entram em cena nas matérias publicadas pelos acadêmicos de Direito que produziam *Imprensa Estudantil*, apesar das dificuldades registradas pelos mesmos ao editar e veicular essas fontes.

A imersão nesses jornais, mais precisamente esses lugares de memória, é uma experiência muito intensa e valorosa, tanto no âmbito acadêmico, quanto pessoal. Indubitavelmente, a relevância de tais impressos como documentos que trazem indicativos para a história institucional decorre de seu conteúdo, de seus autores, dos espaços que circulam, dos temas que lhes são interditos e das abordagens e ênfases que oferecem aos fatos.

Os impressos estudantis expressam temporalidades, interações, ajudam a descortinar um cenário, selecionam e mapeiam acontecimentos, reúnem memórias de uma geração.

Entretanto, Montello¹⁹ (1972) adverte que uma universidade, obra de sucessivas gerações, nunca há de estar concluída. O inacabado é próprio de sua condição. E isto porque, no plano de sua formulação teórica, quanto no plano de sua materialização objetiva, sempre haverá uma experiência nova a que a instituição terá de ajustar-se. O essencial, no grande empreendimento inconcluso é que cada geração dê o melhor de si mesma, como esta o está fazendo, para a monumentalidade comum.

Assim, ao finalizar este ato, a pesquisa revelou-se inesgotável, pois, a partir de alguns dados da instituição foram adquiridos outros de maior ou igual relevância que contribuem para o resgate do ensino superior no Maranhão e a atuação dos discentes no alicerce desse ensino. A esse caráter de inesgotabilidade das fontes históricas, Saviani (2004, p.6) enfatiza, “[...] sempre que a elas retornamos, tendemos a descobrir novos elementos, novos significados, novas informações que nos tinham escapado por ocasião das incursões anteriores. Assim, configuraram-se as idas e vindas aos arquivos da Biblioteca Pública “Benedito Leite” até a fase de fechamento deste texto.

Portanto, a análise de coleções de impressos estudantis oferece, sem dúvida uma visão panorâmica das interações ocorridas no estabelecimento, constituindo-se, em importante fonte para a história das instituições escolares. Estas são iniciativas que privilegiam o uso de fontes como os impressos estudantis e a pertinência de pesquisas em História da Educação. Estas é que legitimam formas e discursos já produzidos, reavivando o passado e estruturando o presente.

Nessa leitura, Barbosa (2004) declara a história, entretanto não fala do passado, mas do presente, tal como a operação de memória. O que ela possibilita, apenas, é uma dada reconstrução desse passado, reconstrução essa feita através de um diálogo que nos ajuda, sobretudo, a entender melhor o presente. É isso que fazemos quando estamos imersos na história. Paul Ricoeur (2001) sublinha ainda é preciso também perceber que o “passado tinha um futuro” e que nós somos o futuro desse passado.

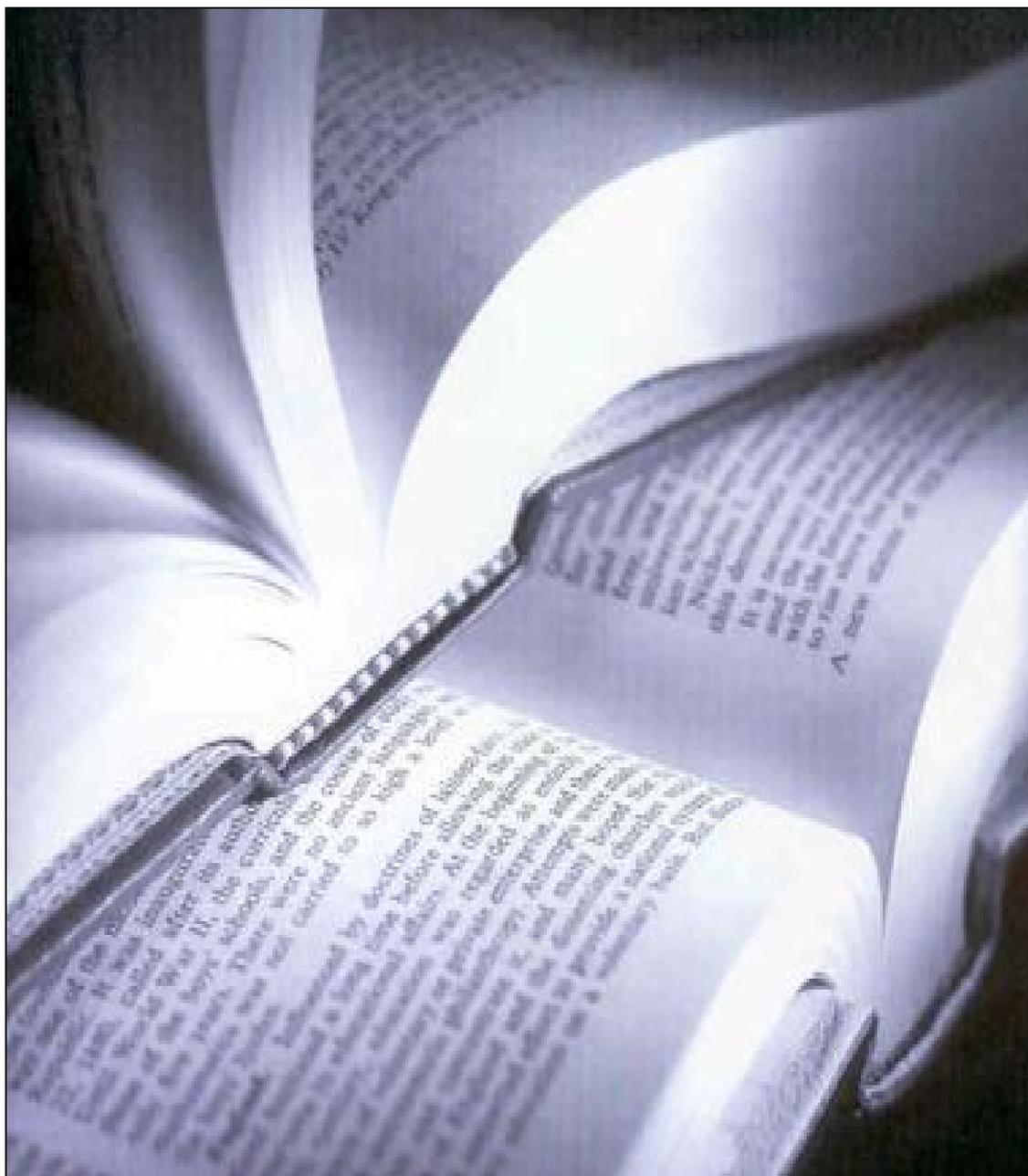
Assim não nos cabe cobrar baseando-nos em toda uma vivência posterior ações desses homens do passado. Para eles, nós éramos o desconhecido, o futuro, o

¹⁹ Discurso proferido pelo Reitor Josué Montello na Universidade Federal do Maranhão no dia 22 de novembro de 1972.

inteligível. E eles para nós – mortos que transformamos em vivos – continuarão sendo sempre o passado, o desconhecido, o inteligível. (BARBOSA, 2004, p.8).

Neste contexto, fechamos as cortinas dessa investigação histórica desse movimento que nos permitiu novas possibilidades e novos caminhos, como os que emergem da visualização e dos estudos da *Imprensa Estudantil*. Esperamos, ainda, que este trabalho venha suscitar o interesse de outros sobre o tema, onde arrematamos esta experiência retomando o convite poético de Geraldo Vandré, vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer... A certeza na frente, a história na mão... Aprendendo e ensinando uma nova lição.

REFERÊNCIAS



ALMEIDA, Lindaura Sampaio. **História da UFMA**. Ago.1998. Entrevistador: Regina Helena Martins de Faria. São Luís. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Professores da UFMA. 1998.

AMARAL, Giana Lange do. As passeatas estudantis: aspectos da cultura escolar e urbana. **História da educação**, São Paulo, n. 2, 2002.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BARBOSA, Maria Alda. **Imprensa, poder e público**. 1996. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1996.

_____. Como escrever uma história da imprensa. In: II ENCONTRO DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2, 2004, Florianópolis. **Anais...**, 2004.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p.127-154.

_____. História da educação: novo sentido, velhos problemas. In: MAGALHÃES, Justino (org.). **Fazer e ensinar história da educação**. v.3, n.6, out. 1993.

_____. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de Faria (org.). **Pesquisa em História da educação**: perspectiva de análise. Objetos e fontes. Belo Horizonte: HG edições, 1999, p.11-31.

BERGER, M. **Educação e independência**. Porto Alegre: DIFEL, 1976.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. Belo Horizonte: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, Joan. Imprensa maranhense no século XIX: a história através dos jornais. In: _____. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007. p.129-134.

_____. A adesão do Maranhão à República: clubes e jornais o sertão se manifesta. In: BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007. p.159-162.

_____. O Maranhão nas décadas de 1930 e 1940 interventórias e crises: clubes e jornais o sertão se manifesta. In: BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007. p.178-180.

CALDAS, Leide Ana de Oliveira. **Greve da meia-passagem**: subversão do Estado e legitimação do direito. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

CAPELLATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Edusp: Contexto, 1988.

CARDOSO, Amarilis; DOUGLAS, Franklin (Orgs.). **A meia passagem em versões inteiras**: a greve de 79 em fatos e fotos. São Luís: Edições ONG Travessia, 2001.

CARVALHO, Marta M. C. A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano M. (org.) **Modos de ler, forma de escrever**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

CARVALHO, Marta M. C.; VIDAL, Diana G. **Biblioteca e formação docente**: percursos de leitura. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velásquez. **A imprensa educacional liceista do Maranhão na Primeira República**. São Luís, 2007. Mimeo.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velásquez. **Memória de leitura de professores e professoras maranhenses no século XX**: estudo das primeiras décadas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão. 2007.

CATANI, Denice B. Leitura para professores: a imprensa periódica educacional e a orientação do trabalho pedagógico no Brasil republicano. In: **Anais. I CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, Lisboa, 1998.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997, p.11-32.

CERTEAU, Michel de. **Invenções do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand – Brasil, 1990.

CORDEIRO, Márcia dos Santos. **O Movimento Estudantil na Universidade Federal do Maranhão: memórias de uma geração (1989-1996)**. 1998. 191f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.

CORRÊA, Rossini. Os acadêmicos da democracia autoritária, Victorino Freire, cidadão maranhense, e os de 45 na decolagem da utopia. In: _____. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993. cap.5

COSTA, Flávio Dino de Castro. **A participação do Movimento Estudantil universitário no processo político maranhense**. São Luís: UFMA, 1989.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Wagner Cabral da. **Movimento Estudantil: teatro de sombras?** São Luís, 1995.

_____. A campanha de libertação e a invenção da ilha rebelde. In: _____. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luis: Edufma, 2006. cap.4 (Coleção de Teses e Dissertações Departamento de História /UFMA).

CUNHA, L. A. **Educação e Autoritarismo ao Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DESAULNIERS, Julieta B. Ramos. A formação via impresso. In: CATANI, Denice Bárbara; FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antônio (orgs.). **Memória de professores**: histórias da UFMA e outras histórias. São Luís: UFMA, 2005.

DINO, Sálvio. **A faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)**. São Luís: EDUFMA, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade do Brasil**: um itinerário marcado de luta. Rio de Janeiro, n°10, jan./abr. 1999.

_____. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FERREIRA, Alcina da Luz Santos. **História da UFMA**. Jan. 1999. Entrevistador: Regina Helena Martins de Faria. São Luís. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Professores da UFMA. 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FRAGA, Manuel Dias. **Universidade**: concepções, conceitos e projetos. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas. 1992.

GALVES, M. C. **Jornais e políticos no município de Avaré**. São Paulo: UNESP, 2000.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JANNOTI, Aldo. **Origens da universidade**: a singularidade do caso português. São Paulo: Edusp, 1992.

JORGE, Sebastião B. **Os primeiros passos no Maranhão**. São Luis: PPPG; EDUFMA, 1987.

_____. **Política movida a paixão**: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes. São Luís: Departamento de Comunicação Social; UFMA, 2000.

KHOURY, Yara Yun. **Documentos orais e visuais**: organização e usos coletivos. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v.200, p.77-97, 1991.

KULESZA, Wojciech Adrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910).

Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, Brasília, n.193, v.79, p.63-71, set./dez. 1998.

LEAL, Ivanhoé Albuquerque; ALVES FILHO, Samuel. **Meia passagem ou meia cidade**. São Luís: Esquadras, 1982.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 2. ed. São Paulo: Martins, 1993.

_____. **Os intelectuais na idade média**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Documento e monumento. In: _____. **História e memória**. 5. ed. São Paulo: UNICAMP, 2003, p.535-553.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. São Paulo: EDUC, 1998.

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, Otávio Luiz. Casas de estudantes e educação superior no Brasil: aspectos sociais e históricos. In: FILHO ZAIDAN, Michel; MACHADO, Otávio Luiz. **Movimento estudantil brasileiro e a educação superior**. Pernambuco: Universitária da UFPE, 2007. p.191-207.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves Maia. **Memórias de luta**: ritos políticos do movimento estudantil universitária: Fortaleza (1962-1969). Fortaleza: UFC, 2008.

MARIANI, B. Como o discurso jornalístico constrói memória. In: ORLANDI, E. **O discurso fundador**. São Paulo: Pontes, 1993, p.33-39.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirurgica Brasileira**, v.17, São Paulo, 2002. Suplemento 3.

MARTINS, César Augusto. História da imprensa do Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 41, v.57, p.219-255, 1878.

MARTINS, José Maria Ramos. **História da UFMA**. Jul. e Set. 1998. Entrevistador: Regina Helena Martins de Faria. São Luís. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Professores da UFMA. 1998.

MARTINS, Raimundo Manoel Ramos. **História da UFMA**. Jan. 1999. Entrevistador: Regina Helena Martins de Faria. São Luís. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Professores da UFMA. 1999.

MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. In: **Anais do I seminário Nacional de Arquivos Universitários**. Campinas: UNICAMP, 1992, p.27-48.

MATIAS, Moisés. **A revolta da meia passagem**: a história da greve estudantil em 1979. São Luís: Estação Produções, 2004.

MEIRELLES, Mário Martins. O ensino superior no Maranhão: um esboço histórico. In: _____. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar, 1994. p.45-94.

_____. Apontamentos para a História da Farmácia no Maranhão. In: _____. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar, 1994. p.186-192.

_____. **História da UFMA**. Set.. 1998. Entrevistador: Regina Helena Martins de Faria. São Luís. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Professores da UFMA. 1998.

_____. **História do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MORENO, Luis Jorge Silva. **A greve da meia-passagem**. São Luís: UFMA, 1989.

MOROSINI, Marília Costa. **Professor do ensino superior: identidade docência e formação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional, 2000.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003.

MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola Normal: uma instituição tardia no Maranhão. In: ARAUJO, José C. Sousa; FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua (Orgs.). **As escolas normais no Brasil do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008. cap.8.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa**. Paulo: Edipucrs, 2003.

NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Lusimar Silva. **Manual para normalização de monografias**. 4. ed ver. E atual. São Luís: Visionária, 2007.

NEVES, Margarida de Souza. História e memória: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, n.10, p. 8-13, dez. 1993.

NOVÓIA, Antônio. A imprensa da educação e ensino. In: CATANI, Denice Bárbara;

NUNES, Clarice. História da Educação: espaço do desejo. **Em aberto**. Brasília, v.9, n.47, p.37-45, jul./set. 1990.

_____. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima (orgs.). **História e memória da Escola Nova**. São Paulo: Edições Loyola. 2003, p.9-25.

PADILHA, Mics. **As representações da história na prática cotidiana atual**. Revista Brasileira de Enfermagem, n.52, v.3, p.443-454, jul/set. 1999.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O direito à memória: patrimônio cultural e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. **Meia passagem como foi mesmo que começou?** São Luís, 1995.

PEREIRA, Nilo. **A faculdade de Direito do Recife (1927-1977): ensaio biográfico**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1980.

PINHEIRO, Jerônimo. **História da UFMA**. Jul. 1998. Entrevistador: Regina Helena Martins de Faria. São Luís. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Professores da UFMA. 1998.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. **Docência no ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PINHEIRO, Roseane A. **A história do jornalismo impresso no Brasil**. Manaus: Núcleo de Estudo e Pesquisa em Comunicação; UFAM, 1995.

POERNER, Artur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2. ed. ilu. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

POULET, G. **O espaço proustiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. QUEIROZ, Terezinha. **Os literatos e a República Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo**. 2. ed. Teresina: UFPB, 1998.

QUEIROZ, Terezinha. **Os literatos e a República Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo**. 2. ed. Teresina: UFPB, 1998.

RAMOS, Plínio de Almeida A imprensa nacionalista no Brasil. In: ABREU, Alzira Alves. et al. **A imprensa na transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996. p.61-64.

REIS FILHO, Casemiro dos. Reforma universitária e ciclo básico. In: GARCIA, Walter E. (Org.). **Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento**. São Paulo; Rio de Janeiro: McGRAW-Hill do Brasil, MEC, 1978, p.195-224.

RIBEIRO, Vânia Mandego. **A implantação do ensino secundário público maranhense: Liceu maranhense**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, UFMA, São Luís, 2005.

RICOEUR, Paul. O passado tinha um futuro. In: MORIN, Edgar. (Org.) **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**, 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

RIBEIRO, A. P. G. **A história do seu tempo: a imprensa e a produção do sentido histórico**. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

RIBEIRO FILHO, João. **Muito mais do que uma passeata**. São Luís, 1995.

RODRIGUES, Maria Regina Nina. **Maranhão: europeísmo ao nacionalismo**. São Luís: SIOGE, 1993.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

SANTOS, Amarilis Cardoso. **A formação da opinião pública na greve estudantil pela meia passagem em 1979**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

SARAMAN, C. (org.). **História e seus métodos**. Paris: Gallimard, 1961.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei. **História e historiografia da educação: atentando para as fontes**.

In: _____. **Fontes, História e Historiografia da educação**. Campinas, São Paulo: Autores associados; HISTEDBR: Curitiba, 2004. cap.1. (Coleção Memória da Educação).

SCWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica**. São Paulo; Rio de Janeiro: FINEP. 1979.

SHEKESPEARE, William. **As you like it**. Penguin Books, 1994.

SILVA, Dagmar Desterro. **História da UFMA**. Jan. 1998. Entrevistador: Regina Helena Martins de Faria. São Luís. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Professores da UFMA. 1998.

SILVA, Berenice Gomes da. **O Movimento Estudantil na Universidade Federal do Maranhão: memórias de uma geração (1977-1987)**. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1997.

SILVA, Dagmar Desterro. **História da UFMA**. Jan. 1998. Entrevistador: Regina Helena Martins de Faria. São Luís. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Professores da UFMA. 1998.

SILVA NETO, Mateus Antonio de. **Das concepções de universidade: uma perspectiva fenomenológico-existencial hermenêutica**, São Luís: EDUFMA, 1999.

SOUSA, Ana Luiza Lima. Construindo uma concepção da extensão sob a ótica do movimento estudantil brasileiro. In: _____. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.p. 25-28.

SOUSA, Francisca Mendes de; BONFIM, Maria da C. Alves do; PEREIRA, Maria das Graças Moita R. **Presente do passado: A faculdade católica de filosofia na história da educação do Piauí**. Teresina: Edufpi, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. **O ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

_____. A universidade Nova. In: CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

TEIXEIRA, Anísio. Jornais. In: CAMPELLO, Bernardete; CALDEIRA, Paulo da Terra Caldeira. **Introdução as fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ULMAN, R.; BOHEN, A. **A universidade**: das origens e renascença. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

VENTURA, Zuenir. **1968 o ano que ao terminou**: aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988

VIDAL, Diana G. Ler, a conformação de uma nova prática, nos anos 30. GONDRA, José (org.) **Pesquisa histórica**: retratos da educação no Brasil, UERJ, 2000.

FONTES PESQUISADAS

JORNAL ESQUERDA, Maranhão, nº 1, out.1934

JORNAL ESQUERDA, Maranhão, nº 2, out.1934

JORNAL ESQUERDA, Maranhão, nº 3, out.1934

JORNAL ESQUERDA, Maranhão, nº5, nov.1934

JORNAL ESQUERDA, Maranhão, nº6, nov.1934

JORNAL FOLHA ACADÊMICA, Maranhão, nº3, ago.1934

JORNAL VOZ UNIVERSITÁRIA, Maranhão, nº1, maio.1954

JORNAL UNIVERSITÁRIO EM MARCHA, Maranhão, nº1, abr.1955

JORNAL UNIVERSITÁRIO EM MARCHA, Maranhão, nº2, ago.1955

JORNAL VIGILÂNCIA, Maranhão, nº1, ago.1957

JORNAL VIGILÂNCIA, Maranhão, nº9, set.1957

JORNAL MOVIMENTO, Maranhão, nº2, maio 1958

JORNAL MOVIMENTO, Maranhão, nº3, maio 1958

JORNAL MOVIMENTO, Maranhão, nº4, maio 1958

JORNAL UNIVERSITÁRIO, Maranhão, nº1, março1958

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 18 de janeiro de 1930.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 4 de abril de 1930.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 4 de abril de 1940.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 27 de abril de 1940.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 14 de julho de 1940.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 20 de julho de 1940.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 23 de outubro de 1941.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 20 de junho de 1944

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 27 de dezembro de 1945.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 15 de fevereiro de 1946

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 19 de agosto de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 30 de janeiro de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 5 de abril de 1951.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 6 de abril de 1951.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 7 de abril de 1951.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 11 de abril de 1951.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 12 de abril de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 13 de abril de 1951.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 25 de abril de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 12 de maio de 1951.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 17 de maio de 1951.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 18 de maio de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 29 de maio de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 9 de junho de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 13 de junho de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 20 de maio de 1951.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 29 de maio de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 15 de junho de 1951.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 4 de julho de 1951.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 6 de julho de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 23 de outubro de 1951.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 26 de outubro de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 15 de novembro de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 21 de novembro de 1951

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 13 de janeiro de 1952.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 27 de janeiro de 1952

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 16 de março de 1952

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 15 de março de 1952.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 23 de outubro de 1953

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 31 de outubro de 1953.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 28 de abril de 1954

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 5 de maio de 1954.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 29 de maio de 1953

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 18 de outubro de 1953

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 7 de abril de 1953

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 23 de abril de 1953

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 14 de março de 1953.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 31 de dezembro de 1952.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 15 de março de 1953

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 7 de maio de 1954

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 1 de junho de 1954

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 30 de junho de 1954

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 13 de outubro de 1954

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 2 de dezembro de 1954

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 31 de março de 1952.

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 25 de abril de 1953

JORNAL O IMPARCIAL, Maranhão, 30 de abril de 1953.

- JORNAL O IMPARCIAL**, Maranhão, 5 de maio de 1953.
- JORNAL O IMPARCIAL**, Maranhão, 2 de março de 1955.
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 12 de agosto de 1921.
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 21 de abril de 1922.
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 21 de abril de 1922.
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 6 de março de 1923.
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 7 de fevereiro de 1923.
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 13 de agosto de 1923
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 18 de agosto de 1923
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 13 de fevereiro de 1924
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 20 de fevereiro de 1924
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 22 de fevereiro de 1924.
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 25 de julho de 1938
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 10 de janeiro de 1935
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 17 de maio de 1935
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 6 de agosto de 1936
- JORNAL A PACOTILHA**, Maranhão, 12 de setembro de 1939.
- JORNAL DIARIO DO NORTE**, Maranhão, 12 de agosto de 1940.
- JORNAL DIARIO DO NORTE**, Maranhão, 14 de novembro de 1940
- JORNAL DIARIO DO NORTE**, Maranhão, 17 de outubro de 1941
- JORNAL DIARIO DO NORTE**, Maranhão, 11 de outubro de 1941
- JORNAL DIARIO DO NORTE**, Maranhão, 23 de outubro de 1941
- JORNAL DIARIO DO NORTE**, Maranhão, 11 de novembro de 1941